



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPG/
CASA**

O ECOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS: uma análise da situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no contexto da legislação e o licenciamento ambiental.

FRANCISCA ROSIVANA CAMPOS PEREIRA

Manaus

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPG/
CASA**

FRANCISCA ROSIVANA CAMPOS PEREIRA

O ECOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS: uma análise da situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no contexto da legislação e o licenciamento ambiental.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente.

ORIENTADOR: PROF. JULIO CÉSAR RODRÍGUEZ TELLO, DR.

**Manaus
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Maria Edna Freitas da Costa - CRB/11-104

P4141 PEREIRA, Francisca Rosivana Campos

O ecoturismo no Estado do Amazonas: uma análise da situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no contexto da legislação e o licenciamento ambiental. Francisca Rosivana Campos Pereira - Manaus: UFAM, 2009. 248 p. il.

Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Julio César Rodríguez Tello

1. Ecoturismo 2. Estado do Amazonas 3. Empreendimentos Ecoturísticos.
4 Legislação e Licenciamento Ambiental I. Título

CDU:502.48:379.85(811.3)

FRANCISCA ROSIVANA CAMPOS PEREIRA

O ECOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS: uma análise da situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no contexto da legislação e o licenciamento ambiental.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Julio César Rodríguez Tello

Prof. Dr. João Tito Borges

Prof. Dr. Paulo Rogério Couceiro

DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe, Terezinha Lobato da Silva, mulher de fibra, guerreira, dedicada, firme, decidida, forte e autêntica, sem você mãezinha eu não existiria, obrigada por todos os momentos que você esteve ao meu lado, deixando de fazer as suas coisas para fazer as minhas. Ao meu esposo, homem paciente, compreensivo, companheiro, amante, amigo, que nunca me deixou desistir, que sempre esteve ao meu lado e com gestos de amor e carinho me incentivou, enxugou às minhas lágrimas, massageou as costas quando estas não agüentavam a curvatura de horas sentada no computador. Aos meus filhos, Ismael, Quéren e Quezia, pela compreensão e não cobrança quando nos momentos, e foram muitos, da ausência e falta de atenção a eles dispensada, pelo amor, incentivo e carinho que dedicaram a mim. A minha querida cunhada, Gillene, pelo grande exemplo de força, fé, perseverança e esperança.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Jesus meu Senhor e salvador a quem eu devo tudo o que tenho e o que sou, pelo milagre da vida e pelo presente - este mestrado. Agradeço ao professor Julio Tello, meu orientador, que sem titubear aceitou o desafio de orientar-me, pelas horas de paciência e dedicação ao me receber em sua casa nos momentos de folga para concluirmos este trabalho. Aos colegas de trabalho, Trindade, Wanderleia, Ana Cássia, Maristela, Edson, Jucelino, Sheila, Rosemir(Mika), Edna, Terezinha, Jacineide, Ana Aleixo, Itamar, Jander que me ajudaram e incentivaram a continuar. A Aldenira pela compreensão, oportunidade e apoio logístico. À minha irmã por opção e amiga Jussara Pereira, que além da força e incentivo foi minha escudeira no campo e na aplicação dos questionários, sem a sua ajuda eu não conseguiria realizar a pesquisa, agradecer a você é pouco mas, como não consigo expressar a minha gratidão, muito, muito obrigada. Aos da família Weslyana por me sustentarem em oração.

“O homem é o único animal que cospe na água que bebe. O homem é o único animal que mata para não comer. O homem é o único animal que corta a árvore que lhe dá sombra e frutos. Por isso, está se condenando à morte...”

Barbosa

Benedito Ruy

RESUMO

O Ecoturismo como atividade expressiva nas políticas de desenvolvimento de comunidades rurais, atualmente constitui-se numa alternativa sócio ambiental e cultural frente a diversos problemas como: o stress urbano, as constantes pressões de invasões, o desconforto térmico, a destruição das áreas verdes e a poluição das nascentes de mananciais e igarapés, fazendo que cada vez mais, os cidadãos de nossas cidades, das mais variadas classes sociais, procurem formas de recomposição física e mental em ambientes rurais e silvestres. O ecoturismo pode ser completamente viável na Amazônia, podendo servir como instrumento de conscientização ambiental dos próprios agricultores e agentes de difusão de tecnologias, gerando alternativas econômicas para as comunidades rurais, além de contribuir na preservação de espécies ameaçadas de extinção. No intuito de investigar o ecoturismo no Estado do Amazonas, este trabalho levantou a situação legal e o licenciamento ambiental dos empreendimentos ecoturísticos no município de Autazes e do Careiro, também conhecido como Careiro – Castanho. Foram definidos os empreendimentos de Juma Lodge, Pousada Mamori e Recanto da Pesca, por apresentar excelentes características ambientais, atração turística favorável e por estarem localizados próximos a comunidades indígenas e caboclas. O trabalho foi descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa da infra-estrutura e dos serviços oferecidos pelos empreendimentos. A abordagem quantitativa deu-se em relação aos aspectos de natureza física da área de abrangência do projeto com a elaboração e aplicação de questionários estruturados, usando as técnicas estatísticas que permitiram a aplicação desses aspectos na prospecção quantitativa da análise, sob a forma de gráficos e tabelas para uma melhor interpretação dos resultados. Na abordagem qualitativa, os aspectos utilizados tiveram como base os instrumentos de gestão ambiental dos empreendimentos, através de técnicas de sondagem (roteiro de entrevistas e formulários de observação) junto a comunidade, ecoturistas e gestores do empreendimento, além de avaliar, com aplicação de questionários de percepção ambiental o comprometimento comunitário na proteção dessas áreas. Os resultados indicam que os empreendimentos pesquisados enquadram-se nos requisitos do Estado, porém faz-se necessária qualificação profissional, melhoria da estrutura das pousadas, orientação educacional a comunidade e aos visitantes. Revelou ainda a necessidade de mais investimento no produto turístico, deixando claro o que é oferecido pela pousada. O estudo revelou que o ecoturismo é uma postura de vivência e de inserção que não se enquadra num tempo ou num espaço; precisa ser vivenciado constantemente como uma experiência, alimentada pela interpretação, pela iluminação da descoberta e da internalização do que se descobre, numa incansável busca.

Palavras-chave: Ecoturismo. Estado do Amazonas. Empreendimentos Ecoturísticos. Legislação e Licenciamento Ambiental.

ABSTRACT

The Ecotourism as expressive activity in development policies for rural communities, currently is an alternative social and cultural environment facing various problems such as the urban stress, the constant pressure of invasions, the thermal discomfort, destruction of green areas and pollution the sources of springs and streams, making it more and more citizens of our cities from different social classes seek forms of physical and mental recovery in rural and wild environments. Ecotourism can be completely feasible in the Amazon, can serve as an instrument of environmental awareness of the farmers and agents for the dissemination of technology, creating economic alternatives for rural communities, and contribute to the preservation of endangered species. In order to investigate the Ecotourism in the state of Amazonas, research, raised the legal situation and the environmental licensing of ecotourism ventures in the city Autazes of Careiro, also known as Careiro - Brown, of the ventures were set Juma Lodge, Inn Mamoré Recanto and Fisheries were chosen for excellent environmental characteristics, environment and tourist attraction to be located close to indigenous communities and caboclos. The research was descriptive, qualitative and quantitative approach to the infrastructure and the services offered by businesses. The quantitative approach was in relation to the physical nature of the area covered with the project development and implementation of structured questionnaires, using statistical techniques that allowed the implementation of aspects in the exploration of quantitative analysis in the form of graphs to better interpretation of results. In the qualitative approach, the questions used were based on the instruments for environmental management of enterprises, through technical survey (script of interviews and observation forms) in the community, ecotourists and managers of the enterprise, and assess, through the technique of survey questionnaires with application of environmental perception of the community involvement in protecting these areas. The results show that the enterprises surveyed fall under the state requirements, but it is necessary qualification, improve the structure of the Budget, the community and educational guidance to visitors. Shows the need for more investment in tourism marketing, making clear what is offered by the Inn. The study revealed that ecotourism is a position of experience and integration are not at a time or in space, it must be experienced as a constant experience, powered by the interpretation by the light of discovery and the internalization of what is discovered in a tireless search.

Key-words: Ecotourism. State of Amazonas. Ecotourism ventures. Environmental Legislation and Licensing

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAZONASTUR – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas

apud – Expressão em Latim que significa citado(a) por

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CMMDA – Comissão Mundial de Meio Ambiente

CFC – Clorofluorcarboneto

EIA – Estudos de Impacto Ambientais

EMBRATUR – Empresa Brasileiro do Turismo

EMANTUR – Empresa Amazonense de Turismo

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ibid. – Expressão em Latim *ibidem* que significa “no mesmo lugar; mesmo autor”

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MAB – *Man and Biosphere*

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização não-Governamental

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Índigenas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PPG 7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PROECOTUR - Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

PROGETUR – Programa de Apoio ao Turismo Convencional

PTA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PV – Partido Verde

RIMA – Relatórios de Impacto Ambiental

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SCA – Secretaria da Coordenadoria da Amazônia

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCU - Tribunal de Contas da União

UC(s) – Unidade(s) de Conservação

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VERAQA – Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias do Estado do Amazonas

WWF – Fundo Mundial de Vida Selvagem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agenda Positiva.....	36
Figura 2 – Pólos Ecoturísticos.....	68
Figura 3 – Mapa de localização da Pousada Recanto da Pesca.....	110
Figura 4 –Pousada Recanto da Pesca.....	111
Figura 5 – Comunidade Divino Espirito Santo.....	112
Figura 6 – Modo de preparo da farinha e biju.....	112
Figura 7 – Mapa da Localização da Pousada Mamori.....	113
Figura 8 – Pousada Mamori.....	114
Figura 9 – Casa do caboclo.....	115
Figura 10 – Mapa de localização Juma Adventure Quest Hotel.....	121
Figura 11 – Chalé do Juma Adventure Quest Hotel.....	122
Figura 12 – Chalé do juma Adventure Quest Hotel.....	122
Figura 13 – Macaco Recepcionando.....	123
Figura 14 – Artesanatos.....	125
Figura 15 – Escola da Cominidade do Divino Espirito Santo.....	129
Figura 16 – Associação Agrícola Artesanal.....	129
Figura 17 – Chalé da Pousada Recanto da Pesca.....	143
Figura 18 – Chalé da Pousada Mamori.....	144
Figura 19 – Tipos de Transporte Fluvial.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Empreendimentos Licenciados ou Cadastrados.....	82
Gráfico 2 – Faixa Etária dos visitantes.....	148
Gráfico 3 – Escolaridade dos visitantes.....	149
Gráfico 4 – Como você tomou conhecimento do lugar?.....	151
Gráfico 5 – Utilização de serviços de agências de viagem.....	152
Gráfico 6 – Objetivo da viagem.....	154
Gráfico 7 – Alojamento usado.....	155
Gráfico 8 – Forma de viajar.....	156
Gráfico 9 – Área de desenvolvimento sustentável.....	158
Gráfico 10 – Concordância com a cobrança de taxas de visitação.....	159
Gráfico 11 – Valor da taxas de visitação.....	159
Gráfico 12 – Regras para a conservação.....	160
Gráfico 13 – Importância de uma natureza intacta.....	161
Gráfico 14 – Técnicas que prejudique menos o meio ambiente.....	162
Gráfico 15 – Disponibilidade em pagar	164
Gráfico 16 – Expectativa dos visitantes.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Critério das atividades de ecoturismo.....	33
Tabela 2 – Naturalidade dos gestores.....	120
Tabela 3 – Tempo de serviço.....	131
Tabela 4 – Gênero dos gestores.....	132
Tabela 5 – Faixa etária dos gestores.....	132
Tabela 6 – Escolaridade.....	133
Tabela 7 – Importância da pousada.....	133
Tabela 8 – Importância do órgão ambiental.....	135
Tabela 9 – Benefícios do licenciamento.....	136
Tabela 10 – Atividades recreativas.....	138
Tabela 11 – Visitantes recebidos.....	138
Tabela 12 – Valor do pacote.....	139
Tabela 13 – Abastecimento de água e energia.....	140
Tabela 14 – Quantidade de guias e funcionários.....	142
Tabela 15 – Área total do empreendimento.....	144
Tabela 16 – O que o senhor entende por ecoturismo?.....	146
Tabela 17 – Gênero.....	148

Tabela 18 – Sexo.....	169
Tabela 19 – Faixa etária dos moradores.....	170
Tabela 20 – Escolaridade dos moradores.....	171
Tabela 21 – Tempo que mora na comunidade?.....	171
Tabela 22 – Função que exerce na pousada.....	173
Tabela 23 – Profissão.....	174
Tabela 24 – Naturalidade dos moradores.....	174
Tabela 25 – Estado civil dos moradores.....	175
Tabela 26 – Pricipal atividade econômica dos moradores.....	176
Tabela 27 – Meios de transporte que os visitantes chegam as pousadas.....	183

APÊNDICE

Apêndice A – Planilha situacional dos hotéis de selva no Amazonas.....	206
Apêndice B – Roteiro de entrevista aplicado aos gestores.....	238
Apêndice C – Roteiro de entrevista aplicado aos moradores.....	240
Apêndice D – Roteiro de entrevista aplicado aos visitantes.....	243

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRAT

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

APÊNDICE

CAPITULO I – INTRODUÇÃO.....	20
1.1 OBJETIVOS.....	23
1.1.1 Objetivo geral.....	23
1.1.2 Objetivo específicos	23
1.2 Hipótese.....	24
1.3 Procedimentos metodológicos.....	24

1.4 Marco teórico.....	26
1.4.1 Princípios do ecoturismo.....	30
1.4.2 Tipos de ecoturismo.....	33
1.4.1.1 Diferença entre o turismo de massa e aventura.....	34
CAPITULO II - MEIO AMBIENTE.....	41
2.1 Desenvolvimento sustentável.....	41
2.2. Desenvolvimento sustentável e o ecoturismo.....	51
2.2.1 Ecoturismo	55
2.2 2 Impactos negativos do ecoturismo.....	58
2.2.3 Impactos positivos do ecoturismo.....	59
CAPITULO III - A REALIDADE DO ECOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS E A LEGISLAÇÃO.....	61
3.1 O Ecoturismo no Estado do Amazonas e a Legislação.....	63
3.1.1 A legislação e a gestão ambiental no Estado do Amazonas.....	70
3.2 Licenciamento Ambiental.....	77
CAPITULO IV - POLITICAS PÚBLICAS PARA O ECOTURISNO.....	84
4.1 Políticas do ecoturismo.....	84
4.2 Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo na Amazônia.....	90
4.3 Políticas Públicas: Planejamento Ecoturismo.....	92
4.3.1 Proecotur.....	94
CAPITULO V - MATERIAIS E MÉTODOS.....	102
5.1 Procedimentos Metodológicos	102
5.2 Caracterização da área de estudo.....	107

5.2.1 Localização do Careiro/Castanho.....	107
5.2.2 Localização de Autazes.....	115
5.3 Materiais.....	125
CAPITULO VI - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	130
6.1 Identificação das Características Sócio - Demográfica dos Gestores.....	130
6.2 Resultados do Questionário Aplicado aos Visitantes	147
6.3 Percepção Ambiental.....	157
6.4 Atividades Preferidas e Motivação	165
6.5 Análise dos Dados da Pesquisa Realizada com os Moradores.....	169
6.6 Vantagens e Desvantagens de Viver em uma Área Protegida.....	177
6.7 Associativismo como Alternativa para Superar os Problemas Cotidianos	180
6.8 Atividade de Ecoturismo.....	181
6.9 Representação Sobre o Ecoturismo.....	183
6.10 Relação com o hotel pousada.....	185
CAPITULO VII – CONCLUSÕES.....	189
REFERÊNCIAS.....	192
APÊNDICES.....	205

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

O Ecoturismo como atividade expressiva nas políticas de desenvolvimento de comunidades rurais, atualmente constitui-se numa alternativa sócio ambiental e cultural frente a diversos problemas como: o stress urbano, as constantes pressões de invasões, o desconforto térmico, a destruição das áreas verdes e a poluição das nascentes de mananciais e igarapés, fazendo que cada vez mais os cidadãos de nossas cidades das mais variadas classes sociais procurem formas de recomposição física e mental em ambientes rurais e silvestres. A cada dia cresce a necessidade dos cidadãos terem um encontro mais íntimo com a natureza, assim como informações sobre biodiversidade, cultura popular, formas de manejo tradicionais e questões antropológicas dos locais visitados (TELLO, 2004).

O ecoturismo pode ser completamente viável na Amazônia, podendo servir como instrumento de conscientização ambiental dos próprios agricultores e agentes de difusão de tecnologias, gerando alternativas econômicas para as comunidades rurais, além de contribuir na preservação de espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma a Amazônia oferece oportunidades diversas para o desenvolvimento deste segmento. Entretanto, a falta de infra-estrutura ecoturística e serviços, aliada à inexistência de políticas públicas reais que incentivem o mesmo, em suas diferentes modalidades têm dificultado a implantação definitiva das atividades ecoturísticas. Para a população local, o ecoturismo pode ser uma importante fonte de renda para o pequeno produtor, valorizando seu conhecimento tradicional (BECKER e EGLER, 1997).

O ecoturismo é uma atividade que merece ser tratado com seriedade, evitando confundi-la com outras atividades turísticas que nada tem a ver com o desenvolvimento comunitário e a conservação da natureza. As raízes do ecoturismo encontram-se nas entranhas das culturas locais, com forte base comunitária, enquadrando-se perfeitamente nos princípios filosóficos do desenvolvimento sustentado, do jeito que qualquer projeto ou empreendimento que queira ser denominado como tal, deverá responder pela homeostase do ambiente, viabilidade econômica e a justiça social (TELLO, 2004).

Entretanto, atualmente, verifica-se facilmente que muitos empreendimentos na Amazônia, elaboraram seu produto e propaganda com rótulo ecoturístico, quando muitas vezes não passam de meras atividades de turismo de natureza ou de turismo de massa. Apesar de que, esta modalidade teve grande auge e sucesso a partir de 1970 até os dias atuais, com imensuráveis danos para a natureza e o meio ambiente (SILVEIRA, 2001)

Para ninguém é segredo que o Brasil possui uma das melhores legislações ambientais do mundo, porém ela é duramente criticada quando referida a sua implementação prática, o que pode facilmente ser comprovado, quando verificamos os inumeráveis empreendimentos hoteleiros turísticos que vêm sendo implantados no espaço urbano e rural na presente década no estado do Amazonas (TELLO, 2005).

Quase todos esses empreendimentos na Amazônia começaram a funcionar ilegalmente, ou seja, se omitindo ao cumprimento da lei instruída a partir do licenciamento ambiental. Dos empreendimentos licenciados, a maioria não cumpriu com as três fases do licenciamento: licença prévia, licença de instalação e licença de operação, forçando os órgãos ambientais licenciá-las, começando pela última fase do licenciamento, ou seja, com a fase de operação. Outras até hoje funcionam totalmente ilegais, em detrimento da conservação da natureza e o respeito dos órgãos ambientais (NESPSTAD, 1999).

A preocupação em torno dos impactos negativos relacionados às atividades do turismo é bastante recente, considerando que foi no início dos anos 70, aproximadamente, a sociedade começa a refletir e criticar as práticas da indústria do turismo. A sensibilização das questões relacionadas aos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais levou a humanidade a refletir sobre os efeitos na biosfera e os perigos decorrentes da corrida desenfreada do desenvolvimentismo capitalista e da social-democracia européia.

Em razão disso, o setor turístico teve que modificar certos comportamentos e atitudes, desenvolvendo novas modalidades de turismo em função das crescentes necessidades da sociedade de avançar na perspectiva de atividades mais limpas e de menores impactos, principalmente em ambientes pouco perturbados ou sem nenhuma perturbação, se configurando uma nova vertente ou segmento do turismo, ou seja o ecoturismo, como uma alternativa econômica para as comunidades pobres ou para o exercício de práticas relacionadas com a cultura dos povos, se interessando especificamente pelos valores históricos, os mitos, as lendas, os saberes e os dizeres, como uma forma de relacionamento sério e responsável na direção de um desenvolvimento harmônico de cara com a conservação ambiental, praticada secularmente pelos povos da floresta.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no Estado do Amazonas à luz da Legislação, o licenciamento ambiental e sua implementação prática.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar e delimitar o mapa de localização dos empreendimentos ecoturísticos do município do Careiro (Castanho) e Autazes.
- Realizar a caracterização dos aspectos qualitativos e quantitativos da infra-estrutura e os serviços oferecidos pelos empreendimentos.
- Elaborar o quadro demonstrativo da situação legal e as pendências dos empreendimentos ecoturísticos do Estado.
- Fornecer ao Poder Público informações sócio-ambientais para a formulação de políticas públicas estratégicas para a atividade de ecoturismo no Estado do Amazonas.

1.2 HIPÓTESE

A adoção de normas e regulamentos para a atividade ecoturística é eficaz e condizente com a realidade do Estado do Amazonas, contribui para a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população?

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução desta pesquisa foi aplicado o método dedutivo, partindo de princípios gerais para casos específicos.

Nesta investigação, a situação legal e o licenciamento ambiental dos empreendimentos ecoturísticos no município do Careiro, também conhecido como Careiro – Castanho e Autazes, foi analisada a partir da elaboração e da delimitação do mapa de localização dos meios de hospedagem, os quais foram identificados nas visitas *in loco*, utilizando o sistema de posicionamento global (GPS). Foram definidos as pousadas; Juma Adventure Quest Hotel, Mamori e Recanto da pesca. Estas hospedarias foram escolhidas pelas excelentes características ambientais, atração turística favorável - pesca esportiva, proximidade com a capital Manaus, logística de acesso via terrestre e fluvial, pela propaganda definida como empreendimentos ecoturísticos e por estarem localizados próximos a comunidades indígenas e caboclas.

A pesquisa foi descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa da infra-estrutura e os serviços oferecidos pelos empreendimentos. A abordagem quantitativa deu-se em relação aos aspectos de natureza física da área de abrangência do projeto com a elaboração e aplicação de questionários estruturados, usando as técnicas estatísticas que permitiram a aplicação desses aspectos na prospecção quantitativa da análise, sob a forma de gráficos para uma melhor interpretação dos resultados.

Na abordagem qualitativa, os aspectos utilizados tiveram como base os instrumentos de gestão ambiental dos empreendimentos, através de técnicas de sondagem (roteiro de entrevistas e formulários de observação) junto á comunidade, ecoturistas e gestores das pousadas, além de avaliar, através da técnica de sondagem com aplicação de questionários de percepção ambiental o comprometimento comunitário na proteção dessas áreas.

Na pesquisa foi analisada a situação legal das empresas ecoturísticas no Estado do Amazonas através de investigação exploratória focalizada na coleta sistemática de dados (levantamento bibliográficos), visitas a instituições e órgãos licenciadores, empresas, pesquisa em sites. Para a análise da situação legal dos empreendimentos, foram também utilizadas as leis, decretos, resoluções e instrução normativa do IPAAM, que norteiam os procedimentos para o licenciamento ambiental.

Após análise das leis e procedimentos adotados foi elaborado um quadro comparativo situacional do empreendimento, para saber até onde foram cumpridas as pendências após a vistoria pelo órgão licenciador.

1.4 MARCO TEÓRICO

Embora não haja uma definição única do que seja Turismo, as recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre estatísticas de turismo, o definem como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros."

No processo histórico percebe-se que ao longo da evolução da civilização o homem sempre viajou, ora levado pela necessidade de sobrevivência, ora pela curiosidade de conhecer outras culturas, povos, ou olhar outros ambientes naturais.

Para Ignarra (2001, p. 15), "o turismo é uma prática que vem sendo desenvolvida ao longo da história, que se iniciou quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos".

Segundo Andrade (2007, p.10), esse grande desenvolvimento econômico e expansão mundial das viagens se estendem pelas décadas de 1950 e 1960, ocasionando um crescimento acelerado do turismo. Assim, a consequência desses fatos, foi a massificação desse evento.

Na década de 1960, são propagadas informações importantes sobre o meio ambiente, por estudiosos e pelos meios de comunicação, que passaram a evidenciar os problemas ambientais, culminando no surgimento, em 1970, dos movimentos ambientalistas, que se organizam segundo Prado (2001, p.48 - 49) "numa frente de reação ao sistema econômico,

cuja lógica de maximização da produção e otimização do uso dos recursos naturais, renováveis ou não, subestima o custo social e ambiental decorrente desse processo”.

O turismo passa a ser massificado de forma rápida e economicamente satisfatória, porém destrutiva para o meio natural, visto que não havia controle e preocupação com a conservação ambiental. Torna-se necessário encontrar maneiras diversificadas para continuar essa atividade lucrativa, sem agredir e esgotar os recursos naturais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em 1972 e realizada em Estocolmo, caracteriza-se por um marco do ambientalismo contemporâneo, discutia-se pela primeira vez em nível mundial os direitos da humanidade a um ambiente saudável e produtivo. Depois da Conferência surgem novas formas de turismo, praticadas em localidades distintas e exóticas, renomeando e diversificando a atividade turística, com o intuito de frear o turismo de massa que se alastrava e conseqüentemente o prejuízo que ocorria.

Neste contexto surgiu o ecoturismo, palavra que ainda tem gerado confusão referente à etimologia ou origem do termo “ecoturismo”, fato evidente no volume de literatura sobre o assunto (FENNEL, 2002). Segundo Barros (2003), historicamente o ecoturismo sempre existiu, pois nasceu com o interesse do indivíduo em desvendar os segredos da natureza e a sensação que eles produzem. E, nestas condições, podemos citar como exemplo os naturalistas que, desde o século XVI até a atualidade, associados aos ambientalistas, membros do Partido Verde (PV) e as Organizações Não Governamentais (ONG's), são interessadas na conservação e na defesa da natureza.

Nesse sentido, Orams (1995) e Hvenegaard (1994) escrevem que o termo remonta ao final dos anos 80, enquanto outros como Higgins (1996) sugerem que ele remonta aos anos 70, por intermédio do trabalho de Miller sobre ecodesenvolvimento (FENNELL 2002, p.41). Por outro lado, um dos temas constantes que se manifesta na literatura defende o fato de que Cebalhos-Lascuráin foi o primeiro a usar a frase no início dos anos 80 que definiu o ecoturismo como “viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas nem contaminadas com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário, seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nessas áreas” (BOO, 1990).

Para Barros (2003) é a partir da década de 70 que, fora do Brasil, o engajamento em viagens com maior significado, além do simples relaxamento, passou a ser iniciativa regular, originando o turismo alternativo, assim denominado na época. Por ele, grupos de turistas originários de países desenvolvidos passaram a praticar o chamado “turismo de descoberta” em destinos distantes e exóticos. Essa experiência permitia ao turista um maior conhecimento das maneiras de viver, do caráter e índole das comunidades visitadas.

Para Tello (2003); “esse interesse pela natureza selvagem motivou a implantação, por parte de empreendedores estrangeiros, dos primeiros hotéis de selva ou alojamentos na Amazônia, a partir do final dos anos 70, período em que houve um incremento na procura por Parques Nacionais dos EUA”.

A constante procura por experiências turísticas em ambientes naturais relativamente intactos fez com que o ecoturismo se tornasse o segmento do mercado internacional de turismo com os maiores índices de crescimento (NIEFER, 2002).

No Brasil, o ecoturismo tomou impulso no final dos anos 80 e início dos anos 90, tornando-se frequentes as viagens de aficionados do acampamento. Começaram a surgir às primeiras agências de ecoturismo, especialmente na cidade de São Paulo, cujos empreendedores acreditavam que o turismo desenvolvido em ambientes naturais era uma forma alternativa de crescimento pessoal interior e de formação de uma consciência ambiental e ecológica (BARROS, 1999).

Segundo a EMBRATUR/IBAMA (1994) o ecoturismo é a “atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência conservacionista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. Portanto com esta visão, a EMBRATUR começa a promover roteiros ecológicos, enquanto algumas empresas do ramo procuravam dinamizar suas atividades, principalmente em áreas como o Pantanal, cidades serranas, hotéis fazenda, etc.

Bessa (2005) comenta,

paradoxalmente, em literaturas recentes, acredita-se que o termo remonte a uma data ainda anterior, aparecendo no trabalho de Hertzler (1965), que o usou para esclarecer o intrincado relacionamento entre os turistas e os meio ambientes e culturas no quais eles interagem. Fennel (2002) revela que Hertzler identificou quatro pilares fundamentais a serem observados para se praticar uma maneira mais responsável de turismo. São eles: (1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo em – e respeito máximo às – culturas anfitriãs; (3) máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião e (4) satisfação “recreacional” máxima para os turistas participantes.

Esses pilares transformaram-se em premissas básicas que hoje norteiam todos os conceitos de ecoturismo.

Ao longo do desenvolvimento do ecoturismo de início temos uma relação direta do homem com o meio ambiente natural e cultural, esta relação é de pouca responsabilidade,

gerando impacto no meio ambiente, pois na medida em que a sociedade evoluiu e os conceitos de sustentabilidade são mais difundidos, o homem assume grande responsabilidade para com o meio ambiente, aprendendo a respeitar a natureza e as culturas diferentes da sua, passando a conservar a natureza e a cultura.

Para Rodrigues apud Pires (2002) o termo ecoturismo é tido como um dos mais apaixonantes, complexos e polêmicos na esfera de estudos do turismo, isto porque não há, até hoje, um consenso para sua conceituação e seu funcionamento. O assunto é mencionado como um dos que mais crescem atualmente, tanto no Brasil quanto no exterior.

A Organização Mundial do Turismo declara o ano de 2002 como sendo o Ano Internacional do Ecoturismo devido a sua importância para o mercado, o encontro foi realizado em Quebec, no Canadá de 19 a 22 de maio de 2002. Salvati (2003) definiu o evento como “um encontro com forte conotação política, apresentações de dezenas de planos e estudos e muito pouco de experiências praticas exitosas”. Tais observações nos levam ao sentimento de que atualmente, o ecoturismo vem sendo praticado cada vez mais, quer em áreas naturais protegidas legalmente, ou em áreas naturais sem proteção legal. É natural que, pela grande riqueza florística e faunística, diversidade paisagística, elevado valor biológico e beleza cênica, as áreas protegidas se destaquem como oferta ecoturística.

1.4.1 PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO:

Segundo Bessa (2005, p. 22) “qualquer tipo de projeto voltado para a atividade ecoturística visa o desenvolvimento de um turismo sustentável. Para tanto, alguns princípios foram criados, com o objetivo de desenvolver o ecoturismo de forma organizada e articulada”.

Mitraud (2003) coloca que os participantes da primeira oficina do "Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável", *World Wildlife Fund (WWF)-Brasil*, detalharam os princípios do ecoturismo para aprofundar sua compreensão sobre o tema e subsidiar a elaboração de planos de ecoturismo. Eles formularam princípios conforme seus entendimentos, estabelecendo as diretrizes que orientaram o desenvolvimento do Manual e seus diversos instrumentos de planejamento temático. Tais princípios são:

1. O ecoturismo deve contribuir para a conservação do meio ambiente;
2. O ecoturismo deve promover, onde possível, a valorização cultural das comunidades, bem como sua capacitação para o gerenciamento participativo e de mínimo impacto dos recursos envolvidos;
3. O ecoturismo deve buscar a diversificação e integração econômica para a melhoria da qualidade de vida das comunidades;
4. No desenvolvimento do ecoturismo, a integração e equilíbrio entre conservação ambiental, respeito pela cultura local e a diversificação de atividades econômicas devem ocorrer via processo participativo.

Pires (2002, p. 14-15) afirma com relação aos princípios do ecoturismo:

Qualquer atividade de ecoturismo deve respeitar as diversas dimensões apontadas por diferentes autores em relação à sustentabilidade, ou seja: as sustentabilidades planetária, ecológica, demográfica, espacial, cultural, social, política e institucional, às quais acrescentando a jurídica e a administrativa.

Portanto o ecoturismo compreende:

1. as viagens recreativas, responsáveis por áreas de significativo valor natural, com a finalidade de apreciar, desfrutar e fundamentalmente entender tanto os problemas ambientais no sentido físico quanto os valores culturais que encerram;
2. o apoio à conservação ambiental com o uso dito sustentável dos recursos;
3. a participação das populações locais para obtenção máxima de benefícios do turismo, usando os recursos de maneira racional;
4. a máxima diminuição de possíveis impactos físicos e culturais que essa atividade possa gerar;
5. a educação ambiental visando à formação e ao aprofundamento da consciência ecológica e respeito aos valores, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os turistas.

Segundo Bessa (2005, p. 23), “no *site* intitulado Eco Viagem, o conceito de ecoturismo é apresentado como “atividades relacionadas com turistas e visitantes ou serviços que dão suporte às populações locais, culturais e econômicas de maneira positiva, além de contribuir para a proteção ecológica e sustentabilidade” (ecoviagem.com.br). Para que o ecoturismo ocorra é necessário verificar se os sete princípios básicos, constituídos para sua efetivação, são reais. Tais princípios possibilitam a realização da atividade criando nos envolvidos uma cultura ecoturística. São eles:

1. A viagem de ecoturismo tem um foco primário em visitar ambientes naturais relativamente remotos e inalterados;
2. O ecoturista mantém um baixo impacto sobre o ambiente natural, sem alterar o recurso ou afetar negativamente a experiência;
3. Os participantes trazem consigo uma ênfase educacional e um desejo em aprender mais sobre a história natural e cultural dos lugares visitados;

4. O ecoturista oferece benefícios diretos à economia e aos habitantes locais, além de colaborar com a preservação das áreas naturais e habitats da vida selvagem;
5. O ecoturista promove o crescimento econômico enquanto protege o ambiente natural - qualquer desenvolvimento deve ser sujeito a limitações;
6. A agência/operadora ajuda a custear o policiamento de suas próprias atividades, contribuindo com a preservação ambiental;
7. Os viajantes devem ter o espírito da apreciação, participação e sensibilidade.

Como se vê, os conceitos internacionalmente aceitos, emitidos por Ziffer, Ceballos-Lascurain, Crosby, Healy e *Ecotourism Society*, além dos difundidos no Brasil pela EMBRATUR/IBAMA, correspondem aos princípios atualmente divulgados para o ecoturismo e, estão altamente relacionados com (PIRES, 2002): a preocupação com seus impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos, na qual se infere a questão da sustentabilidade; o aspecto educativo; a necessidade de inserir as comunidades locais no planejamento e na gestão da atividade.

1.4.2 TIPOS DE ECOTURISMO

Pires (1996) divide o ecoturismo pelo critério das atividades. Segundo Barros (2003) o autor ainda aponta que, apesar da classificação em nível teórico a qual distingue conceitualmente tipos de ecoturismo e atividades ecoturísticas, na prática, observa-se uma integração entre tipos e atividades no momento de seu planejamento e realização.

Tipos de Ecoturismo	Atividades Ecoturísticas
Ecoturismo Científico	Estudos e Pesquisas Científicas em Botânica, Arqueologia, Paleontologia, Geologia, Zoologia, Biologia, Ecologia, etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da Vida Selvagem (fauna e flora), Interpretação da Natureza, Orientação Geográfica, Observação Astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, Acampamentos, Contemplação da Paisagem, Banhos e Mergulhos, Jogos e Brincadeiras, Passeios Montados, etc.
Ecoturismo de Aventura	"Trekking", Montanhismo, Expedições, Contatos com Culturas Remotas, etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, Canoagem, "Rafting", Bóia Cross, Rapel, "Surf", Vôo livre, Balonismo, etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural do ecoturista com populações autóctones (primitivas/nativas) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturista	Prática do "Nudismo" ao ar livre e junto a natureza

Tabela 1 - Tabela de Critério das Atividades de Ecoturismo

Fonte: Pires, P. S. 1996.

Ribeiro e Barros(1997) subdividem o ecoturismo ou turismo ecológico em quatro categorias, que compartilham características, mas que se diferenciam nas dimensões e na qualidade das infra-estruturas disponíveis para sua realização e que são: turismo tipo Cancun; institucional - ambiental; aventura de luxo pseudocientífico humanista; e aventura desportista de grupo.

1.4.2.1 Diferença entre o Turismo de Massa e Aventura

O Turismo de Natureza ou Aventura, aquele em que a paisagem e o ambiente são o espetáculo, é uma vocação natural do Brasil. A maioria dos nossos destinos, classificados nessa categoria, estão espalhados por aí, para ainda serem achados. Muitos lugares posariam para fotos sem maquiagens. O resultado seria encantador. Mas isso certamente não bastaria para sustentá-los. O turismo massivo, gera danos ambientais em termos de poluição e deterioração do lugar, porque não há normas que regulem os passeios. As pessoas visitam os monumentos e, no fim do dia, são encontradas montanhas de resíduos nos cantos destinados aos monumentos. Por isso, a UNESCO solicita que toda visita ou passeio não se realize sem a companhia de guias capacitados.

Ao se basear no lema proposto pela Agenda 21 (CONFERÊNCIA, 2001), “Pensar globalmente e agir localmente”, cabem ações locais, considerando-se as peculiaridades de cada região e os anseios e necessidades daquela comunidade local. Isso vem se refletindo na construção de Agendas 21 Locais, que pretendem estabelecer metas e ações locais, capazes de contribuir com a construção de um mundo melhor, com maior equidade sócio-econômica e maior sustentabilidade.

Na Região Amazônica, o caminho não tem sido diferente, levando-se em consideração que alguns Municípios já fazem parte de tal discussão e elaboração de “Agendas Positivas da Amazônia”, com o compromisso de deter o elevado ritmo do desmatamento e pactuar democraticamente conjuntos de compromissos a serem buscados a fim de uma construção prática de novos modelos de desenvolvimento, calcados na sustentabilidade. (Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2005a)

Segundo a Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA (2005a), as propostas são abrangentes e visam balizar as políticas e ações governamentais (agendas positivas estaduais e regional) em relação à região, construídas por meio de amplas consultas e participações dos Parlamentos, Governo nos três níveis, movimentos sociais organizados, representações de segmentos comunitários tradicionais, entidades privadas, Organizações Não-Governamentais, técnicos e cientistas mobilizados em todos os nove Estados que compõem a Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Acre, Amapá, Tocantins e Maranhão).

Contemplando aspectos variados, compõem a Agenda Positiva da Amazônia, as seguintes propostas:

<ul style="list-style-type: none"> *Zoneamento Ecológico-econômico; *Infra-estrutura (transporte e energia); *Geração Sustentável de Emprego e Renda: <ul style="list-style-type: none"> -Agroextrativismo; -Produção Florestal; -Pesca; -Agropecuária; -Ecoturismo; -Biotecnologia *Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais; 	<ul style="list-style-type: none"> *Instrumentos Econômicos; *Política Fundiária; *Áreas Protegidas; *Áreas Indígenas; *Ciência e Tecnologia; *Monitoramento e Controle Ambientais; *Serviços e Benefícios Ambientais; *Educação para Gestão Ambiental; *Recuperação de Áreas Alteradas; *Gestão Ambiental Urbana; *Fortalecimento Institucional; e *Legislação.
--	--

Figura 1 – Agenda Positiva
FONTE: MMA, 2005a (grifo nosso)

Para Bahia (2002), cabe ressaltar um dos itens pontuados nas discussões da Agenda Positiva da Amazônia, foco relevante para os objetivos deste texto: o ecoturismo. As interconexões entre este e o desenvolvimento sustentável e suas nuances no processo dialético das relações humano-natureza, são aspectos a serem considerados.

A busca de experiências de lazer em ambientes naturais tem se manifestado através do interesse. O interesse deve ser entendido como o “conhecimento que está enraizado na sensibilidade, na cultura vivida” (DUMAZEDIER, 1980, p. 32). Dumazedier (1980), propõe que de acordo com o interesse das pessoas, os conteúdos culturais do lazer podem ser concebidos em cinco modalidades: atividades sociais; físico-esportivas; intelectuais; manuais e artísticas. A estes, Camargo (1992), acrescenta o conteúdo das atividades turísticas: atividades turísticas (Ecoturismo e Turismo de Aventura) e atividades físico-esportivas

(esportes de aventura). Mas é preciso refletir em que lógica de valores tais atividades têm sido vivenciadas, na medida em que é possível romper com a lógica voraz do mercado; com a busca de “consumo exacerbado”; com a vivência alienada do lazer; com a busca de compensação e fuga da realidade; com o “uso” não sustentável da natureza; com a vivência de valores individualistas.

O lazer, enquanto manifestação humana e direito inalienável das pessoas traz em seu bojo possibilidades de contestação e mudança de valores, que exposto através de ações culturais, pode possibilitar a transformação do estilo de vida das pessoas. Mas para isso é preciso compreendê-lo, não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade, e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores e atitudes.

(...) situações de lazer gerador dos valores que sustentam a Revolução Cultural do Lazer. São reivindicadas novas formas de relacionamento sociais mais espontâneas, a afirmação da individualidade e a contemplação da Natureza. Observam-se mudanças nas relações afetivas, nas considerações sobre o próprio corpo, no contato com o belo, em síntese, na busca do prazer. (MARCELLINO, 2001, p. 15)

Portanto, a concepção de lazer enraizada nos valores capazes de propiciar o descanso, o divertimento e o desenvolvimento individual e social – fundamental para a presente abordagem –, encontra-se na proposta de Marcellino (2001) que associa estas ações humanas, marcadas pela livre adesão e o prazer, com um entendimento de cultura em seu sentido ampliado.

O Turismo Ecológico ou Ecoturismo surge como uma alternativa de se contrapor à lógica do turismo de massa (padronizado e predatório), e procura cada vez mais defender a

proposição de roteiros personalizados, preocupados com o mínimo impacto e com grande interesse paisagístico-ecológico (SERRANO, 1997).

No documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, lançado em 1994 pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT e pelo Ministério do Meio Ambiente, – MMA, o ecoturismo, que se traduz numa multiplicidade de vivências em áreas naturais de acordo com Serrano (2000, p. 9), “podemos considerar o ecoturismo como uma idéia “guarda-chuva”, pois envolve uma multiplicidade de atividades como *trekking*, *hiking*, escaladas, *rapel*, espeleologia, *mountain biking*, cavalgadas, mergulho, *rafting*, *floating*, *cayaking*, vela, vôo livre, *paragliding*, *balonismo*, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e de flora, pesca (*catch-release*), turismo esotérico e turismo rural, para citar as mais usuais – dentre estas, algumas atividades físicas na natureza (nem sempre vinculadas à aventura e ao risco) e o Turismo de Aventura (atividades com características mais fortemente vinculadas à “aventura”, ao “risco” e ao “radicalismo”) –, traz em sua essência a discussão de ter como seu elemento fundamental, o desenvolvimento sustentável.

(...) é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL-MICT/MMA, 1994)

No entanto, muitos são os autores (Ruschmann, 2004; Serrano, 2000; Figueiredo, 1999; Coelho, 1999; Coriolano, 1999; Uvinha, 2001; entre outros), que têm procurado fazer análises críticas sobre as concepções teórico-práticas dos projetos e ações executados em todo o Brasil, os quais se autodenominam de ecoturismo e turismo de aventura, mas que, no entanto, refletem práticas pouco preocupadas com os preceitos defendidos originalmente.

O Turismo de Aventura, situado na polissemia do termo e da multiplicidade das atividades do ecoturismo (SERRANO, 2000), remete às mesmas preocupações em termos de planejamento, gestão e sustentabilidade. Tem sido incluído nas discussões gerais sobre Ecoturismo, no que se refere ao Poder Público, com sua inserção nos projetos maiores de desenvolvimento do “Turismo Verde”, do Governo Federal, que visa desenvolver o ecoturismo na Amazônia brasileira e está inserido no programa “Avança Brasil”(MMA, 2005a). Abarca o Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR e amplia a previsão de recursos na mesma direção (MMA, 2005a).

A EMBRATUR realizou em Caeté-MG (abril de 2001) uma oficina de planejamento, com o objetivo de elaborar um Plano de Ação, subsidiando a fundamentação de uma Política Nacional de Fomento ao Turismo de Aventura e de conceber a estrutura básica de um Guia Nacional de Turismo de Aventura e de um Manual de Orientação aos Municípios. Como resultado dessa oficina, foi sistematizado, por meio de um relatório, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura - PNDSTA (BRASIL/EMBRATUR, 2001).

No Relatório, a conceituação do “turismo de aventura” que faz parte do referido plano é de:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (BRASIL/EMBRATUR, 2001, p. 7).

Segundo o relatório, no desenvolvimento do conceito os participantes consideraram a conveniência de se definir melhor o nome do segmento. Entre as expressões “esportes ao ar

livre”, “esportes radicais”, “esportes de aventura” e, para melhor diferenciação do segmento Turismo de Esportes, foi proposta a adoção de um nome simples e marcante, que melhor caracterizasse o conceito expresso para o segmento: “Turismo de Aventura” (“*adventura*”, do latim “o que há por vir”) (BRASIL/EMBRATUR, 2001, p. 7).

Na oficina, foram analisadas as modalidades de turismo de aventura e identificadas as consideradas principais nos diferentes ambientes: aéreo, terrestre e aquático. “As modalidades de turismo de aventura identificadas foram analisadas, destacando-se aquelas consideradas mais atrativas, com maior risco para o praticante, com maior impacto ambiental e as consideradas melhor, mal ou pouco exploradas” (BRASIL/EMBRATUR, 2001, p. 1).

CAPITULO II

MEIO AMBIENTE

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mesmo com a descoberta de que a Terra era redonda, logo, limitada, “a imensa extensão das terras assim reveladas permitiu que os homens se mantivessem, até hoje, na ilusão de que as riquezas da natureza eram inesgotáveis, e de que podiam impunemente crescer em número e multiplicar sempre suas necessidades” (Batisse, 1992, p.4). Esta foi a maneira que por muito tempo a humanidade percebia seu mundo.

A realidade em que o planeta se encontra mostrou, naturalmente, os efeitos de uma percepção conturbada da natureza. Os problemas decorrentes deste fenômeno são diversos e globais. Os recursos naturais, ainda que consideráveis, já sofrem, uma ação competitiva entre as necessidades dos homens- vitais ou supérfluas - e os meios de atendê-las. Mesmo com os avanços científicos e tecnológicos, não há certeza de se resolver tais dificuldades. Há problemas como o crescimento demográfico descontrolado, principalmente em países pobres e o desenfreado consumo de bens e energia, na maioria em países ricos, combinando-se em um modelo de desenvolvimento econômico

que exige muito de todos os componentes de nosso meio ambiente (Batisse, 1992, p.4). Todas estas questões são hoje de cunho global e representam uma crise ambiental e de desenvolvimento.

Para Barrère (1996, p.27), entretanto, "o principal problema ambiental global a ser enfrentado pela civilização do século XXI advém de seu próprio modelo de desenvolvimento - e não do volume ou do ritmo do crescimento demográfico". De qualquer forma, a natureza está fragilizada devido às constantes agressões e isto pode colocar em risco o potencial global de desenvolvimento (VILLENEUVE, 1992, p.6).

Países de todo o mundo estão procurando soluções para apaziguar tal situação. A questão parece ser bastante delicada por envolver todo o planeta e principalmente por depender de interesses e valores de governantes e políticos, que nem sempre conciliam suas decisões e atitudes com o bem-estar do ecossistema. No entanto, diante da gravidade e urgência do tema, têm sido realizados muitos encontros e projetos de repercussão mundial para discutir alternativas de um desenvolvimento sustentável.

Em 1948, já se manifestava, através da UNESCO, uma preocupação com a natureza, tanto que nesta data se criou, sobre sua égide, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Em 1961, em 1964 e em 1968 surgiram respectivamente, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, o Decênio Hidrológico Internacional e a Conferência sobre Utilização Racional e Conservação dos Recursos da Biosfera. Este último originou o programa - O Homem e a Biosfera- que está até os dias de hoje contribuindo para atividades relativas ao meio ambiente (BATISSE, 1992, p.4).

Este programa, também conhecido como projeto *Man and Biosphere* (MAB), baseia sua atividade num conceito novo, "conservação para um desenvolvimento duradouro (...). O trabalho do MAB já não consiste em denunciar as atividades nocivas ao meio ambiente, mas em propor ações capazes de conciliar os imperativos do desenvolvimento com os da preservação do meio ambiente natural" (DROSTE, 1987 *apud* DIAS, 1993, p.44).

Conforme Dias (1993, p.45) somente no final da década de sessenta e início da década de setenta surgiram vários outros grupos no mundo todo que demonstravam real interesse pela preservação e conscientização ambiental. E cita que entre estes grupos, alguns criticavam a sociedade industrial. "Essas críticas voltavam-se para os efeitos prejudiciais ao meio ambiente decorrentes da atividade industrial e do crescimento econômico". Assim, neste período surgiram:

1971 - Clube de Roma: preocupação com o crescimento demográfico e com um possível colapso da produção agrícola e industrial;

1972 - Conferência das Nações Unidas: sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, Suécia): criação de medidas para o combate à degradação ambiental. (Graedel e Allembly *apud* Dias, 1993, p.4);

1974 - A Declaração de Cocoyok: resultado de uma reunião da UNCTAD e do UNEP, que contribui para a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento (BRÜSEKE, 1995, p.31);

1975 - O Relatório *Dag - Hammar skjöld*: é um relatório que cita e vai além de outros documentos, para a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ambiental (Brüseke, 1995, p.31);

1978 - Selo ecológico *Blau Angel*: utilizado em produtos ambientalmente responsáveis. (Graedel e Allembly *apud* Dias, 1993, p.4)

"Os anos 70, foram a década da regulamentação e do controle ambiental. Após a Conferência de Estocolmo (...), as nações começaram a estruturar seus órgãos ambientais e estabelecer suas legislações, visando ao controle da poluição ambiental" (Santos, 1996, p.62).

Nos anos 80, os conceitos de proteção do meio ambiente começaram a se expandir. Acidentes famosos, como o ocorrido em Bhopal (Índia) contribuiu para a mudança de políticas, legislações e de conceitos sobre o gerenciamento ambiental.

Surgiram em vários países os partidos e os parlamentares verdes. No Brasil, foi publicada em 1986 a Resolução nº. 01 do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I- a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais. (BENITEZ, 2002, p.309)

Infelizmente, nesta década, as pessoas que lutavam pela causa ambiental eram consideradas, por alguns, como radicais e, muitas vezes, denominadas fanáticas. Havia um constante atrito entre os defensores, fiscalizadores e o empresariado (DEL RIO e OLIVEIRA, 1999).

Mesmo assim, nesta década, a preocupação ambiental mostrou-se crescente e

vários foram os acontecimentos que demonstravam essa apreensão global. Assim, entraram em vigor legislações específicas que controlavam a instalação de novas indústrias e estabeleciam exigências para as emissões das indústrias existentes, desenvolveram-se empresas especializadas na elaboração de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e de Relatórios de Impacto Ambiental - (RIMA) (DEL RIO e OLIVEIRA, 1999, p.43). Nesta mesma época foram criados mecanismos econômicos com o objetivo de solucionar a pressão do desenvolvimento econômico sobre a natureza, entre eles, os mais adotados foram segundo Santos (1996, p. 42 e 43):

Imposto sobre Poluição - este princípio parte da concepção básica de que os agentes poluidores devem ressarcir a sociedade pela destruição provocada, evitando ao menos que os custos de produção sejam encobertos e que a sociedade venha posteriormente a pagar por eles.

Cotas sobre Emissão de Poluentes - neste caso, é permitido emitir um número limitado de poluentes, num determinado país, região ou indústria. Essa taxa permitida de emissão deveria ser negociada em cada caso, e as fontes de emissão estariam livres para comprar e vender as permissões de emissão.

Conversão da Dívida em Investimentos na Natureza - tem como objetivo solucionar a questão da dívida externa em países em desenvolvimento, e reduzir os problemas ambientais. A conversão da dívida em investimentos na natureza significa a compra de parte da dívida por organizações conservacionistas, com deságio, para resgatá-la em títulos ou moeda local junto ao

Tesouro do país, a ser investido em projetos de conservação da natureza. Esta medida vem promovendo o desenvolvimento sustentável.

Contabilidade dos Recursos Naturais - criado com o objetivo de deduzir os impactos ambientais das contas nacionais, que conduzem ao PIB.

Surge no Canadá, nesta mesma década, o conceito de Atuação Responsável. Este conceito surgiu principalmente devido aos problemas de poluição causados por indústrias químicas. Suas principais contribuições referem-se "na busca de melhoria contínua, antecipando-se a própria legislação, e sua visão sistêmica que abarca, em um mesmo programa, as preocupações com segurança, saúde ocupacional e meio ambiente" (VALLE, 1995, p.10 e PRISM, 1993 apud DIAS, 1993, p.36).

De acordo com Santos (1996), o programa de atuação responsável é constituído por cinco elementos:

1. **Princípios Diretivos:** através de declarações de propósitos, as empresas que aderem ao programa estabelecem os princípios em que devem basear suas ações para atingir os objetivos propostos;
2. **Códigos Gerenciais:** constituem os padrões de desempenho que devem ser atingidos pelas empresas participantes, sob diversos ângulos que permitirão aprimorar suas condições, no que se refere a segurança no processo, saúde e segurança de seus funcionários, prevenção de riscos ambientais, transporte e distribuição de seus produtos e atendimento de emergências;
3. **Conselho Comunitário Consultivo:** estabelece as regras de convivência da indústria com a comunidade. Composto por representantes e líderes

comunitários, sua finalidade é permitir à indústria receber subsídios para esclarecer as preocupações e atender às expectativas dessas comunidades;

4. **Grupos de Liderança Executivo:** reúnem executivos das empresas que participam do programa e visam identificar áreas que necessitam de suporte, avaliando a experiência acumulada pelo grupo;

5. **Auto-Avaliação das Empresas-membro:** possibilita à empresa avaliar os sucessos alcançados, à luz de suas próprias condições e cultura internas, buscando estabelecer novas metas e objetivos que se incorporarão aos seus códigos gerenciais.

Ao adotar estes princípios relacionados com o bom desempenho ambiental, assim como, a saúde e a segurança no trabalho, a indústria se compromete a ter um enfoque mais pró-ativo da questão ambiental em sua empresa. Estes princípios têm sido promovidos devido a alguns acidentes ambientais, e isto tem acelerado sua implantação em nível mundial. No Brasil a introdução deste conceito teve início em 1990, e tornou-se um grande instrumento para o gerenciamento ambiental. Não apenas indústrias químicas utilizam-se deste instrumento no país, mas tantas outras, como as indústrias responsáveis pela fabricação de alimentos. Outros exemplos firmados nos anos 80 foram:

1987 - Protocolo de Montreal: banir produtos químicos com CFC e estabelecimento de prazo para sua substituição.

1989 - Convenção da Basiléia (Suíça): firmado um convênio internacional que estabelece as regras para os movimentos transfronteiriços de resíduos.

Foi também nesta década que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ter maior repercussão, e isto se deu inicialmente através do documento "Estratégia de Conservação Mundial: Conservação dos Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável", elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), pelo Fundo Mundial de Vida Selvagem (WWF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Dias, 1993, p.64 e Santos, 1996, p.45).

De acordo com esse documento para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em conta fatores sociais e ecológicos, assim como econômicos; as bases dos recursos vivos e não-vivos; as vantagens e desvantagens de ações alternativas a longo e em curto prazo. (STARKE, 1991 *apud* SANTOS, 1996, p.45).

O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser considerado bastante recente, surgiu na década de 70 no chamado Relatório de Bruntland (Stahel *apud* Acot 1992, p.104). Através deste relatório, também intitulado, "Nosso Futuro Comum", é que se define o conceito de desenvolvimento sustentável que está até os dias atuais norteando as discussões ambientais. Este conceito entende-se como "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (CMMAD,1991 *apud* DIAS, 1993, p.4). Este conceito, porém, ainda é bastante discutido e autores revisam o termo apontando as contradições e inconsistências das definições adotadas por alguns colegas e organizações mundiais.

De acordo com Baroni (*apud* Santos 1996, p.46):

Existe uma diversidade de idéias que reflete a falta de precisão na conceituação corrente do termo (...) Há autores que confundem desenvolvimento sustentável com sustentabilidade ecológica - que tem a ver somente com a capacidade dos recursos se reproduzirem ou não se esgotarem; outros

reconhecem que deve haver, limites para o crescimento econômico porque ele é insustentável do ponto de vista dos recursos; e outros substituem a idéia tradicional de desenvolvimento pelo do desenvolvimento sustentável, onde a incorporação do adjetivo sustentável à idéia tradicional do desenvolvimento reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem - estar e reduzir a pobreza, como é sua proposta.

Assim como Baroni, Lelé e Rattner (*apud* Santos, 1996, p.46), percebem as contradições inerentes ao termo, e ambos "apontam para a necessidade de um consenso social para definir a sustentabilidade". Santos (1996) adverte ainda que, "as empresas têm um papel relevante no sentido de contribuir para o consenso social, através de uma prática empresarial sustentável, que significa mudança de valores e de orientação em seu sistema operacional, vislumbrando a preservação do meio ambiente"

O próprio desenvolvimento econômico convencional, segundo Brown (*apud* Santos, 1996, p.42) não tem oferecido respostas plausíveis à saúde dos ecossistemas biológicos que servem de suporte à economia. Por essa razão, devem-se fazer ajustes em nossos padrões de consumo, política demográfica e sistema econômico se quiserem preservar os fundamentos biológicos da economia.

Green (1998, p.58), acredita que "para que o mundo se torne sustentável, temos de agir nos próximos 40 anos. Se não conseguirmos, é provável que a deterioração ambiental estimule o declínio econômico - e vice-versa- e que entremos numa espiral de desintegração social".

Dias (1993, p.87), conclui "que o desafio de se conjugar a conservação do meio ambiente com o crescimento econômico, somente poderia ser vencido com a participação conjunta do Estado, das empresas e da sociedade como um todo"

Nota-se que a questão é de responsabilidade social, e que envolve o sistema econômico que direta ou indiretamente encontra-se ligado a qualquer atividade humana. Assim, da mesma forma, organizações dos mais variados setores devem contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável em seus processos, produtos e serviços. Para tanto, se faz necessária a ação de vários países, para se "assegurar uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e ao mesmo tempo atender às necessidades das gerações atuais" (Villeneuve, 1992, p.6).

Toda esta ênfase dada atualmente na busca do desenvolvimento sustentável, tem tido reflexos nas diversas ações prejudiciais ao meio ambiente provocadas pela sociedade e principalmente pelas indústrias. Além disso, o quadro atual foi agravado com o passar dos anos, mas essa situação acentuou-se a partir do período pós-guerra (1939-1945), onde se teve um espetacular desenvolvimento na produção industrial.

Foi neste período que se passou a atender cada vez mais a demanda de produtos manufaturados e com melhores preços, assim, a produção crescia e a oferta alimentava a demanda. Porém, com tanta possibilidade de se produzir de forma mais rápida e com preços acessíveis, para se manter a demanda passou-se a produzir os chamados bens efêmeros. A produção destes bens veio a agravar ainda mais o problema, pois sua produção "engendra o desperdício de energia e de recursos naturais, além de produzir grandes volumes de lixo prejudicial ao meio ambiente" (Villeneuve, 1992, p.6).

A população no mundo inteiro está habituada a comprar, as pessoas se tornaram grandes consumidores. Isto é fruto da produção industrial que tem por interesse aumentar suas vendas, seus lucros, sem estimar realmente os danos que ela poderia estar causando à natureza.

Esta explosão consumista ocorreu principalmente depois de 1950, quando surgiu a sociedade do descartável, em que a principal estratégia era a "obsolescência programada". "Por conseguinte as pessoas aprenderam a desperdiçar, a usar e descartar. (...) Elas passaram a ser chamadas não mais de cidadãos, mas de consumidores" (Santos, 1996, p.48). Para redimir este problema tem-se investido muito na educação ambiental, a "educação ambiental é uma das chaves do desenvolvimento sustentável" (Villeneuve, 1992, p.6).

Esta deve ser abrangente e atingir toda a sociedade, afinal o homem precisa saber seu papel na biosfera para atuar no sentido de preservar o meio ambiente. Em organizações, para a inserção de novos conceitos ambientais, "é preciso um sistema de comunicação eficiente entre seus vários níveis hierárquicos através do estabelecimento de um programa de educação ambiental que mobilize todos os seus integrantes" (Dias, 1993, p.43).

2.2. Desenvolvimento Sustentável e o Ecoturismo

Conceitua-se desenvolvimento sustentável como sendo

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas das populações tradicionais, afim de melhor atender as suas necessidades e aspirações- respeitando a livre determinação sobre a evolução de seus perfis culturais (CMMAD 1991, p. 46)

Diante desta perspectiva, o desenvolvimento sustentável tem como prioridade o uso racional dos recursos naturais resultando na minimização dos impactos ambientais. Desta forma, faz-se necessária a adoção de técnicas de turismo com bases sustentáveis,

que evidenciem uma nova concepção estratégica, com possibilidades de englobar um conjunto de bens e serviços essenciais para o desenvolvimento das comunidades locais.

Uma das primeiras estratégias de ação em turismo e sustentabilidade nasceu da *Conferência Globo, em 1990, na Columbia Britânica, Canadá*. Ali, representantes da indústria do turismo, governos, organizações não-governamentais e acadêmicos discutiram a importância do meio ambiente na sustentação da indústria do turismo, e como os empreendimentos turísticos mal planejados muitas vezes destroem a qualidade do ambiente natural e humano que atrai os visitantes (FENNEL, 2002, p.26).

Nesta conferência foram traçadas metas para um turismo sustentável, destacando-se como seria possível desenvolver uma consciência que pudesse compreender as contribuições que o turismo pode trazer tanto para o meio ambiente como para a economia, reconhecendo de forma igualitária o direito de desenvolvimento do turismo, e o de proteção ao meio ambiente, considerando importante levar os turistas a experimentarem novas vivências, que possam também contribuir para a melhora na qualidade de vida das populações envolvidas, protegendo o meio ambiente, já que dele dependem todos esses objetivos.

Este novo conceito em turismo não deve ser considerado somente com a implantação de meios de hospedagem, alimentação e locais de recreação e lazer. Mas, precisa além desses requisitos fundamentais para esta prática ser um conceito que integre o desenvolvimento urbano e rural, criando um pólo de crescimento com investimentos na diversificação econômica regional.

Como afirma McCool (1995 apud Fennell, 2002), "...quando as comunidades perdem o caráter que as torna distintas e atrativas para os não-residentes, elas perdem sua capacidade de disputar os rendimentos provenientes do turismo num mercado cada vez mais global e competitivo". Além disso, McCOOL citado por Furlan (2003) ao sugerir que a

sustentabilidade é, em toda parte, a perseguição de metas e a dimensão do progresso em sua direção. Não é mais aceitável avaliar um desenvolvimento adequado exclusivamente pelo produto físico ou do ápice econômico; deve haver também uma consideração de ordem social e de justiça social.

Portanto, Furlan (2003) acredita que para o turismo sustentável ter sucesso, deve-se considerar o seguinte:

- a) como os turistas valorizam e usam os ambientes naturais;
- b) como as comunidades são melhoradas por meio do turismo;
- c) a identificação dos impactos sociais e ecológicos do turismo;
- d) o gerenciamento desses impactos.

Como a conferência Globo 90 foi uma das forças iniciais e integrais a ligar o turismo ao desenvolvimento sustentável, seguiu-se a Globo 92 (Hawkes & Williams, 1993 apud Fennell, 2002), com a transposição dos princípios à prática, na implementação das medidas de sustentabilidade no turismo. Mesmo assim, nesta conferência, reconheceu-se que ainda havia muito a ser feito para a implementação dos princípios do turismo sustentável.

Nelson(2004) argumenta que o grande desafio do turismo sustentável é torná-lo uma das ferramentas do desenvolvimento sustentável, garantindo que ficará arraigado no dia a dia da comunidade local.

Em 1992, foi publicado um artigo sobre turismo sustentável pela revista *Tourism Concern, Beyond the Green Horizon* (Além do horizonte verde),o qual preconiza:

Turismo e infra-estruturas associadas que agora e no futuro operam dentro das capacidades naturais de regeneração dos recursos naturais e da sua produtividade futura; reconhece a contribuição da população local e das comunidades com seus hábitos e estilos de vida à

experiência do turismo; aceita que essas pessoas recebam uma parte justa dos benefícios econômicos do turismo; é guiado pelos desejos da população local e das comunidades das áreas anfitriãs.

O WWF (2002) acredita que o ideal do "turismo sustentável" é demasiado ambíguo e discutível, pois a indústria envolve aspectos de difícil solução. Para evitar dúvidas, o WWF-Brasil (2001) prefere usar o termo "turismo responsável" no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla. Portanto, o turismo responsável é aquele que mantém e, onde possível, valoriza os recursos naturais e culturais nos destinos.

A definição da OMT para o turismo sustentável é a seguinte:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT,2003,p.24).

De acordo com a argumentação acima, os princípios para o desenvolvimento do turismo sustentável são:

- os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade atual;
- o desenvolvimento turístico é planejado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística;
- a qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessária;
- a conservação dos destinos turísticos mantém o seu valor mercadológico, além da satisfação dos turistas;
- os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade.

OMT (2003) deixa claro que a melhor maneira de alcançar o turismo sustentável é através de planejamento, desenvolvimento e gerenciamento prudente do setor turístico.

Destarte, percebe-se que, no turismo, a sustentabilidade é discutida na perspectiva de indicadores, tendo como pilares os aspectos sociocultural, ambientais e econômicos.

2.2.1 Ecoturismo

Após a massificação das viagens nos anos 70, vários acontecimentos ocorreram com a finalidade de analisar e discutir os impactos de ordem social, econômica, ambiental e cultural causados pelo turismo de massa, neste contexto surge o ecoturismo incorporando em sua concepção princípios para este novo modelo de turismo, onde a busca pela conservação da natureza é o seu maior foco.

A primeira definição formal de ecoturismo foi conceituada em 1987 por Ceballos-Lascuráin: “viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem, suas plantas e animais, assim com quaisquer outras manifestações culturais – passada e presentes- nestas áreas encontradas”.

O conceito de ecoturismo é amplo e diverso, no entanto visam o mesmo objetivo: manter contato com a natureza e cultural local. Para Wearing (2001, *apud* NELSON et al., 2004, p. 45) o ecoturismo não é só uma ferramenta e estratégia para o turismo responsável, como também um instrumento valioso para o desenvolvimento sustentável. Neste processo de evolução, o ecoturismo passou a ser estudado, analisado, discutido e conceituado por várias instituições, por exemplo a Sociedade Internacional de Turismo- Ties, uma ONG internacional, em 1991 define ecoturismo como “a viagem responsável à áreas naturais que

conserva o meio ambiente e promove o bem-estar da população local”(WOOD, 2002, p.9).

Em 1996 a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN conceitua:

Viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais relativamente não perturbadas, com a finalidade de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existentes, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova o benefício sócio-econômico às populações locais (WOOD, 2002, p. 9).

Martha Honey, em 1999, segundo Drumm e Moore (2003, p.15),propõem uma definição mais completa e detalhada para o termo:

Ecoturismo é a viagem para áreas geralmente protegidas, frágeis e intocadas (geralmente), em pequena escala e que busca baixo impacto. Ajuda a educar o viajante; proporciona recursos para a conservação; beneficia diretamente o desenvolvimento econômico e o poder político das comunidades locais; e estimula o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos.

Os aspectos elucidados por Martha (1999) são fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas naturais protegidas e comunidades tradicionais, pois detém um caráter educativo e respeito pelas culturas diferentes, além do fortalecimento político das comunidades.

No Brasil, no âmbito governamental, e com o objetivo de desenvolver o ecoturismo de forma organizada e articulada, o governo em 1994, através do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR/Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT publicou a sua definição oficial:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994, p. 19).

A definição brasileira versa um fator importantíssimo para a formação e mudança de paradigmas; a interpretação do ambiente, enfatizando a importância da valorização e

conservação dos destinos ecoturísticos, promovendo desta forma uma melhoria da qualidade de vida das comunidades anfitriãs. Neste contexto o Brasil começou o planejamento na área e ecoturismo, implantando o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR, envolvendo nove estados; Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, onde cada Estado possui um ou mais pólo de ecoturismo. O programa possui o escopo de; ”promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica por meio do ecoturismo, estabelecendo diretrizes e meios para a sua implementação nos Estados. Maximizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos, de modo a criar empregos, renda e oportunidades de desenvolvimento com atividades que não degradem o meio ambiente” (MMA, 2002).

Para TIES (2004) aqueles que promovem e praticam o ecoturismo devem seguir os seguintes princípios:

1. Minimizar impactos negativos;
2. Proporcionar experiências construtivas para visitantes e anfitriões;
3. Proporcionar benefícios econômicos e melhoria da qualidade de vida para as comunidades locais;
4. Promover o aumento da sensibilidade nos destinos quanto aos aspectos políticos, ambientais e sociais;
5. Proporcionar benefícios econômicos para a conservação;
6. Promover o respeito e a consciência ambiental e cultural;
7. Apoiar internacionalmente os direitos humanos e trabalhistas.

Estes princípios são decisivos para o planejamento e sucesso do ecoturismo, uma vez que esta modalidade de turismo deve levar em consideração o envolvimento das comunidades

locais, compreendendo como elas podem se entendidas e integradas, oferecendo uma base econômica, social, cultural e ecológica sustentável.

2.2.2. Impactos negativos do ecoturismo.

Segundo Wagar (1995) apud (Troppmair, 1998), a visitação em áreas naturais, motivada pelo desejo de estar em contato com a natureza e ou admirar belezas cênicas, é uma prática bastante antiga e desde o final da Segunda Guerra Mundial, como o desenvolvimento do automóvel, a melhoria nas estradas e no padrão de vida, a maior disponibilidade de tempo e também o crescimento da população, esta atividade tem aumentado de forma surpreendente.

Como qualquer atividade antrópica, o ecoturismo deve ser trabalhado de forma a não degradar os recursos naturais e culturais dos locais visitados, otimizando os recursos econômicos e fortalecendo os aspectos sociais.

Autores/ instituição como EMBRATUR (1994), Wearing e Neil (2001), Goeldner *et al.* (2002), relatam alguns dos impactos negativos causados pelo ecoturismo:

- Alteração na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos;
- Acúmulo de lixo deixado pelos turistas desatentos, que podem gerar poluição hídrica nos rios e lagos, bem como nas praias e em trilhas nas florestas, modificando, descaracterizando e poluindo o meio;
- Efluentes domésticos (águas servidas) direcionados in natura para os rios, igarapés e lagos;
- Poluição visual causada pela fixação de cartazes publicitários e placas indicativas inadequadas em árvores;

- Desvio dos cursos d'água em decorrência do desmatamento e alteração na paisagem, transformando o aspecto físico e visual dos lugares, como por exemplo, construções inadequadas e em desarmonia com o ambiente natural;
- Poluição sonora, concernente ao tráfego excessivo de veículos, turistas barulhentos e ruído de geradores de energia;
- Compactação do solo pelo excessivo caminhar de visitantes em trilhas não monitoradas;
- Coleta indiscriminada de espécies da fauna e da flora;
- Montagem de equipamentos inadequados para acessos a mirantes de observação da paisagem;
- Operadores turísticos com pouco ou nenhum conhecimento da região, levando valores incompatíveis com os comportamentos da região, ocasionando conflitos culturais e sociais.

Apesar dos impactos negativos elencados acima, o ecoturismo é defendido por ser uma estratégia para o sucesso do desenvolvimento sustentável, pois propicia inúmeros benefícios, ou seja, impactos positivos.

2.2.2.2 Impactos positivos do ecoturismo.

- Proporciona ganhos econômicos através da geração de empregos e renda para a comunidade;
- Estimula a produção de artesanato;
- Diversificação da economia local;
- Fixa o homem no interior;

- Estimula o mercado local criando demanda por produtos agrícolas, manufaturados, bens com valores agregados, mantendo o uso e os costumes tradicionais;
- Possibilita receita adicional, como por exemplo, a locação de veículos, lanchas para a população que normalmente é agricultora;
- Proporciona melhoria nos sistemas de transportes locais e de comunicação;
- Estimula a preservação ambiental;
- Encoraja a criação de áreas protegidas;
- Cria alternativas para a arrecadação através de taxas para as unidades de conservação;
- Mantém os atrativos naturais e os patrimônios culturais da região, atraindo mais ecoturistas;
- Proporciona melhorias na educação, segurança e saúde da região;
- Promove a sensibilização da comunidade a respeito do valor cultural e do ambiente.

Neste cenário o ecoturismo surge com a expectativa de promover o desenvolvimento econômico com equidade ambiental e cultural, de forma a garantir a sustentabilidade do local visitado, maximizando os benefícios e evitando a prática de um turismo predatório. No entanto, Alves (2001) declara, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo o conceito de imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

CAPÍTULO III

**A REALIDADE DO ECOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS E A
LEGISLAÇÃO.**

Segundo considerações de Figueiredo (1999, p. 207), a Região Amazônica – considerada o pulmão do mundo - aparece atualmente no cenário nacional e internacional como um local de grandes possibilidades, quer pelo grande volume de recursos naturais que possui, quer pelo fato de ser palco de experiências (pelo menos em nível de discurso) para o chamado desenvolvimento sustentável.

Exatamente por essa situação é que a prática do turismo é realizada como uma das atividades que podem ser desenvolvidas, já que atrativos naturais e culturais não faltam à região, e as perspectivas de desenvolvimento sustentável encaram o turismo como “indústria sem chaminés”, e que poderia gerar o tão sonhado desenvolvimento, sem entretanto causar danos à natureza. Essa, pelo menos, era a idéia dos órgãos fomentadores da atividade na região, como por exemplo, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

O Turismo na Amazônia ocorre de forma extensiva. Segundo dados da Amazonastur (2008), a região recebe atualmente uma excelente demanda de visitantes. Conforme dados

dos registro de hóspedes nas hotelarias urbanas, selva, cruzeiro marítimo e temporada de pesca esportiva no período de 2003 a 2007, o Amazonas recebeu um volume na ordem de 1.750.812 turistas. No ano de 2007, aproximadamente 383.643 turistas se hospedaram nos hotéis urbanos, 27.637 se hospedaram nos hotéis de selva, 16.286 visitaram o Estado na temporada de cruzeiros marítimos e 5.311 participaram das temporadas de pesca esportiva.

O Amazonas recebeu só no ano de 2007 um total de 383.643 turistas, destes 181.367 turistas vieram de outros Estados brasileiros, isso representa 59,30% do fluxo de turistas, que especificaram sua procedência na hotelaria urbana e hotelaria de selva. Ainda segundo a Amazonastur no mesmo ano, a *classificação* dos principais emissores nacionais foi liderado por São Paulo, com 55.918 turistas, o que corresponde a 31% do fluxo de turistas residentes no Brasil, a internacional foi liderado pelos Estados Unidos com 28.009 turistas, representando um percentual de 22,5% do fluxo de turistas estrangeiros. O Continente Europeu emitiu 51.781 turistas, o que representa 42% do fluxo de turistas estrangeiros. A Europa tem seis Países dentre os dez maiores emissores (Alemanha, Espanha, Itália, França, Portugal e Inglaterra).

Os dados acima denotam que o Estado do Amazonas possui um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, em particular o chamado Ecoturismo. Esse tipo de turismo é definido pela Embratur (2006, p.5) como o “Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica nacional”.

3.1 O ECOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS E A LEGISLAÇÃO

Na Amazônia, o turismo em áreas naturais ou ecoturismo, tem sido explorado principalmente nos Estados do Pará e do Amazonas, neste último, em escala maior devido a uma melhor infra-estrutura, com hotéis de selva e hotéis ecológicos (*lodges*), barcos ecológicos, roteiros pelas matas, etc. No Pará, o desenvolvimento ainda é lento em áreas naturais e há o predomínio de algumas dessas áreas na divulgação e implantação de projetos (Ilha do Marajó, Santarém e Sul do Pará) (FIGUEIREDO, 1999).

Na formulação de planos de desenvolvimento para o turismo ecológico na Amazônia, inicialmente tomaram frente alguns órgãos governamentais: EMBRATUR, IBAMA, extinta SUDAM e MMA, segundo Figueiredo (1999), alguns documentos foram produzidos: Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica (1995), e Estratégias para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal (1997). Atualmente, com a formulação das “Agendas Positivas da Amazônia”, tendo como um de seus itens o desenvolvimento do ecoturismo, é lançado o Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR.

O Programa tem como executor o MMA/Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo – MET, o Instituto Brasileiro de Turismo, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e os nove Estados que compõem a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins - . Sua coordenação está a cargo da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, no âmbito da SCA, juntamente com os Núcleos de Gerenciamento do Programa – NGP, instituídos nos Estados e o IBAMA (MMA, 2005a).

Com a intenção de empreender ações em nível local, a proposta do PROECOTUR vem se implementando através da criação de Grupos Técnicos Operacionais – GTO, compostos por membros municipais de planejamento e/ou de turismo, representantes locais de turismo ou agências de meio ambiente, presidentes ou membros de ONGs locais, por operadores particulares de turismo e de hotelaria, que constituem os principais condutores de coordenação das atividades em nível local (MMA, 2005a).

Para melhor articulação das ações, segundo o documento elaborado pelo Governo Federal, os Estados passam a ser divididos em Pólos de Ecoturismo.

Os pólos são as zonas prioritárias nas quais o poder público implantará projetos e normas visando à atração de empreendimentos ecoturísticos particulares. Não são necessariamente definidos geograficamente podendo consistir de corredores turísticos ou de grupos de atrativos complementares unidos por um roteiro turístico. Seu planejamento visa maximizar a competitividade da região como destino de ecoturismo internacional; minimizar a concorrência entre estados, mediante a identificação de nichos de mercado diferenciados para cada estado; maximizar a viabilidade econômica e minimizar os riscos financeiros dos empreendimentos de ecoturismo a serem implantados em cada pólo (MMA, 2005a).

É possível perceber, que representantes das populações tradicionais (moradores de áreas protegidas ou não protegidas legalmente), não são citados explicitamente como participantes do processo de discussão, elaboração e execução das ações pretendidas nas áreas naturais da Amazônia. Vindo ao encontro das preocupações levantadas por Diegues (1997), no que se refere à exclusão da participação das populações tradicionais dos empreendimentos de turismo e, até mesmo, de seus locais de moradia em áreas naturais protegidas, refletido no modelo equivocado de “natureza intocável e intocada” e no desrespeito às culturas locais e seus modos de viver e de se relacionar com o meio ambiente.

Movimentos de resistência de algumas dessas comunidades – por causa de sua exclusão das áreas e dos processos de discussão, elaboração e participação de projetos –, têm sido apontadas como bons exemplos da luta por sua visibilidade sócio-cultural e a imposição de seus direitos perante o Poder Público.

Em alguns Estados, como São Paulo, Amazonas e Pará, elas começaram a se organizar em associações locais, mobilizando-se e reivindicando das autoridades do IBAMA seus direitos ao território ancestral, ao seu modo de vida e às suas tradições. Em alguns casos, como na Estação Ecológica de Mamirauá (Amazonas), com a ajuda de organizações não-governamentais, estabeleceram seu próprio plano de manejo, reservando algum lago para preservação permanente e reprodução das espécies, outros para a pesca de subsistência e ainda outros para a pesca comercial realizada por pescadores de outras áreas (Ayres e Ayres, 1993). Processo semelhante está ocorrendo na Floresta Nacional do Tapajós (Pará), onde os comunitários resistiram às ameaças de expulsão por parte do IBAMA e hoje exigem participar do plano de manejo da floresta, contribuindo com seu vasto conhecimento sobre a fauna e a flora (DIEGUES, 1997, p. 91).

No estudo feito por Neto (1999), sobre o desenvolvimento do Ecoturismo e Turismo de Aventura no Estado do Amazonas, focalizando prioritariamente em que medida os investimentos feitos pelo Poder Público nos empreendimentos denominados “Hotéis de Selva” (*Lodges*) atendiam aos preceitos básicos estabelecidos nas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” – em especial no que se refere ao bem-estar das populações envolvidas –, o autor verificou que “o exemplo do Amazonas está consideravelmente bem distante de proporcionar o envolvimento das populações locais e gerar os benefícios desejados pela sociedade”. (NETO, 1999, p. 148)

Entre os aspectos de maior relevância, detectados pela pesquisa, destaca-se o de recursos humanos, no qual se verifica uma situação em que a quase totalidade dos empregos ofertados nos empreendimentos são ocupados pela população de Manaus, a mesma coisa ocorrendo em relação à origem dos insumos e matéria-prima, utilizados pelos empreendimentos. (NETO, 1999, p. 149)

A partir do mês de Maio de 2005, o PROECOTUR iniciou um processo de capacitação profissional dos diversos segmentos que compõem a cadeia de ecoturismo nos pólos da Amazônia Legal. Segundo o MMA (2005b), o objetivo é de “trabalhar com conceitos orientados por princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, levando-se em consideração a realidade da atividade ecoturística local”.

A meta é capacitar 1,8 mil pessoas da região amazônica, entre empreendedores e profissionais do setor turístico/ecoturístico nos serviços de; hospedagem, alimentação, serviços e entretenimento, guias locais, estudantes, barqueiros, operadores de turismo, membros de comunidades tradicionais e de associações, taxistas, artesãos e outros que trabalham diretamente no atendimento aos visitantes (MMA, 2005b)

O objetivo geral do PROECOTUR é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para a sustentabilidade da região. Esse objetivo será atingido mediante os seguintes objetivos específicos:

- a) Proteger e desenvolver os atrativos turísticos da região, por meio de medidas como a criação de parques e reservas com manejo específico para ecoturismo;
- b) Criar um ambiente de estabilidade para investimentos em empreendimentos de ecoturismo, mediante definição de políticas e normas e do fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental e desenvolvimento turístico estaduais, regionais e nacionais;
- c) viabilizar operacionalmente empreendimentos de ecoturismo por meio da realização de estudos de mercado, da identificação, desenvolvimento e adaptação à região de tecnologias para geração de energia, tratamento de efluentes, etc., e de sua disponibilização dos resultados para investidores privados;
- d) viabilizar financeiramente empreendimentos de ecoturismo mediante a ampliação de linhas de crédito específicas para o segmento; e

- e) Melhorar, ampliar ou implantar a infra-estrutura básica necessária para viabilizar o aumento do fluxo turístico para a Amazônia Legal.

O primeiro pólo de ecoturismo do Estado do Amazonas era composto inicialmente por 12 municípios: Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Silves, Iranduba, Manacapuru, Careiro, Careiro da Várzea, Autazes, Novo Airão e Barcelos. Os critérios para a seleção desses municípios foram: a proximidade da capital M a n a u s ; o fato de serem reconhecidamente portadores de potencial ecoturístico e já possuírem produtos em operação; em quase todos ocorrem Unidades de Conservação; grande parte dos municípios possui reservas ambientais e áreas indígenas; todos contam com uma infra-estrutura mínima de acesso terrestre, fluvial e/ou aéreo; a área do Pólo em questão, coincide com o Projeto "Corredores Ecológicos" (EMANTUR, 1997).

Em 2001, após discussões entre a Secretaria Estadual de Cultura e Turismo do Amazonas junto com o Ministério do Meio Ambiente, foram anexados ao pólo os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro totalizando 14 municípios.

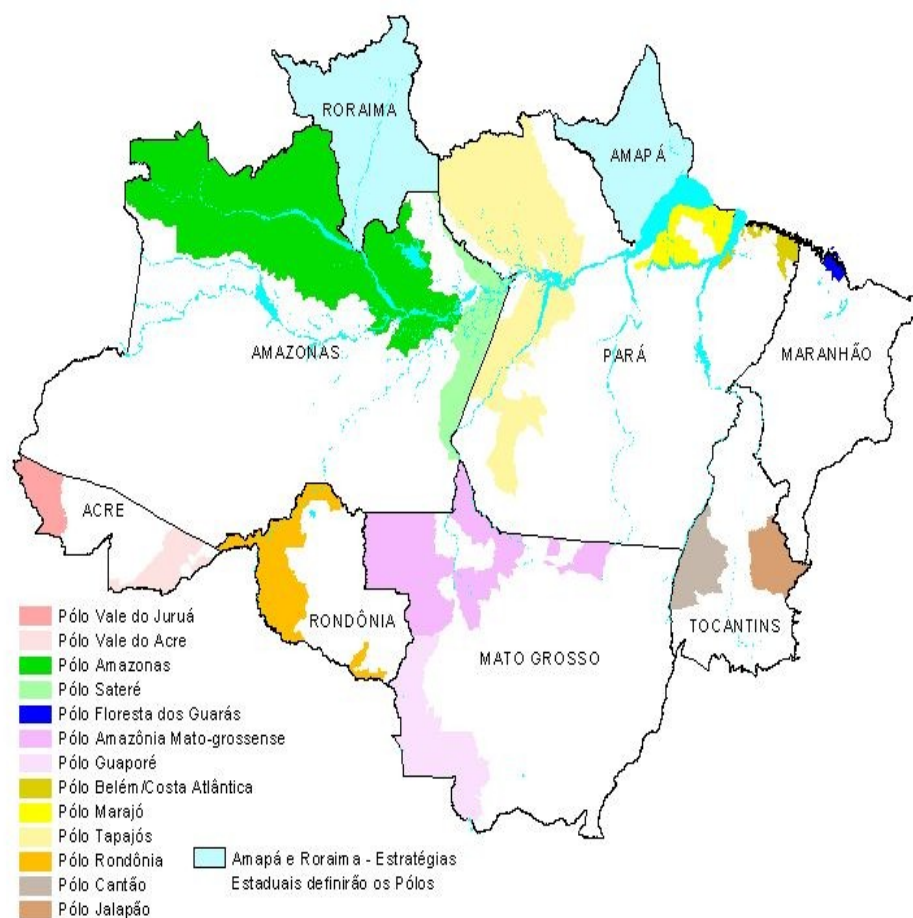


Figura 2 - Pólos Ecoturísticos da Amazônia Legal
 FONTE: Amazonastur – 2008

O mapa acima demonstra que em território brasileiro, os ecossistemas amazônicos ocupam uma superfície de 368.989.221 ha, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e pequena parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. A Amazônia é reconhecida como a maior floresta tropical existente, o equivalente a 1/3 das reservas de florestas tropicais úmidas e o maior banco genético do planeta. Contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e um patrimônio mineral não mensurado.

O Estado do Amazonas possui dois órgãos responsáveis pela atividade turística da Região, primeiro é o Amazonastur que promove a "Marca Amazonas" nos mercados

turísticos nacional e internacional, esta é a missão, órgão oficial do setor no Estado e da administração direta do Poder Executivo. Com status de secretaria de Estado, tem como responsabilidade dar apoio ao desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos, oferecer condições de aperfeiçoamento aos já existentes e promover o planejamento e execução da política estadual de turismo.

O segundo órgão responsável é o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, cujas atividades de controle ambiental no Estado do Amazonas iniciaram em 1978 na Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, executadas pelo Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – CODEAMA. A primeira Lei da Política Ambiental do Estado foi publicada em 1982 - Lei 1.532- seguindo os passos dos novos processos de conscientização sobre o Meio Ambiente no Brasil.

Em 1989 foi criado o Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA/AM, tendo na execução da política ambiental uma de suas finalidades, marco do processo de controle ambiental, inicia-se um trabalho mais sistemático na área ambiental; porém, é com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, em 14.12.95, que substituiu o IMA/AM, ocorre grande avanço da questão ambiental no Estado, pois o IPAAM passou a coordenar e executar exclusivamente a Política Estadual do Meio Ambiente. A partir de fevereiro de 2003, o IPAAM passou a ser vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, portanto, órgão executor da Política de Controle Ambiental do Estado do Amazonas.

As atividades fim do IPAAM que englobam o Controle Ambiental, são o Licenciamento, a Fiscalização e o Monitoramento Ambiental. Sua Missão é "Executar a

Política de Controle Ambiental do Estado do Amazonas, visando o Desenvolvimento Sustentável", tem como visão "Ser excelência e referência nacional na execução da Política de Controle Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável"(IPAAM, 2008).

3.1.1 A legislação e a gestão ambiental no Estado do Amazonas

A legislação brasileira (Federal, Estadual e Municipal) é emitida pelos poderes legislativo, executivo e por órgãos e agências do poder executivo. Os documentos que compõe a legislação incluem Constituições (Federal, Estaduais) ou Leis Orgânicas (Municipais), Leis (emitidas pelo poder legislativo), Decretos (emitidos pelo poder executivo), e ainda Resoluções, Deliberações, Portarias, Normas, Instruções, etc., emitidas por órgãos e agências federais, estaduais e municipais.

Para o perfeito enquadramento do projeto nas referidas leis citaremos as mais relevantes:

•Federal

O Capítulo III do Decreto Federal 99.274 de 06 de junho de 1990 reconhece que os Estados, Distrito Federal e Municípios podem emitir legislação ambiental suplementarmente à legislação federal. A Constituição Federal de 1988 atribuiu autoridade para os governos Federal e Estadual para legislar sobre meio ambiente, de acordo com a PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente - Lei Federal 6.938 de Agosto de 1981. A PNMA também forneceu diretrizes para os governos Estaduais e Municipais desdobrarem legislação ambiental ou revisar legislação existente. As Leis Federais 7.804 de 18 de Junho de 1989, 8.028 de 12 de Abril de 1990, e o Decreto Federal 99.274 de 6 de Junho de 1990 organizaram

o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente - para promulgar legislação e implementar a Política Nacional do Meio Ambiente.

Fazem parte do SISNAMA o MMA - Ministério do Meio Ambiente como órgão Central, CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente como órgão deliberativo e consultivo, IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis como órgão executivo, órgãos seccionais – de caráter executivo, essa instância do SISNAMA é composta por órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos, assim como pelo controle e fiscalização de atividades degradadoras do meio ambiente. São, em geral, as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Órgãos locais – Trata-se da instância composta por órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades com impacto local.

O CONAMA é responsável, dentre outras atribuições, por estudar e propor diretrizes para políticas ambientais e emitir normas para execução e implementação da PNMA, incluindo diretrizes para o licenciamento ambiental de atividades, normas e padrões sobre uso de recursos naturais.

A Lei nº. 11.771 de 17 de setembro de 2008(não regulamentada), dispõe sobre a política nacional de turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Tem como objetivo:

Art. 5º - VIII – propiciar a prática do turismo sustentável nas áreas naturais. Promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo, compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX – preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; [...]

O Ministério do Turismo em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, estabeleceram normas para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

ABNT NBR 15401:2006 – Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos. Esta norma especifica os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, estabelecendo critérios mínimos específicos de desempenho em relação à sustentabilidade e permitindo a um empreendimento formular uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos. (ABNT, 2006, p.1)

•Estadual

A Constituição do Estado do Amazonas dedicou o capítulo XI ao meio ambiente, instituiu princípios e normas que regem a proteção ambiental no Estado, como:

- O direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida;
- O desenvolvimento econômico e social compatível com a proteção do meio ambiente;
- A promoção da educação ambiental e difusão de informações necessárias à conscientização pública para as causas relacionadas ao meio ambiente;
- A prevenção e a eliminação das consequências prejudiciais do desmatamento, da erosão, da poluição sonora, do ar, do solo, das águas e de qualquer ameaça ou dano ao patrimônio ambiental;
- A definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;
- O controle da extração, produção, transporte, comercialização e consumo dos produtos e subprodutos da flora e da fauna; e,

- A proteção do bioma da Amazônia (os aspectos físicos-bióticos, as questões fundiária, as populações tradicionais e indígenas).

No Título V - Capítulo V – Do turismo, da constituição acima citada , o governo com o intuito de organizar esse tipo de atividade estabelece:

Art. 179 – O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, definido sua política, obedecendo às seguintes diretrizes:

I – adoção permanente de plano integrado com prioridades para o turismo receptivo e interno;

II – priorização de investimentos que visem à formação de estrutura turística voltada para o aproveitamento das potencialidades existentes no Estado, principalmente a valorização do patrimônio paisagístico e natural;

III – apoio e estímulo à iniciativa privada voltada para o setor, particularmente no que tange a investimentos de lazer e serviços;

IV – fomento à produção artesanal;

V – proteção e incentivo às manifestações folclóricas e culturais;

VI – apoio a programas de sensibilização da população e segmentos sócio-econômicos para a importância do setor;

VII – formação de pessoal especializado;

VIII – difusão e divulgação do Amazonas como pólo de importância turística;

IX – regulamentação de uso, ocupação e fruição de bens naturais, arquitetônicos e turísticos;

X – conservação e preservação dos valores artísticos arquitetônicos e culturais do Estado;

XI – manutenção e aparelhamento de logradouros públicos sob a perspectiva de sua utilização, acessoriamente ao setor.

Art. 180 – A lei disporá sobre o zoneamento turístico do Estado, definindo áreas, núcleos urbanos e sub-regiões para integrarem a organização, o planejamento e a execução das atividades turísticas observados e dispostos no art. 131, desta Constituição.

Observa-se nestes artigos o dever do Estado em promover e incentivar a prática da indústria sem chaminé – ecoturismo, como fator de desenvolvimento sustentável. Ainda no Capítulo XI – DO MEIO AMBIENTE, em seu Art. 229 estabelece que: Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. O parágrafo primeiro explicita:

§ 1º - O desenvolvimento econômico e social, na forma da lei, deverá ser compatível com a proteção do meio ambiente, para preservá-lo de alterações que, direta ou

indiretamente, sejam prejudiciais à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade, ou ocasionem danos à fauna, à flora, aos caudais ou ao ecossistema em geral.[...]

Já no **Art. 230** – Para assegurar o equilíbrio ecológico e os direitos propugnados no art. 229, desta Constituição, incumbe ao Estado e aos Municípios, entre outras medidas: Promover a educação ambiental e difundir as informações necessárias à conscientização pública para as causas relacionadas ao meio ambiente;[...]

Parágrafo único – O Estado e os Municípios, através de Órgãos próprios, instituirão plano de proteção ao meio ambiente, prescrevendo as medidas necessárias à utilização racional da natureza, à redução, ao mínimo possível, da poluição resultante das atividades humanas e à prevenção de ações lesivas ao patrimônio ambiental.

Art. 231 – São áreas de preservação ambiental permanente as:

I – de proteção das nascentes de rios;

II – que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias;

III – paisagens notáveis;

IV – faixas de proteção das águas superficiais;

V – encostas sujeitas a erosão e deslizamento;

VI – cabeceiras dos rios, objeto de desova de espécies aquáticas;

VII – margens depositárias da desova de quelônios;

VIII – outras que vierem a ser declaradas como de relevante interesse público. [...]

Art. 235 – O estudo de impacto ambiental será parte integrante e obrigatória do processo de licenciamento, além de outras exigências de ordem normativa ou legal, nos caso de:[...]

V - implantação de projetos ou atividades potencialmente causadores de modificações significativas no meio ambiente; [...]

A Constituição do Estado assegura que o Ecoturismo seja incentivado nas UCs desde que respeitadas às normas de licenciamento e o estudo do impacto ambiental.

DECRETO Nº 10.028, de 04 de fevereiro de 1987, que regulamenta a Lei nº 1.532, de 06.07.82; a qual dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividade com Potencial de Impacto no Meio Ambiente e aplicação de penalidades e dá outras providências, decreta em seu artigo 1º os objetivos básicos da política Estadual do meio ambiente,[...]

- Contribuir para a racionalização do processo de desenvolvimento econômico e social, procurando atingir a melhoria dos níveis da qualidade ambiental, tendo em vista o bem estar da população ;[...]

LEI Nº 2.713, de 28 de dezembro de 2001; que dispõe sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aquicultura sustentável no Estado do Amazonas. Estabelece em seu parágrafo único que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM é a entidade responsável pela execução desta política. O capítulo II – da pesca e da aquicultura sustentável, na seção I – da pesca, preconiza:

Parágrafo único - A atividade pesqueira compreende todo o processo de exploração dos recursos aquáticos, nas fases de pesca, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa.

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, a pesca se classifica como: [...]

II. esportiva, quando praticada na modalidade de competição promovida por entidade legalmente organizada, com a autorização do órgão competente e de acordo com as normas por ele estabelecidas, e com a finalidade de lazer quando praticada por não residentes;[...]

IV. recreativa, quando praticada por residentes com a finalidade de lazer não competitivo, autorizada pelo órgão competente (IPAAM, 2009)

LEI Nº 2.908, de 13 de julho de 2004, dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado do Amazonas.

Art. 2.º - A política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos, a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais para garantir a preservação da biodiversidade, traçando limites, organizando e dirigindo ações logísticas.

Art. 3.º - A implementação da política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável deve definir diretrizes e normas em função de:

I - a compatibilização das atividades de ecoturismo e do turismo sustentável, com a preservação da biodiversidade, como:

- a) uso sustentável dos recursos naturais, evitando seu esgotamento;
- b) redução de resíduos gerados, bem como seu tratamento e sua destinação final;
- c) manutenção da diversidade natural e cultural;
- d) capacidade de suporte, que se traduz pelo nível que um sítio pode suportar, sem provocar degradação do ecossistema, com estudos voltados para a circulação de pessoas na arca e sistemas de rodízios de trilhas.

III – a conscientização, sensibilização, capacitação e o estímulo à população local para a atividade de ecoturismo e do turismo sustentável. (IPAAM, 2009)

LEI N.º 3.219, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas e dá outras providências. [...]

Art. 2.º As Taxas de Licenciamento Ambiental têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ambiental conferido ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, em matéria de licenciamento ambiental, e é devida por pessoa física ou jurídica que exerça as atividades constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. Somente os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual estarão isentos das taxas de licenciamento ambiental;

Art. 3.º Ficam sujeitos ao prévio licenciamento pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas- IPAAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a construção, instalação, ampliação, derivação, reforma, recuperação, operação e funcionamento de atividades poluidoras, utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivamente ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. (grifo do autor)

§ 1.º Caberá ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM fixar critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos para avaliação de impactos ambientais para fins de licenciamento ambiental, respeitadas as legislações federal e estadual vigentes (IPAAM, 2009).

- **Municipal**

O Plano Diretor Urbano e Ambiental da cidade de Manaus é regulamentado pela Lei N.º. 671, de 04 de novembro de 2002 que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade de Manaus e dá norte a providências relativas à gestão do território do Município. A Lei para a Gestão Ambiental, estabelece:

Art. 1º - O desenvolvimento urbano e ambiental de Manaus tem como premissa o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica do Município, de forma a garantir:

I – a promoção da qualidade de vida e do ambiente;

Art. 2º - As estratégias propostas pelo Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus para o desenvolvimento do Município:

II – Qualificação ambiental do território.

Art. 7º - A Estratégia de Qualificação Ambiental e Cultural do Território tem como objetivo geral, tutelar e valorizar o patrimônio cultural e natural de todo o Município de Manaus, priorizando a resolução de conflitos e a mitigação de processos de degradação ambiental decorrentes de usos incompatíveis [...]

Parágrafo único – São objetivos específicos da estratégia referida neste artigo:

I – defesa dos ambientes naturais urbanos e não-urbanos de interesse de proteção com disciplina de seu aproveitamento;

II – a implantação, manutenção e valorização dos fragmentos florestais e das áreas verdes urbanas de Manaus.

Art. 76 – O Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) se aplica à construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, de acordo com os termos do Código Ambiental de Manaus (IPAAM, 2009).

O Código Ambiental do Município de Manaus, foi instituído pela lei nº 605, de 24 de julho de 2001, que regula a ação do Poder Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

3.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Na Constituição Federal, art. 225, evidencia-se que o meio ambiente sadio e equilibrado é um bem de uso comum do povo, não sendo suscetível à apropriação por quem quer que seja. Na carta Magna, o Meio ambiente é definido como o conjunto de condições e de fatores físicos, químicos, climáticos e biológicos, entre outros, que favorece a existência,

manutenção e desenvolvimento da vida animal e vegetal em interdependência em determinada área.

O Licenciamento Ambiental é um procedimento pelo qual o órgão ambiental competente permite a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, e que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. Com este instrumento, busca-se garantir que as medidas preventivas e de controle adotadas nos empreendimentos sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável (SOARES, 2002).

Pela diversidade de fatores envolvidos, Milaré (2001), define o licenciamento como um processo tecnicamente complexo, implicando em apresentação e análises de plantas, memoriais, procedimentos, sistemas de controle e vistoria ao local, formulação de exigências, condicionantes entre outros, e não se caracteriza em simples aposição de carimbos, mediante pagamento de taxas existentes. Toda a legislação e burocracia envolvida constituem-se na verdade em uma avaliação dos impactos que a atividade poderá causara ao meio ambiente.

O Licenciamento, enquanto instrumento de caráter preventivo, é essencial para garantir a preservação da qualidade ambiental, conceito amplo que abrange aspectos que vão desde questões de saúde pública até, por exemplo, a preservação da biodiversidade, com o desenvolvimento econômico. Neste início de século, são cada vez mais importantes o debate e a busca por um desenvolvimento que coexista harmoniosamente com o meio ambiente - um desenvolvimento sustentável, que se baseia em três princípios básicos: eficiência econômica, iguadade social e qualidade ambiental. Portanto, o Licenciamento atua numa perspectiva que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida das gerações futuras (ARAÚJO, 2003).

O licenciamento ambiental e sua revisão é um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente previsto no art. 9º, IV, da lei nº 6.938/81. Trata-se de um “procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais considerados efetivamente ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob, qualquer forma possam causar degradação ambiental” (CONAMA 237/97). A licença ambiental é a outorga concedida pelo poder público a quem pretende exercer uma atividade nociva ao meio ambiente, a ausência desta caracteriza em crime previsto na lei 9.605/98- lei de crimes ambientais (SIRVINSKAS, 2006).

Esse poderoso instrumento proporciona ganhos de qualidade ao meio ambiente e à vida das comunidades numa melhor perspectiva de desenvolvimento. Instituído há mais de duas décadas, o Licenciamento Ambiental, contudo, ainda enfrenta problemas que o afastam de um padrão ideal de funcionamento, isso, em grande parte, pela falta de informação adequada pela maioria dos interessados quanto aos procedimentos e trâmites requeridos para a sua concessão. Nos dias de hoje, a licença ambiental representa o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a construção e a ampliação de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores devem adotar critérios capazes de garantir a sua sustentabilidade sob o ponto de vista ambiental (TCU, 2004).

Para cada etapa do processo de licenciamento ambiental é necessária a licença adequada, a qual é emitida pelo IPAAM: a licença prévia (LP); a licença de instalação (LI) e, licença de operação (LO). As definições propostas para estas etapas são:

Licença Prévia - LP: Será concedida na fase preliminar de planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e ocupação.

Licença de Instalação - LI: Permite a instalação de uma determinada fonte de poluição em um local específico, quando esta atende às disposições legais. Por meio da LI, o órgão responsável pelo licenciamento analisa a adequação ambiental do empreendimento ao local escolhido pelo empreendedor. Caso haja alguma exigência técnica a ser cumprida antes do início das operações do empreendimento, ela estará especificada na Licença de Instalação. As exigências devem ser cumpridas pelo empreendedor para que então, ele possa dar seqüência ao processo do Licenciamento Ambiental.

Licença de Operação - LO: Autorizará o início da atividade e/ou empreendimento com os equipamentos de controle ambiental, exigidos na licença, de acordo com os previstos na LP e LI (Regularizadas para o Estado do Amazonas, pela lei nº 3.219, de 28 de dezembro de 2007, publicada em 31 de dezembro de 2007).

No artigo 8º da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 se determina que a licença prévia deve ser requerida ainda na fase de avaliação da viabilidade do empreendimento. A referida licença aprova a localização e a concepção e atesta a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade. A LI autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, com a concomitante aprovação dos detalhamentos e cronogramas de implementação dos planos e programas de controle ambiental. A LO autoriza o interessado a iniciar a operação do empreendimento. Tem por finalidade aprovar a forma proposta de convívio do empreendimento com o meio ambiente, durante um tempo finito, equivalente aos seus primeiros anos de operação.

No Estado do Amazonas, atua os três órgãos ambientais com diferentes responsabilidades nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Na esfera federal, o IBAMA é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de um estado e daquelas cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais (FEITOSA, 2004).

É importante saber que a Lei Federal 6.938/81 atribuiu aos estados à competência de licenciar as atividades localizadas em seus limites regionais. Assim, no Amazonas, o órgão responsável pelo licenciamento é o IPAAM. No entanto, os órgãos estaduais, de acordo com a Resolução CONAMA 237/97, podem delegar esta competência, em casos de atividades com impactos ambientais locais, ao município. É importante ressaltar que a Resolução CONAMA 237/97 determina que o licenciamento deve ser solicitado em uma única esfera de ação. Entretanto, o licenciamento ambiental exige as manifestações do município, representado pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente. (*ibid*).

No apêndice A é demonstrado a situação legal e as pendências dos empreendimentos. Mostra a relação dos hotéis e similares que atuam no ramo de ecoturismo no Estado do Amazonas e que possuem licença no IPAAM ou Cadastro no AMAZONASTUR, observar-se que dos 123 hotéis existentes somente 30 empreendimentos estão com cadastro e licenciamento, ficando evidenciado que o IPAAM precisa intensificar a fiscalização desta atividade, pois pelo levantamento obtido 69 hotéis não possuem nenhum tipo de licença ambiental. O gráfico a seguir, mostra a quantidade de empreendimentos existentes no Estado com licença ambiental e cadastro na Amazonastur.

Nota-se na planilha do apêndice A, que o órgão ambiental é deficiente na execução das suas atribuições, sendo incipiente a atuação.

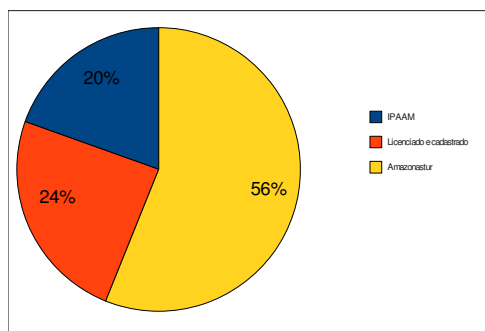


Gráfico 1 – Empreendimentos Licenciados ou Cadastrados
FONTE: IPAAM, 2009

No gráfico 1, observa-se que a grande maioria dos empreendimentos no Estado, 56,% não possuem licença no IPAAM, pois estão somente cadastrados na AMAZONASTUR, 20% tem licença ambiental e somente 24% encontram-se regulares, ou seja, licenciados no órgão ambiental e cadastrado na empresa de turismo. O que demonstra a necessidade de mais fiscalização e esclarecimento aos empreendedores, pois sem licença e cadastro esses proprietários não têm acesso aos incentivos financeiros e apoio governamental.

Segundo a AMAZONASTUR (2008) O mercado de ecoturismo no Estado do Amazonas vem crescendo a taxa de 6% ao ano, em resposta ao fortalecimento de alguns setores, como infra-estrutura e de serviços, que aliados ao pioneirismo do Estado na prática dessa modalidade turística, levou o Amazonas a ser eleito pelo Governo Federal como o Estado referência para o Ecoturismo no Brasil.

A Legislação Brasileira, Lei Federal nº 8181, de 28 de março de 1991 e o Decreto nº 5.406 de 30 de março de 2005, definem a obrigatoriedade do cadastro das seguintes empresas turísticas: meio de hospedagem, agências, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos e outros prestadores de serviços que exerçam atividades

reconhecidas pelo Ministério do turismo, Para a implantação de empreendimentos turísticos estão sujeitos ao prévio licenciamento ambiental, conforme estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938 e Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237/97.

CAPÍTULO IV

POLITICAS PÚBLICAS PARA O ECOTURISMO

4.1 POLITICAS DO ECOTURISMO

A elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais de governo e outros aspectos do sistema político. A política deve, portanto, ser encarada como um resultado do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição de poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão (HALL, 2001, p. 26).

Cruz (2003)⁰ destaca a importância de haver uma política pública de turismo que leve em consideração o desenvolvimento sócio-espacial do lugar. Para isso, o Estado torna-se o principal agente responsável pela elaboração ou idealização das políticas públicas de turismo, colocando metas e diretrizes para que haja uma melhor efetivação. Portanto, quando a esfera pública não toma a iniciativa de um

planejamento que considere os aspectos sócio-espaciais, as políticas ficam a critério das intenções da iniciativa privada e interesses particulares de outros agentes do setor.

No Brasil, a tomada das políticas públicas de turismo tem sido orientada para o planejamento da atividade, no sentido de promover sua expansão e consolidação no mercado global do setor. Como o Estado brasileiro possui grandes complexos regionais, as políticas de turismo seguem uma tendência de organização a partir da elaboração de projetos regionais, ou ainda, dos próprios estados, constituindo-se um rol de planejamentos que se diferenciam regionalmente. Por isso, por mais que exista uma política nacional de turismo implementada pelo governo federal, as regiões precisam promover projetos de turismo que retratem as reais necessidades da região. O ponto em comum entre as regiões é que as políticas de turismo estão dentro de um sistema de turismo, ou seja, as estruturas locais estão destinadas a aumentar o fluxo turístico, assim como o bem estar do turista. Os serviços turísticos devem, então, satisfazer o prazer e o conforto do turista, ao mesmo tempo em que multiplica as oportunidades de lazer.

É nesse sentido que Hall (2001) define políticas de turismo como decisões políticas sobre o futuro de um lugar e sobre o ordenamento do espaço. No plano de

desenvolvimento do turismo, tais políticas constituem, antes de tudo, uma forma de pensar o espaço a partir de uma concepção voltada ao turismo.

No que se refere às Políticas do Ecoturismo, Tello (2003), destaca que em Salvador - BA, o SEBRAE em 1995 desenvolveu um "Estudo Analítico do Ecoturismo na Bahia", no qual salienta que o desenvolvimento do ecoturismo deve estar amparado em políticas bem definidas a serem operacionalizadas através de planejamento. Tais políticas se referem a:

1. Exploração dos recursos naturais que devem ser controlados pelas normas e legislações vigentes;
2. Capacidade de carga dos ecossistemas que só pode ser definida após os estudos de impactos ambientais, realizados por especialistas das universidades, consultorias especializadas ou organizações ambientalistas, influenciando na definição de áreas a serem exploradas turisticamente. Também pressionam para o cumprimento da legislação vigente, pois, em se tratando do meio ambiente, a atividade empresarial não pode agir sozinha, visto que sua visão é meramente mercadológica;
3. Uso dos recursos naturais, que é definido pela competência e pelas atitudes adotadas, pois os mecanismos adequados são difíceis de serem encontrados;

4. Facilitação de importações de equipamentos ou transportes, pois nem todos os países dispõem de tecnologias e produção desses bens, absolutamente necessários ao bom desempenho das atividades do ecoturismo;
5. Os recursos do ecoturismo devem proporcionar estímulos aos operadores e aos destinos para o desenvolvimento e crescimento da atividade;
6. A participação, do habitante local na atividade turística;

Fica claro que o ecoturismo deve manter seus alicerces nas políticas definidas para o setor, no planejamento e na estratégia nacional de desenvolvimento ecoturístico, visto que é uma atividade especializada, repleta de fragilidades em seus atrativos.

Fundamentados nesta questão formou-se um grupo de trabalho composto por integrantes do Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e da educação, com representantes do IBAMA, EMBRATUR, SEBRAE, entre outros, elaborou as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994). Estas diretrizes conceituaram o ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Segundo Moraes (2000), para o desenvolvimento dessa política, sem prejuízo das atribuições e das iniciativas dos demais órgãos setoriais federais, caberá ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal a função de articular as ações para a implantação de uma política nacional para o ecoturismo. Eles dispõem, para isso, das estruturas técnico-administrativas da EMBRATUR e do IBAMA. As ações definidas foram:

- Regulamentação do ecoturismo, dotando o segmento de ecoturismo de estrutura legal própria, harmonizada com as esferas estadual, municipal e federal.
- Fortalecimento e interação interinstitucional, promovendo a articulação e o intercâmbio de informações e de experiências entre os órgãos e as entidades do setor privado.
- Formação e capacitação de recursos humanos, fomentando a formação e a capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes a atividade de ecoturismo.
- Controle de qualidade do produto ecoturístico, promovendo o desenvolvimento de metodologias para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade de ecoturismo.

- Gerenciamento de informações, levantando as informações em níveis nacionais e internacionais e visando a formação de um banco de dados e a obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo.
- Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo, estimulando a criação e adequação de incentivos para o aprimoramento de tecnologias e de serviços existentes.
- Implantação e adequação de infra-estrutura nos destinos ecoturístico prioritários.
- Conscientização e informação do turista, divulgando atividades inerentes ao produto ecoturístico e orientando a conduta adequada nas áreas visitadas.
- Participação comunitária, buscando o engajamento das comunidades localizadas em destinos ecoturísticos, estimulando-as a identificar o ecoturismo como uma alternativa econômica viável.

O desenvolvimento do ecoturismo pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Esse desenvolvimento pode ser benéfico para os anfitriões e para os visitantes. Contudo, o desenvolvimento desta atividade também envolve a tomada de medidas políticas rigorosas, baseadas em trocas complexas, em níveis sociais, econômico e ambiental. Este desenvolvimento requer uma visão que abranja maior

tempo e espaço do que aquele que é tradicionalmente usado ao planejar e tomar decisões relacionadas com a comunidade.

O documento das diretrizes para uma política nacional de ecoturismo requer planejamento, desenvolvimento e operacionalização do turismo como parte da estratégias de conservação ou de desenvolvimento sustentável para uma região. Assim, estas diretrizes devem ser intersetoriais e integradas, envolvendo varias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo, desse modo, obter o maior número possível de benefícios.

Os planejadores devem preparar varias opções para cada projeto e avaliar até que ponto cada um deles satisfaz os objetivos do turismo, otimiza os benefícios econômicos, minimiza os impactos negativos ambientais e socioculturais e permitem alcançar um desenvolvimento sustentável.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA.

Diante da necessidade de implementação de políticas públicas para um melhor gerenciamento dos recursos naturais da Amazônia, o governo federal implementou no inicio da década de 1990, políticas públicas para o Turismo com o intuito de incentivar a implantação dessa atividade na

região, diretrizes que orientem o desenvolvimento do setor, surgindo dois documentos que expressam essas políticas, concebidas para reger as ações a serem seguidas na região amazônica: o Plano de Turismo da Amazônia (PTA), que tem dentre suas diretrizes gerais: promover o desenvolvimento turístico de forma sustentável, melhorar o aproveitamento dos recursos naturais para o turismo receptivo, revigorar a imagem da Amazônia como destino das correntes turísticas.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi extinto por não ter conseguido alcançar seus objetivos que era capacitar municípios para a gestão local do turismo. O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR), visa criar infra-estruturas básicas e turísticas para a implementação de pólos ecoturísticos em todos os estados da região.

De acordo com Cruz (2003), esses programas se completam na medida em que um cria a materialidade requerida por um uso turístico dos lugares e o outro trata de aspectos intangíveis da atividade (como é o caso de sua gestão); ambos são fundamentais para o desenvolvimento de um turismo organizado. A maioria das experiências já realizadas ou em curso são sustentadas financeiramente por agências de cooperação internacional, privadas e públicas.

A estratégia do desenvolvimento regional dos pólos adotado pelo PROECOTUR, tinha a intenção de promover a concentração espacial de estruturas e de fluxos de visitantes, aparecendo não apenas como uma opção do planejamento territorial do turismo; essa estratégia era a opção política, orientadora de um planejamento territorial segregados de turistas e residentes.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO

A elaboração, proposição e implementação de políticas públicas, requer uma reflexão por parte do Estado em torno do desenvolvimento sustentável, dos recursos naturais e da qualidade de vida das populações, considerando as metas a ser estabelecidas, planos elaborados e projetos implementados, mas raramente os recursos financeiros a capacitação de técnicos e o envolvimento das populações tradicionais locais são assegurados de modo adequado.

São diversos os entendimentos produzidos acerca de políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais. Um conceito de políticas públicas implica propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e a sociedade, onde e com quem são implementados. Desenvolvimento sustentável ou sustentado já requer respeito aos padrões de sustentabilidade dos recursos naturais e da sociedade, o que remete às problemáticas da proteção

á biodiversidade e a critérios de equidade no processo de distribuição do excedente produtivo, no mais das vezes inviabilizado por conflitos, tensões e problemas de toda ordem. Por recursos naturais entendem-se aqueles que são dados pela natureza, os quais passam por processos contínuos de transformações, inclusive com a participação dos seres humanos (COELHO, 1999, p. 14).

O mesmo autor, no livro “Estado e políticas públicas na Amazônia”, preconiza que para a implementação de políticas públicas ambientais é necessário prover-se de conhecimento multidisciplinar e interdisciplinar na condução do desenvolvimento econômico de uma região mediante a importância dos processos ecológicos, de territorialidade, socioculturais, políticos e econômicos para que seja possível uma identificação e redefinição dos papéis dos governos, das empresas e dos atores sociais no planejamento e gestão do território e do meio ambiente.

O planejamento tem como objetivo a coleta e o tratamento cauteloso da informação para projetar o futuro. Facilita a identificação dos objetivos, desejos e aspirações e ainda o seu confronto com a realidade. Constitui um pressuposto na troca de informações e da coordenação das atividades interdependentes, uma vez que as atividades dos diferentes agentes econômicos são interdependentes. O planejamento representa um ótimo veículo para a análise dessa interdependência e para a compatibilização dos interesses em questão. O ato de planejar deve estar diretamente ligado às políticas de desenvolvimento do setor turístico. Há vários

benefícios específicos e importantes no planejamento da atividade ecoturística, entre eles estão às formas de desenvolver os recursos naturais e culturais, mantendo-os conservados para o presente e futuro.

A integração da atividade ecoturística, nas políticas de desenvolvimento da região, permitirá estabelecer uma relação benéfica entre os setores econômicos, fortalecendo a economia, otimizando o equilíbrio sócio-ambiental com distribuição igualitária dos benefícios e estabelecendo diretrizes e padrões para planos de áreas de desenvolvimento turístico (BISSOLI, 1999).

4.3.1 PROECOTUR

O PROECOTUR é um programa de planejamento estratégico e investimentos visando o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia brasileira. O programa é financiado pelo Governo Brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, executado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com os nove estados da Amazônia Legal. O objetivo maior do PROECOTUR é gerar empregos e atividade econômica direta e indireta, ampliar a arrecadação dos estados da região absorvendo mão-de-obra e capital que de outra forma poderiam se voltar para empreendimentos não ecológicos e economicamente não-sustentáveis. Para tanto, o programa deverá criar condições para que o setor privado possa investir com

segurança em ecoturismo na Amazônia e crie produtos e roteiros competitivos internacionalmente.

O objetivo geral do PROECOTUR é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o **desenvolvimento sustentável** da região. Esse objetivo será atingido mediante os seguintes objetivos específicos:

1. Proteger e desenvolver os atrativos turísticos da região, por meio de medidas como a criação de parques e reservas com manejo específico para ecoturismo;
2. Criar um ambiente de estabilidade para investimentos em empreendimentos de ecoturismo, mediante definição de políticas e normas e do fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental e desenvolvimento turístico estaduais, regionais e nacional;
3. viabilizar operacionalmente empreendimentos de ecoturismo por meio da realização de estudos de mercado, da identificação, desenvolvimento e adaptação à região de tecnologias para geração de energia, tratamento de efluentes, etc., e da sua disponibilização dos resultados para investidores privados;

4. viabilizar financeiramente empreendimentos de ecoturismo mediante a ampliação de linhas de crédito específicas para o segmento; e
5. Melhorar, ampliar ou implantar a infra-estrutura básica necessária para viabilizar o aumento do fluxo turístico para a Amazônia Legal.

Para que o Programa alcance seus objetivos, torna-se indispensável uma forte ação voltada para a formação e capacitação, não só do setor público, mas também e, principalmente, do setor privado, necessárias à mudança dos índices de desempenho dos mesmos, da significativa melhoria dos padrões profissionais e qualidade dos produtos ecoturísticos já existentes, bem como daqueles a serem gerados. E, assim, estabelecer novos conceitos de planejamento, gestão e organização do setor turístico/ecoturístico, por meio da tomada de decisões do setor público em consonância com o setor privado e a sociedade organizada, com vistas a procedimentos que busquem:

- i. **a sustentabilidade econômica**, por meio da internalização de investimentos privados competentes para adquirir espaço nos mercados nacional e internacional capazes de potencializar os investimentos públicos;
- ii. **a sustentabilidade social**, com intensa participação das sociedades locais, não só na prestação de serviços diversos, como também no fornecimentos de gêneros e produtos por elas produzidos e fabricados,

na organização e operação de possíveis produtos ecoturísticos associados ou não;

- iii. **a sustentabilidade ambiental**, mediante o tratamento adequado do patrimônio natural, de tal maneira que as atividades de ecoturismo sejam as menos impactantes possíveis, como recomenda o próprio conceito brasileiro;
- iv. **a sustentabilidade cultural**, como forma de apropriação e exploração adequadas do patrimônio cultural regional, resgatando-o e valorizando-o como atrativo ecoturístico;
- v. **a sustentabilidade institucional**, indispensável para o desejável desempenho do setor público na organização e estruturação do turismo e ecoturismo na região;
- vi. **a sustentabilidade legal**, de tal sorte que os seus instrumentos não se tornem elementos impeditivos ou complicadores para os investimentos privados, mas elaborados e estruturados de tal forma que não permitam abusos ou descaracterização dos produtos ecoturísticos da região.

Dessa maneira, torna-se imprescindível não só a formação e a capacitação, mas também criar e readequar infra-estruturas físicas, bem como fortalecer os órgãos estaduais de turismo e meio ambiente, interlocutores institucionais do Programa.

As ações previstas para a implementação do PROECOTUR dividem-se em duas fases: a I Fase, de Pré-Investimentos, com custos de US\$ 10.025.000,00 milhões e prazo de implementação em 18 meses; e a II Fase, de Investimentos, com orçamento estimado em US\$ 200 milhões e prazo de implementação em três anos. Como o montante de recursos não permite o desenvolvimento de todo o território da Amazônia Legal, os investimentos serão concentrados em Pólos Turísticos implantados em cada Estado, evitando a dispersão dos recursos. E consolidando experiências que poderão ser produzidas em outras áreas, mediante outros instrumentos financeiros complementares.

No Estado do Amazonas estão sendo trabalhados dois Pólos: **Amazonas**, abrangendo os Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Novo Airão, Manaus, Manacapuru, Iranduba, Autazes, Itacoatiara, Silves, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo e **Pólo Satere**, com os Municípios de Parintins, Nhamundá, Urucará, Boa Vista do Ramos, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Barreirinha, Urucurituba e Maués (AMAZONASTUR, 2008).

O objetivo da I Fase (Pré-investimentos) é preparar a II Fase (Investimentos) e demonstrar sua viabilidade técnica, econômica, ambiental, financeira e social. Uma vez concluída a fase de pré-investimentos (I Fase) cada Pólo estará preparado para

receber os investimentos em capacitação, infra-estrutura, marketing, proteção de atrativos e financiamentos de empreendimentos que serão necessários para gerar fluxos de visitantes.

Em 2006, a II Fase do PROECOTUR passou a ser coordenada pelo Ministério do Turismo. Já em 2007, passou a denominar-se Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional.

O Amazonas tem como projeto criar sua própria marca em âmbito global. Esta marca levará a promessa de um turismo único e jamais experimentado por todos os visitantes por sua enorme variedade de atrações diferenciadas, em especial, o turismo de selva, o turismo de experiência e o turismo de negócios, para tanto, além do PROECOTUR, também criou outros projetos ou programas, que visam o incentivo e financiamento ao turismo ecológico na região com apoio do BASA, do FNO, Banco do Brasil e Caixa Econômica, tais como:

- PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico -
Objetiva promover o desenvolvimento do ecoturismo em localidade da Amazônia, com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, assim como, oferecer aos turistas um contato íntimo com os

recursos naturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

Para aderir ao PRODETUR Nacional, cada Estado deverá enviar ao Ministério do Turismo uma Carta Consulta mostrando intenções de adesão ao Programa e apresentando ações voltadas aos componentes Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infra-Estrutura e Serviços Básicos e Gestão AMBIENTAL, com prazo de execução em média para quatro a cinco anos. A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX identificará e avaliará as propostas para obtenção de financiamento internacional. Cada Estado tomará individualmente seu empréstimo (financiamento internacional), sob o marco conceitual da sua região. O Ministério do Turismo apoiará técnica e financeiramente cada proposta individual. As ações regionais e nacionais serão de competência do Ministério do Turismo.

- PROGETUR - Programa de Apoio ao Turismo Convencional – O programa apóia as iniciativas empresariais de investimento no turismo convencional, proporcionando a implantação, ampliação, modernização e diversificação da infra-estrutura e dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem e de transporte) em áreas pioneiras, de expansão de fronteira econômica da região

ou em cidades, preferencialmente, do interior com comprovado déficit de hospedagem.

- PROINTUR - Programa de Apoio ao Turismo no Interior do Amazonas – tem o propósito de complementar a ação estatal na área, contribuindo para a consolidação do Turismo em suas várias formas, notadamente o ecoturismo, através de financiamentos destinados a empreendimentos turísticos realizados no Amazonas, visando a implantação de novos projetos e a melhoria das condições dos projetos já existentes. O programa abrangerá prioritariamente, as áreas geográficas dos municípios de Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Barcelos e Novo Airão.

CAPITULO V

MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução desta pesquisa foi utilizado o método dedutivo, partindo de princípios gerais para casos específicos. Descartes (1968) “pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, uma vez que na dedução se as premissas são verdadeiras a conclusão será sempre verdadeira”.

Neste estudo, o processo de investigação teve como fase preliminar a pesquisa bibliográfica, a qual foi desenvolvida a partir de material elaborado anteriormente, constituído principalmente de livros e artigos científicos, além do levantamento de referências publicadas em meios eletrônicos, como páginas da internet. Dencker(1998) enfatiza que este tipo de pesquisa possibilita um grau de amplitude maior, economia de tempo e levantamento de dados históricos. Depois da fase preliminar deu-se início a pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa tem por objetivo proporcionar maiores informações sobre o tema a ser investigado, ou seja,

visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando explícito ou a construir hipóteses (ANDRADE, 1999; BECKER, 2003) e aprimorar idéias, caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo o levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas envolvidas no contexto.

A pesquisa exploratória consistiu na visita a cada uma das localidades, iniciando desta forma o contato com os comunitários e gestores das pousadas, visando diagnosticar e avaliar o potencial ecoturístico existente na região, através da observação e do levantamento de dados em pesquisa documental. Segundo Marconi e Lakatos (2005), o pesquisador é peça fundamental de investigação, cujas experiências e profissionalismo tornam-se elemento chave, no que tange ao contexto e aos sujeitos partícipes, tendo a possibilidade de maior esclarecimento acerca das interpretações dos fenômenos observados.

Para o levantamento da situação legal e do licenciamento ambiental dos empreendimentos ecoturísticos no Estado do Amazonas, foi necessário a elaboração e a delimitação do mapa de localização dos empreendimentos selecionados, os quais foram localizados nas visitas *in loco*, utilizando o sistema de posicionamento global (GPS) e as imagens de sensores remotos (Landsat) disponibilizadas pela gerência de geo-processamento do IPAAM. Foram definidos os empreendimentos do Recanto da Pesca, Pousada Mamori e Juma Adventure Quest Hotel Ltda, nos municípios do

Carreiro e Autazes, respectivamente. Estes empreendimentos foram escolhidos pelas excelentes características ambientais, pelo número representativo de visitantes, pelo marketing definido como empreendimentos ecoturísticos, além dos municípios fazerem parte do pólo de ecoturismo do Estado definidos pelo PROECOTUR.

Considerando a pesquisa exploratória, este estudo utilizou abordagem qualitativa e quantitativa. Para Dencker (1998), a combinação destes dois enfoques permite conhecer não somente a frequência dos fenômenos, mas, como estes ocorrem e quais são as razões que os explicam. Becker (2003) pondera que neste tipo de pesquisa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O ambiente natural, social e cultural são as fontes diretas para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave.

Deste modo, a caracterização dos aspectos qualitativos do estudo, baseou-se na infra-estrutura, hospitalidade, atendimento, localização, viabilidade no acesso, serviços oferecidos pelos empreendimentos e instrumentos de gestão ambiental (licença ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, tratamento de efluentes, cadastro na Amazonastur). A abordagem quantitativa, segundo Becker (2003), significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, considera ainda que a realidade só pode ser compreendida com base na análise

de dados. Destarte, a abordagem quantitativa do estudo em tela deu-se em relação aos aspectos de natureza física da área de abrangência da pesquisa. Foi trabalhada a partir da elaboração e aplicação de questionários estruturados e semi-estruturados, usando as técnicas estatísticas que permitiram a aplicação desses aspectos na prospecção quantitativa da análise, representada sob a forma de gráficos para uma melhor interpretação dos resultados.

Conforme Goldenberg (1999), “Neste tipo de abordagem o pesquisador busca experimentar as relações de dependência funcional entre variáveis para que sejam tratados conforme os fenômenos acontecem, procurando identificar os elementos constituintes do objeto estudado, estabelecendo a estrutura e a evolução das relações entre os elementos. Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”.

Como instrumentos de coleta de dados para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado:

- Questionários estruturados e semi-estuturados para as pesquisas de campo – conversação informal que pode ser alimentada por perguntas abertas ou de sentido genérico, proporcionando maior liberdade ao informante (ANDRADE, 1999). Nesta fase foi usado gravador como recurso auxiliar. Os

questionários foram aplicados junto á comunidade, visitantes e gestores dos empreendimentos.

Neste estudo, foi também analisado a situação legal dos empreendimentos ecoturísticos no Estado do Amazonas através da coleta sistemática de dados (levantamento bibliográficos e documental), entrevistas informais com profissionais da área, visitas a instituições – Amazonastur, órgãos licenciadores, sites de pesquisa, além das leis, decretos, resoluções e instrução normativa do IPAAM, que norteiam os procedimentos para o licenciamento ambiental.

Após análise das leis e procedimentos adotados pelo IPAAM, foi elaborado um quadro comparativo situacional dos empreendimentos (apêndice A), para saber até onde foram cumpridas as pendências após a vistoria pelo órgão licenciador.

A melhoria do desenvolvimento das atividades ecoturísticas, foi verificada através da avaliação dos serviços e a conservação ambiental conseguida após o licenciamento dos empreendimentos.

Para propor políticas públicas é necessário identificar os problemas e as causas, em seguida criar metas, definir programas e estabelecer estratégias para o cumprimento dessas metas. Nesta perspectiva, a pesquisa fornece ao poder público informações sócio-ambientais para a formulação de políticas públicas estratégicas

para a atividade de ecoturismo no Estado do Amazonas, onde a estratégia adotada está em discutir através da realização de debates e/ou seminários com os atores envolvidos de forma direta na atividade ecoturística, alternativas que promovam um desenvolvimento sustentável para a região, resultando desta forma na construção de textos-relatórios que poderá incorporar no programa de ecoturismo da Agenda Positiva do Estado do Amazonas as questões identificadas como essenciais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo compreenderam os empreendimentos licenciados pelo IPAAM no Estado, classificados como Hotel de Selva e Ecoturismo, sob o código de atividade 2704, conforme lei estadual nº. 3219/07, mais especificamente os empreendimentos; Pousada Mamori, Recanto da Pesca e Juma Adventure, nos municípios de Carreiro (Castanho) e Autazes, respectivamente. A identificação, levantamento quantitativo e a localização dos empreendimentos foram realizados através de visitas ao site da instituição e análise processual.

4.2.1 Localização do Careiro / Castanho

O estudo foi desenvolvido na Região do lago Mamori nas pousadas Mamori e Recanto da Pesca, localizados no município de Careiro (Castanho) o qual, foi criado em 30 de dezembro de 1987. Seu primeiro administrador foi Valeriano Sotero da

Silva, em seguida, foi nomeado como segundo administrador José Vascelos de Farias. Em 1988, houve a primeira eleição direta para prefeito sendo eleita: Maria das Graças Alencar 1989-1992; Pedro Duarte Guedes 1993-1996; José Teixeira da Costa 1997-2000; Pedro Duarte Guedes 2001-2004; Pedro Duarte Guedes 2005-2008; Raimundo Nonato da Silva (Nato Leite) 2009-2012-prefeito em exercício.

A cidade do Careiro (Castanho), localizada a 102 quilômetros de Manaus, além das belezas naturais, tem como destaque o cultivo do cupuaçu. A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas do município. Sua população em 2007 era de 23.023 habitantes, hoje está estimada em 30.000 habitantes.

Com o objetivo de fomentar o turismo e a economia na região, a cidade sedia anualmente a Agropec - Feira Agropecuária e de Agronegócios, evento que gera movimentação de R\$ 4,5 milhões em operações comerciais e onde os produtos locais têm disponíveis linhas especiais de crédito da AFEAM (Agência de Fomento do Estado do Amazonas) e do Banco da Amazônia.

O acesso ao Município é realizado por via fluvial, em embarcações que saem diariamente do porto de Manaus ou em lanchas rápidas que saem do porto do Ceasa em Manaus. Localiza-se na Região do Rio Negro – Solimões, na zona leste do Estado do Amazonas, encontra-se a uma distância de 22 km da Capital. Faz limites com Autazes, Careiro da Várzea, Manaquiri, Iranduba, Manaus e Itacoatiara.

O município é tipicamente de várzea, 95%, sendo o restante composto por áreas de terra firme. A economia é baseada na agricultura, predominando a produção de laranja, tomate, mandioca e mamão, a flora e a fauna são as principais riquezas naturais do município. Na primeira, as espécies mais importantes são: pau-rosa, castanha-do-pará e a seringueira. E na segunda, peixes, tais como, o pirarucu, tucunaré, jaraqui, surubim e animais silvestres: queixadas, veados, porco do mato e capivaras.

Como ponto de atração turística, o município tem a igreja de Nossa Senhora da Conceição, ressaltada pela beleza de sua construção e pela localização junto ao igarapé do Janauacá, bem como os seus lagos. O Folclore com a realização da festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no mês de julho, padroeira do município. No mapa abaixo apresenta-se a localização da pousada Recanto da Pesca.

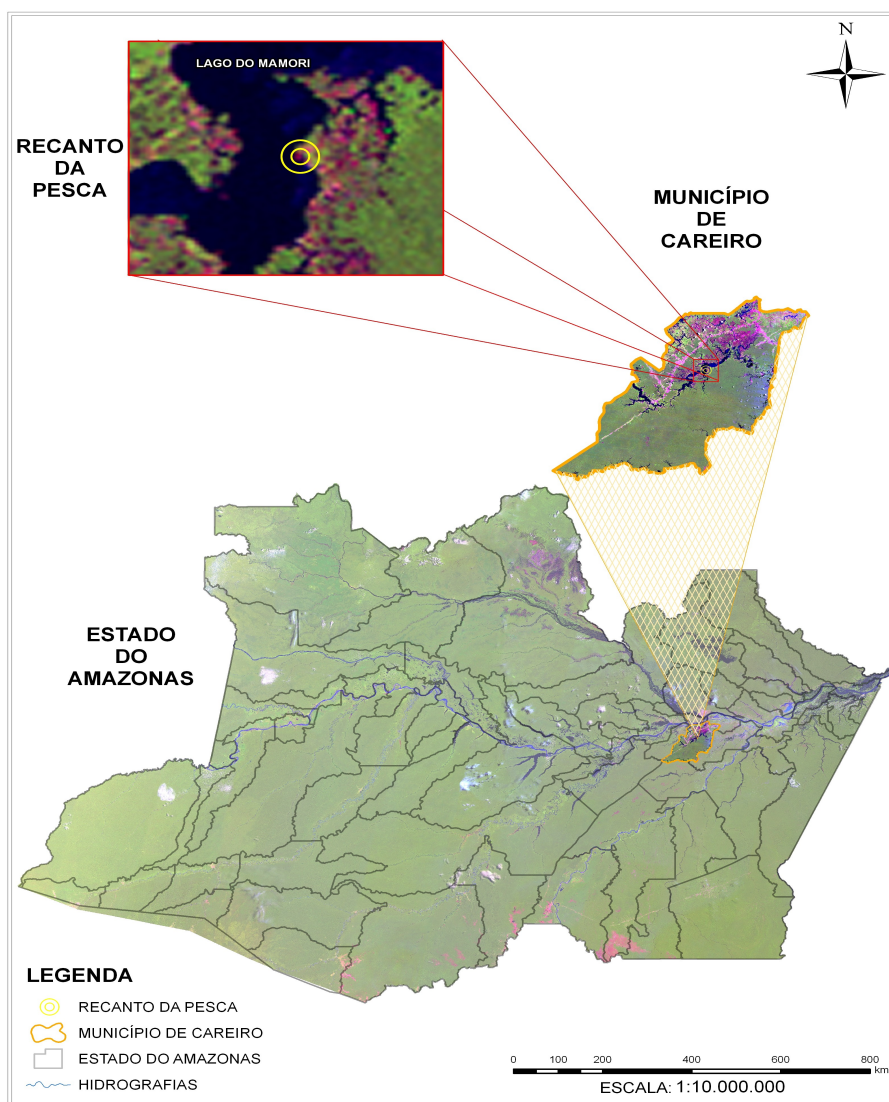


Figura 3– Mapa de localização da Pousada Recanto da Pesca no Município de Careiro
 FONTE: IPAAM, 2009

A pousada Recanto da Pesca, localizada no município do Careiro nas coordenadas geográficas 03°33,9'22,4" S e 60°0,6'55,2" W, tem acesso terrestre e fluvial com saída localizada no porto da Ceasa. Travessia em barco rápido (a jato),

passando pelo Encontro das Águas (Rio Negro e Solimões) até o Careiro da Várzea. Translado pela BR 319 até a Comunidade do Araçá. Saída em voadeira até a Pousada.

A Pousada oferece os seguintes atrativos turísticos em voadeira-canoa motorizada, safári na selva saindo da pousada até ao local onde fica o acampamento, com a construção de abrigo (Tapiri) usando técnicas dos povos indígenas do Amazonas. Em seguida, realiza-se o reconhecimento do local em pequenas canoas nativas, fazendo o percurso entre as enormes árvores, abraçadas por cipós, onde pode ser observados vários animais silvestres, o pernoite acontece no acampamento, com os turistas dormindo em redes. A partir do acampamento também são realizadas caminhada na selva onde são ensinadas técnicas de sobrevivência na selva, como obter água, comida, fogo e plantas medicinais. Observa-se a presença dos botos e o por do sol.



Figura 4- Frente da Pousada Recanto da Pesca
FONTE: Rosivana- 2008

A Pousada oferece ainda pescaria de piranhas e outras espécies de peixes para o jantar, após o qual, com canoa motorizada é feito à focagem de jacarés, cobras, corujas e aves noturnas. Remando em pequena canoas pelos “igapós”, observam-se pássaros e também é permitida a pescaria na modalidade pesque e solte. É realizada visita a uma pequena comunidade – Divino Espírito Santo- onde os turistas têm a oportunidade de conhecer alguns usos e costumes tradicionais da comunidade, como por exemplo, o modo como fazem farinha de mandioca e biju.



Figura 5 – Comunidade Divino Espírito Santo
FONTE: Pereira, 2008



Figura 6– Mandioca para fazer farinha e biju
FONTE: Pereira,2009

A Pousada Mamori esta localizada no coração do lago Mamori, nas coordenadas geográficas 03°37'20,6" S e 60°03'23,4" W, tem acesso rodo-fluvial e traslado direto para pousada, saindo do porto de Manaus, travessia do Rio Negro/Solimões passando pelo encontro das águas. Após esse percurso a viagem é realizada em estrada asfaltada (40 km) até a comunidade do Araça com embarque em transporte fluvial privativo (lança) até a pousada (50 minutos).

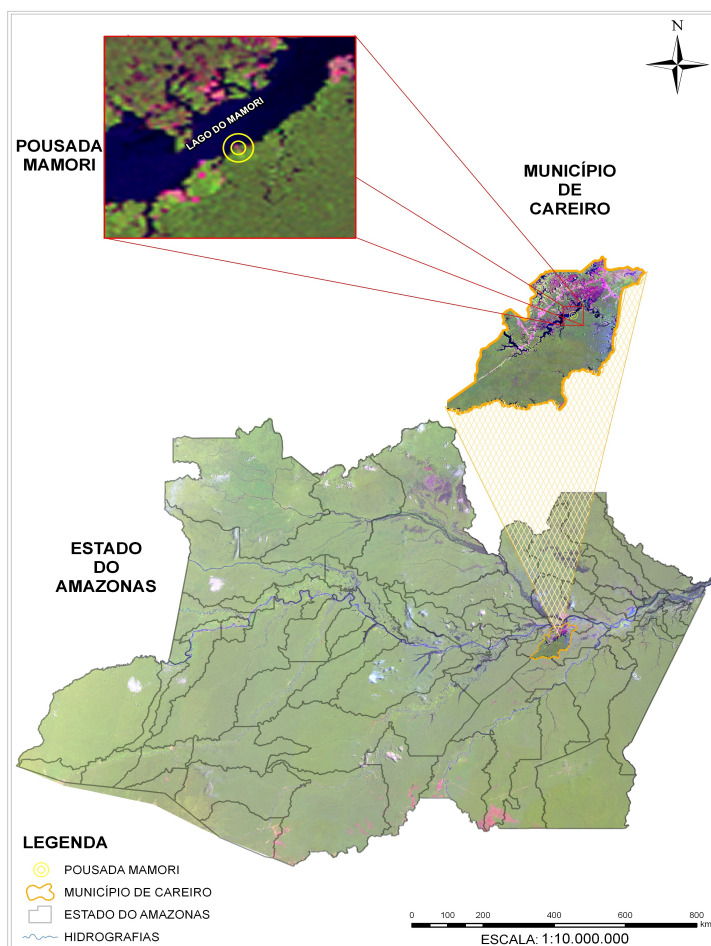


Figura 7 – Mapa de localização da Pousada Mamori no Município de Careiro
FONTE: IPAAM 2009

A pousada reúne um complexo de chalés com capacidade para 32 pessoas e um mini-shopping com bar, restaurante, chalés com ar condicionado banheiro privativo, e loja de conveniência, voltados para o lago, o que permite uma visão panorâmica da exuberância da floresta Amazônica.

A Pousada oferece os seguintes atrativos turísticos: em voadeira safári na selva, até ao local em que é montado o acampamento e servido o almoço. À tarde os turista ajudam a construir o abrigo (Tapiri) usando técnicas nativas do Amazonas. Em seguida, é realizado o reconhecimento do local em pequenas canoas, onde é possível observar árvores enormes entrelaçadas por cipós, vários animais da fauna regional. Os turistas jantam no acampamento e dormem em redes.



Figura 8 – Frente da Pousada Mamori

FONTE: Pereira - 2008

No dia seguinte é realizada caminhada na selva onde é ensinado técnicas de sobrevivência na selva, como obter água, comida, fogo e plantas medicinais. Pescaria de piranhas e outras espécies de peixes para o jantar. A noite de canoa motorizada ocorre a focagem de jacarés, cobras, corujas e aves noturnas. Há ainda passeio em pequenas canoas pelos “igapós” para observação de pássaros e pescaria. Os guias turísticos levam os turista para visitarem a comunidade Divino Espírito Santo no bairro Terra Alta, nome dado por situa-se uma das partes mais altas da região, que

fica localizada entre a Pousada recanto da pesca e a Mamori, para verificar como seus habitantes vivem, exemplo é a casa do caboclo.



Figura:9- Casa do caboclo
FONTE:Pereira -2009

4.2.2 Localização de Autazes

A outra área de estudo foi o Juma Adventure Quest Hotel Ltda, localizado na região de Autazes que era conhecida por Bararuá nos meados do século 18, quando era habitada pelos índios Mura, famosos por sua resistência ao colonizador português, hoje conhecida por terra do leite. O nome do município vem dos rios Autaz-Açu e Autaz-Mirim, que cortam suas terras. A exploração da região teve início através do rio Madeira, em 1637 pelos coletores de cacau e demais produtos naturais. Mas a ocupação da área do município ocorreu a partir de 1860. Com a chegada de colonos vindos de várias partes do Amazonas e do Nordeste, atraídos pela exploração da borracha. Entre 1835 e 1840, o local presenciou também um dos mais importantes

movimentos sociais e políticos da história do Brasil, a Cabanagem. A revolta envolveu índios, negros, mestiços e alguns brancos pobres que lutavam contra a opressão portuguesa e buscavam melhores condições de trabalho e de vida. (HISTÓRICO – AUTAZES, 2008). São diversos os rios que cortam os arredores de Autazes, e mais de cem (100) lagos, sendo todos propícios à pesca e ao pouso de hidroaviões. Esses locais contam com uma forte presença de operadores de barcos para o turismo de pesca. O peixe mais cobiçado é o tucunaré, que se tornou o peixe-símbolo da pesca esportiva no Brasil.

O destaque é o rio Preto e Pantaleão, que têm por característica principal as águas escuras e um lago com 20 km de extensão. Já o rio Mamori atravessa a cidade e faz sua ligação com o município de Careiro (Castanho). O rio Tupana é um dos mais preservados e selvagens da região.

Atividades Econômicas - Agricultura: baseada principalmente no cultivo de produtos como mandioca de várzea e de terra firme, milho, feijão (culturas temporárias) e destaque para o cupuaçu, guaraná, banana, e laranja (culturas permanentes). Pecuária: é a atividade econômica de maior importância, tanto na ocupação da mão-de-obra como na geração de renda do município. Esta atividade encontra-se principalmente nas várzeas, onde os pastos de modo geral são de excelente qualidade e tem ainda locais de adequadas condições para alimentações

dos animais, especialmente para a engorda. O criatório no município consiste no desenvolvimento de espécies como: bovinos, bufalinos, ovinos, caprinos e suínos.

Pesca: no período de setembro ocorre uma grande abundância de pescado, cujas principais espécies são: jaraqui, tambaqui, tucunaré, matrinxã, curimatá, acará, pescada, sardinha, pacu, surubim, pirarucu e outros. Avicultura: atividade tipicamente doméstica, para o consumo familiar, baseia-se principalmente na criação de galinhas caipiras. Extrativismo Vegetal: a castanha do Brasil e a borracha são os principais produtos extrativos. A extração da madeira não é significativa para a economia do município, as principais espécies de madeiras exploradas são: louro, cedro, itaúba, jacareúba, andiroba e virola.

Hortifruticultura: atividade pouco desenvolvida, voltada somente para o consumo doméstico e explorada de forma empírica, através do cultivo de verduras e legumes tais como: coentro, cebolinha, couve, salsa, pimenta de cheiro, quiabo, feijão de vagem e de frutas regionais como tucumã, beribá, manga, abacate, pupunha, graviola e melancia, que surgem de acordo com as respectivas épocas. No setor secundário observa-se a indústria da madeira, tijolo, gelo, mobiliário, construção naval, produtos alimentícios e beneficiamento da borracha. Setor Terciário, o comércio varejista e atacadista, que vão desde gêneros alimentícios até material de construção. O município conta com os serviços de oficina mecânica, borracharia,

oficina de refrigeração, protético, pintor de parede, cabeleireiro, costureira, fotógrafo, banco, hotéis e outros.

A viagem de barco entre Manaus e Autazes dura 11 h na ida e 12 h na volta. São quatro barcos de "recreio" - como são chamados na região os barcos que transportam passageiros e cargas - que partem de Manaus de segunda a sexta às 18h, com passagens de aproximadamente R\$ 15. As condições de segurança, higiene e conforto desses barcos são consideradas regulares, segundo o padrão dos barcos desse tipo no Estado, sob a fiscalização da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAO) e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Via terrestre, parte-se do porto da Ceasa em Manaus em uma balsa por 1h15, até o porto da Balsa no Careiro da Várzea, de onde saem os ônibus com destino a Autazes duas vezes por dia. Na rodovia BR-319 são asfaltados 26 km do trajeto, e os outros 90 km da rodovia AM-254 são de terra. Como esta não chega à sede do município, devido à geografia da região, nesse ponto é preciso embarcar em uma voadeira por mais 10 min, ou numa balsa, por 45 min, para transporte de veículos.

Uma alternativa de transporte são os ajatos ou expressos, barcos mais velozes com capacidade para aproximadamente vinte pessoas, que partem em vários horários do porto da Ceasa em Manaus. Após a travessia do rio Amazonas (25 min), chega-se ao porto de Careiro da Várzea.

O município localiza-se a 110 km em linha reta de Manaus, 218 km via fluvial, possui uma população de 27.772 hab. (estimativa de 2004), área de 7.599 km². O clima é equatorial, quente e úmido, com temperatura média de 26 °C (IBGE, 2008)

Autazes é uma Região formada por vários Balneários entre eles citam-se: Meu Paraíso - possui bar e restaurante com música ao vivo aos finais de semana. Existem várias cavernas no local, mas não se pode dizer que são atrativos turísticos, pois não são acessíveis na época da vazante e somente alguns moradores conhecem suas localizações. Balneário Braztur situado no Parque Aquático Otacílio Tupinambá Nobre: possui bar, restaurante, clube dançante, cabanas, campo de futebol, sala de jogos, lago para pesca e passeio de barco.

Turismo na região é formado por sítios arqueológicos no lago Sampaio, na fazenda Vista Alegre e no igarapé do Japiim, locais de visitas dos turistas. Também é possível evidenciar mais de 14 áreas indígenas Mura, localizadas, principalmente, na parte Norte do município, na região do rio Mutuca. Para chegar a comunidade leva-se de 30 minutos a duas horas de barco e de carro, o acesso é feito pelas estradas AM-253 e Autazes-Sampaio. Não há infra-estrutura turística nos passeios aos rios e aos lagos, por isso é preciso sempre levar água e comida, além de acessórios e objetos de uso pessoal. Também é fundamental contratar um guia na cidade, além do

serviço de barco ou voadeira, com piloteiros ("Piloteiro" é o nome dado aos "pilotos" das voadeiras). É possível alugar barcos com a Associação dos Piloteiros de Pesca Esportiva de Autazes (APPEA), através da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, na Prefeitura.

Eventos mais importantes são os festivais: Folclórico (22 à 25 de junho); festival do Leite (23 à 30 de novembro). O folclore está no calendário de eventos é enriquecido pelas festas religiosas, que ocorrem no mês de Junho: Santo Antônio, São João e São Pedro.

O hotel Juma fica a 100 km ao sul de Manaus, à margem do rio de mesmo nome, e o trajeto pode ser feito em cerca de duas horas e meia de barco ou num misto de barco e carro, dependendo da estação do ano. Na época da cheia é possível fazer todo o trajeto de barco, pois as águas chegam a subir mais de 10 metros interligando vários rios, tornando a viagem mais rápida. Uma das grandes vantagens da localização do Juma é a acidez das águas do rio que evita a proliferação de mosquitos, podendo-se ficar em áreas abertas sem o incômodo de insetos.

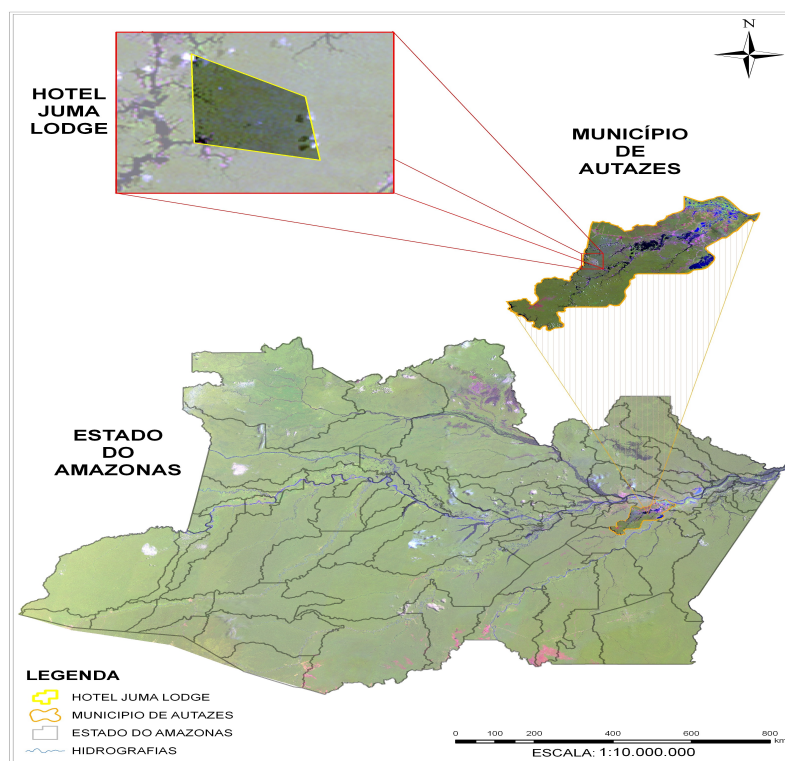


Figura 10 – Mapa de Localização Juma Adventure Quest Hotel Ltda no Município de Autazes
FONTE: IPAAM, 2009

O mapa acima mostra a localização espacial do município de Autazes no contexto do Estado do Amazonas e situa o hotel Juma, objeto do estudo.

O hotel Juma fica totalmente elevado sobre passarelas de madeira e conta com um deck com visão privilegiada do Rio Juma. Os chalés são cobertos com palhas que, além da integração com o ambiente, propiciam temperaturas mais amenas. A única forma de chegar lá é de barco ou hidro-avião. Como o hotel não trabalha com

grandes grupos, o tratamento é muito pessoal, proporcionando muita interação com os funcionários e até os proprietários, que também trabalham com os turistas.



Figura 11- chalés do Juma Hotel
FONTE: Juma Hotel- setembro 2008



Figura: 12 – Chalés do Hotel Juma
Fonte: Pereira-maio 2009

O traslado até o hotel já é uma atração, pois, durante o caminho, passa-se por comunidades ribeirinhas e os mais diversos tipos de embarcações. A sensação de estar no meio da Amazônia é muito forte. Suas dimensões são imensas: o Rio Negro, por exemplo, chega a ter 12 km de largura em certos trechos, onde praticamente é impossível avistar a outra margem.

No traslado o turista aprecia, o encontro das águas. Trata-se do incrível encontro das águas escuras do Rio Negro com as águas barrentas do Solimões, resultando no maior rio do mundo em volume d'água, o Amazonas. O fato interessante desse encontro é que os rios caminham juntos vários quilômetros sem que suas águas se misturem. Isso acontece em função das diferentes temperaturas e velocidades das águas. Quando o turista chega a Vila do Careiro, são transportados por Van até o rio Araçá, de onde seguem em outra lancha passando pelos Rios Mamori até, o rio Juma.

Chegando ao hotel, o turista é recebido por Joel, Lilica, Velhão e Velhinha, um grupo de macacos que vivem nos arredores e não se intimidam de subir no colo das pessoas, buscando carinho ou, quem sabe, uma banana.



Figura 13– macaco(Joel) recepcionando o turista
FONTE: Pereira, 2009

As atividades de turismo ecológico realizados no hotel são: visita a comunidade local, Associação Agrícola Artesanal, para conhecer seus costumes e

seus artesanatos. Uma das vantagens dessa época na Amazônia é que, devido ao volume dos rios e a calmaria de suas águas, formam-se verdadeiros espelhos d'água, que refletem com perfeição os contornos das matas.

A programação inclui ver o nascer do sol e o por do sol, revoada de pássaros, botos nadando relativamente perto da lancha, inclusive o boto cor-de-rosa, caminhada na selva. Um passeio muito interessante, pois os guias mostram diversas plantas com poderes medicinais e outros fins. Como exemplo: Cipó d'água (fornece água), Paracanaúba (quinino para malária), Amapá (xarope para bronquite), Cânfora (creme para lesões), Capim Santo (anti-séptico), Babaçu (possui um verme comestível em seu interior rico em proteínas), Itaúba (madeira para barcos), Cipó Ambé (cigarro da selva) e muitas outras.

Dentre das atividades praticada pelos visitantes é realizada a visita à sede da Associação Agrícola Artesanal, onde o turista ver como é preparada artesanalmente a farinha de mandioca, que juntamente com o peixe é o alimento básico do caboclo e sua família, bem como os artesanatos confeccionados pela comunidade.



Figura 14– Sr. Elias , líder da comunidade mostrando os artesanatos
FONTE: Pereira, 2009

A programação noturna compreende: focagem de jacaré, cobras, dança dos botos. O hotel realiza ainda a pesca ecológica (pesque e solte) da piranha de final de tarde.

4.3 MATERIAIS

Para a execução deste trabalho utilizou-se como material os seguintes elementos:

- (i) Bibliografias gerais, de acordo com a própria abrangência da pesquisa;
- (ii) Mapas de situação da área em estudo;
- (iii) Formulários, questionários para aplicação das entrevistas estruturadas e semi-estruturadas;
- (iv) Processos de licenciamentos ambientais;

(v) Gravador portátil digital;

(vi) Máquina fotográfica digital;

(vii) G.P.S – 12 Etrex Gramin;

(viii) Imagens de sensores remotos (LANDSATs 5,7 e IKONOS – 1) –

Disponibilizadas pelo IPAAM.

A seleção das unidades familiares foi realizada por amostragem, utilizando o número total de casas da comunidade e aplicando a fórmula proposta por Barbeta (2005) utilizando-se 5 % de erro admissível.

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Onde:

N = tamanho da população (número total de unidades familiares);

n = tamanho da amostra (número de entrevistas);

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra;

E_0 = erro amostral tolerável/admissível.

Um primeiro cálculo para o tamanho da amostra será:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Se a população for muito grande ou desconhecida, já podemos adotar como tamanho da amostra ($n=n_0$), portanto sujere-se a seguinte correção da fórmula:

$$n = N \cdot n_0 / N + n_0$$

As amostras foram escolhidas aleatoriamente entre adultos de todos os gêneros, o único critério exigido foi de que os entrevistados fossem moradores das comunidades com idade mínima de 18 anos, morassem na comunidade há no mínimo um ano, bem como os visitantes disponíveis que aceitaram responder aos questionários e os gestores.

A pesquisa foi realizada em setembro de 2008 e maio de 2009. Para a coleta das informações foi utilizada a amostragem aleatória. O cálculo do número de unidades de amostragem foi realizado conforme formulação acima. Após a aplicação da fórmula o número de unidades familiares necessárias para a amostragem na comunidade do Divino Espírito Santo, município do Carreiro foi de 15 (quinze), considerando que o número de unidades familiares corresponde a 65 (sesenta e cinco). Para a Associação Agrícola Artesanal, município de Autazes foi de 7,87, sendo este número arredondado para 8 (oito), tendo em vista que a comunidade possui 13 (treze) unidades familiares.

Durante a pesquisa de campo, com base nos cálculos acima, foi aplicado questionário, para as 2 (duas) pousadas no Carreiro e o hotel Juma em Autazes com os seguintes entrevistados:

- No Recanto da Pesca situado no Careiro foi aplicado questionário para: 1 gestor, 2 turistas e 15 moradores da comunidade Divino Espírito Santo, localizada nas coordenadas geográficas 03°37'37,3" S e 60°04'03,3" W.

- Na Pousada Mamori também localizada no Careiro foram pesquisados: 1 gestor, 3 turistas, para os moradores foi considerado os mesmos questionários (15) aplicados à comunidade acima descrita, considerando que a comunidade recebe influência das duas pousadas, pois localiza-se equidistante às mesmas (Recanto da Pesca e Mamori).

- No Hotel Juma, em Autazes foram entrevistados: 1 gestor, 3 turistas e 8 moradores da Associação Agrícola Artesanal, situada as coordenadas 03°53'22,4" S e 59°51'24,9" W.



Figura 15– Escola Comunidade Divino Espírito Santo
FONTE: Pereira - 2008



Figura 16– Associação Agrícola Artesanal
FONTE: Pereira - 2009

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema investigado? A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (DESLANDES *et al.*, 1994). Segundo TAYLOR e BORGAN (1992), na pesquisa qualitativa o pesquisador desenvolve conceito, inferências e evidencia padrões de dados, pois as pessoas ou grupos não são reduzidos a variáveis, mas vistos como um todo. Destarte, nesta pesquisa os ambientes naturais, sociais e culturais foram as fontes diretas para a coleta de dados.

CAPÍTULO V I

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo abordará a avaliação dos dados obtidos na pesquisa de campo e entrevistas aplicadas aos atores sociais (gestores, visitantes e moradores) das áreas do estudo, que subsidiará uma análise a respeito da visão que possuem sobre desenvolvimento sustentável e ecoturismo.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS GESTORES.

6.1.1 Naturalidade dos Gestores

Gestores	Naturalidade
Pousada recanto da pesca	Curitiba / Paraná
Pousada Mamori	Manaus /Am
Juma Hotel	Manaus /Am

Tabela 2– Naturalidade dos Gestores

FONTE: Pesquisa de Campo

De acordo com a tabela 1, os gestores das pousadas são brasileiros, sendo um natural do Paraná (25%) e dois de Manaus (75%). Chegaram à região em busca de novas oportunidades e de tranquilidade.

6.1.2 Tempo de Serviço

Gestores	Tempo
Pousada recanto da pesca	Mais ou menos 2 anos
Pousada Mamori	1 ano
Juma Hotel	10 anos

Tabela 3- Tempo de Serviço
 FONTE : Pesquisa de Campo

Percebe-se pela tabela acima que o gestor do Hotel Juma atua há bastante tempo na região. Antes de construir o hotel trabalhou cinco anos no Araújo Tower, adquiriu ampla experiência no setor turístico, conhecendo quais os atrativos que os visitantes mais buscam. Declarou que trabalhar em parceria com a comunidade é a sua meta. Os outros gestores estão recentes na região, procuram ganhar a confiabilidade da comunidade. O proprietário do Recanto da Pesca declarou que tem buscado investir no setor trazendo novas oportunidades de emprego para a comunidade. O gestor da Pousada Mamori atua há um ano, busca interar-se da problemática da região para trabalhar com a comunidade; a Pousada foi fundada no final de 2004 mais teve suas atividades operacionais iniciadas somente em 2007.

6.1.3 Gênero dos Gestores

Gestores	Gênero
Pousada recanto da pesca	Masculino
Pousada Mamori	Feminino
Juma Hotel	Feminino

Tabela 4- Gênero dos Gestores
 FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao gênero concluímos que 67 % dos gestores são do sexo feminino, o que demonstra a realidade da sociedade brasileira, onde as mulheres estão assumindo funções que antes eram realizadas pelos homens.

6.1.4 Faixa Etária dos Gestores

Gestores	Faixa Etária
Pousada recanto da pesca	46 anos
Pousada Mamori	62 anos
Juma Hotel	34 anos

Tabela5- Faixa Etária dos Gestores
 FONTE: Pesquisa de Campo

A faixa etária dos gestores varia entre 34 à 62 anos, demonstrando o interesse no setor de uma faixa etária da população com mais experiência de vida, ou seja, pessoas que buscam uma atividade a qual proporcione maior qualidade de vida, satisfação e prazer que exclusivamente a remuneração.

6.1.5 Escolaridade dos Gestores

Gestores	Escolaridade
Pousada recanto da pesca	Ensino Fundamental
Pousada Mamori	Pós-graduação
Juma Hotel	Ensino Médio

Tabela 6 - Escolaridade
FONTE: Pesquisa de Campo

Os gestores possuem formação variada, talvez isto explique o evidenciado durante a visita, pois na observação da pesquisadora, à pousada Mamori possui uma melhor organização das atividades e serviços oferecidos (divulgação através de folhetos, instruções educacionais, formulários de satisfação, cardápio), bem como a infra-estrutura.

6.1.6 Importância da Pousada

Gestores	Importância
Pousada recanto da pesca	Tranqüilidade
Pousada Mamori	Trouxe facilidades ao pescador
Juma Hotel	Mantém a floresta intacta, preserva. Fator de sustentabilidade para os ribeirinhos, pois aumenta a renda

Tabela 7– Importância da Pousada
FONTE: Pesquisa de Campo

Os dados levantados na tabela 7, representam a importância das pousadas para a comunidade, na visão dos proprietários. Segundo os gestores, a importância destes empreendimentos está em proporcionar aos visitantes sossego, contato com o

meio ambiente, uma vez que os turistas realizam atividades diferentes a cada dia que permanecem nas pousadas, pois a região possui terra firme e áreas de várzea com uma diversidade ambiental imensa, levando os mesmos a esquecerem o estresse do cotidiano. Também é importante a comunidade uma vez que oferece facilidades para o pescador, alternativas de sustentabilidade, aumento da renda familiar, mantendo a floresta intacta e preservando o meio ambiente.

6.1.7 Benefícios Sociais das Pousadas para as Comunidades

Na entrevista com os gestores, sobre este item, os mesmos citaram, o maior benefício social que as pousadas trouxeram as famílias foi a empregabilidade, pois as mesmas oferecem as comunidades alternativas financeiras como: terceirização dos serviços de barqueiro, guia turístico, marceneiro, arrumadeira, cozinheira etc, além de recursos para aplicação de cursos voltados para o manejo sustentável das riquezas naturais. Destarte, havendo a mudança do hábito de caçar, pesca predatória e exploração de madeira. No município de Autazes, foi citado, ainda como benefícios sociais a construção da Igreja, Escola e Centro Social da Boca do Juma, bem como do Centro Social na Comunidade do Brasil.

6.1.8 Importância do Órgão Ambiental para o Hotel

Gestores	Importância do Órgão Ambiental
Pousada recanto da pesca	Função de fazer cumprir a legislação
Pousada Mamori	Muito incipiente e espera que seja mais atuante
Juma Hotel	É fundamental para a preservação dos recursos naturais, no entanto falta mais fiscalização

Tabela 8- Importância do órgão Ambiental

FONTE: Pesquisa de Campo

Segundo a tabela 8, observa-se que os gestores concordam na importância do órgão ambiental para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais, no entanto é necessário uma fiscalização mais eficaz para que a legislação seja cumprida, considerando o IPAAM órgão responsável pela fiscalização e monitoramento ambiental das atividades com potencial de impacto no Estado, de acordo com o Decreto nº 10.028/87 no Art. 5º - Ao Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas - CODEAMA, na qualidade de coordenador e executor da Política Estadual de Meio Ambiente compete:

Coordenar a atividade de licenciamento e fiscalização do Estado em defesa do Meio Ambiente e do uso dos Recursos Naturais, aplicando as penalidades cabíveis, inclusive as previstas na legislação federal, quando for o caso;

Emitir normas sobre o uso, conservação e defesa dos Recursos Naturais, bem como sobre o licenciamento de atividades com potencial de impacto no meio ambiente;

Fixar normas de controle e fiscalização sobre lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar e no solo, observados os padrões estabelecidos em legislação federal; [...](IPAAM,2002).

6.1.9 Benefícios que o Licenciamento Ambiental Proporciona

Gestores	Benefícios do Licenciamento
Pousada recanto da pesca	O marketing. Proporciona uma visão ambientalista
Pousada Mamori	Ainda não acontece, sugere que o IPAAM seja mais atuante na fiscalização da pesca
Juma Hotel	Respaldo perante os órgãos, as comunidades, os turistas e traz financiamento

Tabela 9- Benefícios do Licenciamento
 FONTE: Pesquisa de Campo

De acordo com a tabela 8 podemos observar que somente 33 %, no caso a Pousada Mamori diz que os benefícios do licenciamento não são patentes, pois o órgão ambiental é ausente. A entrevistada sugere que o IPAAM seja mais enérgico no que se refere à fiscalização da pesca, pois essa atividade é um dos grandes atrativos da região, mas ainda é realizada de forma predatória. 67 % dos gestores, isto é o Recanto da Pesca e Juma Hotel, respectivamente, consideram que os benefícios são relevantes, pois o marketing ambientalmente correto (ecoturismo) das pousadas atrai a atenção dos ambientalistas, a licença ambiental é um respaldo perante os órgãos estaduais, municipais e federais, as comunidades, os turistas e as agências financiadoras. Vale ressaltar que a licença ambiental não é um pré-requisito para o cadastro na AMAZONASTUR.

Destarte, o licenciamento oferece ao turista uma visão da responsabilidade ambientalista, uma vez que o sistema turístico contempla vasto leque de modalidades

de produtos e de setores produtivos, assume papel de grande proeminência para o desenvolvimento da economia, como fonte de geração de rendas individuais e empresariais, de ingresso de divisas na balança de pagamentos, de receitas para os cofres públicos, tudo isto, sem considerar sua expressividade como manancial de sustentabilidade.

6.1.10 Participação na Construção do Sistema de Gestão

De acordo com as pesquisa de campo a comunidade do Divino Espírito Santo, limítrofe dos empreendimentos Recanto da Pesca e Pousada Mamori no município do Careiro não participaram da construção do sistema de gestão, nem a Associação Agrícola Artesanal no município de Autazes, na gestão do Juma Hotel. Ressalta-se que a Associação participou do projeto realizado pelo prof. Julio Tello, para a construção e elaboração do orquidário e herbário, bem como na elaboração de um plano de gerenciamento e sistema de gestão, para ser implementado no Juma Hotel , entretanto o projeto não avançou, pois não houve aceitação do proprietário do hotel .

6.1.11 Atividades Recreativas ou Ecoturísticas Oferecidas

Gestores	Atividades Recreativas
Pousada recanto da pesca	Pesca esportiva, Pesque e solte Focagem de jacaré, Caminhada na selva
Pousada Mamori	Pesque e solte, Focagem de jacaré Observação dos botos, por do sol, pássaros, Caminhadas em trilhas, Visita a casa do Caboclo e do artesão
Juma Hotel	Caminhada na selva, Focagem do jacaré, Caminhada noturna, Visita à casa do ribeirinho, Passeio de canoa

Tabela 10- Atividades Recreativas

FONTE: Pesquisa de campo

As principais atividades recreativas oferecidas, segundo a tabela acima possuem pouca variação entre os empreendimentos turísticos, estando voltadas para a preservação do ambiente e proporcionando um maior contato com a realidade Amazônica. Observa-se ainda, que as atividades oferecidas estão de acordo com a proposta do ecoturismo, no que diz respeito à pesca esportiva, pesque e solte, focagem do jacaré, caminhada na selva, observação do boto, pôr do sol, observação dos pássaros, visita a casa do caboclo e do artesão, caminhada noturna, visita a casa do ribeirinho e passeio de canoa.

6.1.12 Visitantes Recebidos na Pousada/Hotel.

Pousada/Hotel	Quantidade de Visitantes em alta temporada
Recanto da Pesca	15 pessoas
Pousada Mamori	Mais ou menos 50 turistas
Juma Hotel	150 a 200 pessoas por mês

Tabela 11- Visitantes recebidos

FONTE: Pesquisa de Campo

O Recanto da Pesca recebe no período de alta temporada em média 15 turistas, a Pousada Mamori em torno de 50 turistas, enquanto o Juma Hotel recebe de 150 a 200 turistas por mês, no período de alta temporada compreendida entre os meses de março a julho. Os turistas chegam de vários Estados do Brasil e do estrangeiro (Kazaquistão, Japão, Inglaterra e Itália). Os dados levantados demonstram que os empreendimentos do Recanto da Pesca e Pousada Mamori necessitam trabalhar mais o marketing ecológico, investir na diversificação das atividades ecoturísticas e principalmente na qualificação profissional.

6.1.13 Valor do Pacote

Pousada/Hotel	Valor do Pacote
Recanto da Pesca	R\$ 175,00 diária/pessoa – para Manaus, R\$ 290,00 diária /pessoa de outros Estados
Pousada Mamori	R\$ 1.500,00/pessoa - 5 dias e 6 noites com traslado(do aeroporto a pousada ida-volta) incluso alimentação/bebida
Juma Hotel	U\$ 150 dolares diária/pessoa (traslado e alimentação)

Tabela 12– Valor do Pacote
FONTE: Pesquisa de Campo

O pacote de hospedagem varia de acordo com os dias que o turista ficará na hospedado e com a sua origem. No Recanto da Pesca a diária para os moradores de Manaus custa R\$ 175,00 e para turistas de outro Estado o custo é de R\$ 290,00; já o pacote com 5 dias e 6 noites com traslado (do aeroporto a pousada ida e volta) incluso alimentação/bebida na Pousada Mamori fica no valor de R\$ 1.500,00, no

Juma Hotel o pacote da hospedagem varia de acordo com os dias que o turista ficará na Pousada, a diária custa U \$150 incluindo traslado e alimentação.

6.1.14 Abastecimento de Água e Fonte de Energia

Pousada/Hotel	Abastecimento de água	Fonte de energia
Recanto da Pesca	Poço tubular profundo , aproximadamente 52 m	1 gerador de 5,5 KVA do Programa Luz para Todos
Pousada Mamori	Poço tubular profundo	2 geradores do Programa Luz para Todos
Juma Hotel	Rio Juma para uso doméstico, para consumo água mineral engarrafada	Grupo gerador

Tabela 13- Abastecimento de Água e Fonte de Energia
 FONTE:Pesquisa de Campo

Segundo a tabela 13, o abastecimento de água nas pousadas pesquisadas do município do Carreiro é realizado através de poço tubular profundo. No Juma Hotel, município de Autazes o abastecimento de água para o uso doméstico é captado do rio Juma sendo que para beber é utilizada água mineral engarrafada proveniente de Manaus.

A energia chega aos empreendimentos do Careiro através do programa luz para todos. Este é um programa do Governo Federal que tem por objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, a ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita. As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90 % destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e

80 % estão no meio rural. Destarte, o Programa leva energia elétrica a estas comunidades para que utilize a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. O Juma Hotel, em Autazes utiliza para transmissão de energia um grupo gerador, pois o programa do Governo Federal ainda não chegou à região.

6.1.15 Destinação do Resíduo Sólido

Os resíduos sólidos do Recanto da Pesca e Pousada Mamori são segregados, acondicionados em sacos plásticos ou tambores, uma parte é comercializada (latas, plásticos e vidros) e a outra, papel e papelão são levados para a Prefeitura do Município do Careiro pelos proprietários, os resíduos domésticos/sanitários enterrados e os orgânicos são reaproveitados para a criação de animais da propriedade.

Os resíduos sólidos, com exceção os orgânicos, os quais são misturados a ração para alimentação de suínos, gerados pelo Juma Hotel são segregados e acondicionados em tambores, levados à lixeira do Município de Autazes ou ao porto da Ceasa - Manaus. Essa coleta é realizada por um morador da Associação Agrícola Artesanal, através de barco, o qual recolhe também os resíduos das outras pousadas no lago do Juma, com periodicidade semanal na baixa estação e na alta duas vezes por semana.

6.1.16 Tratamento dos Efluentes Domésticos/ Sanitários

Na entrevista com os gestores e na visita aos empreendimentos turísticos foi evidenciado que o sistema de tratamento dos efluentes domésticos/sanitário é do tipo fossa séptica com sumidouro para as pousadas Recanto da Pesca e Mamori, enquanto o Juma possui um sistema biológico dotado de fossa e filtro anaeróbico.

6.1.17 Quantidade de Guias Turísticos, Funcionários e/ou Colaboradores.

Pousada/Hotel	Guias	Funcionários e/ou Colaboradores
Recanto da Pesca	agencia de turismo	Na alta estação 5 fixos e 14 temporários
Pousada Mamori	3 pela agencia de turismo	2 fixos, 11 piloteiros e mais ou menos 25 colaboradores na alta estação
Juma Hotel	2 guias fixos	8 fixos em sistema de rodízio na baixa estação, acrescentando 3 a 4 na alta temporada

Tabela 14- Quantidade de Guias, Funcionários

FONTE: Pesquisa de Campo

Através da tabela 14, pode-se observar que as pousadas localizadas no Careiro utilizam-se dos guias das agências turísticas que são responsáveis pelo traslado do aeroporto aos empreendimentos. O Juma Hotel dispõe de dois guias turísticos fixos, os quais são moradores da comunidade. Quanto aos funcionários e colaboradores para o período de alta estação, são utilizados pelo Recanto da Pesca cinco funcionários fixos e quatorze temporários. Na Pousada Mamori são dois fixos (caseiro) onze piloteiros e aproximadamente vinte e cinco colaboradores atuando na

cozinha, jardinagem, limpeza, faxina etc. A estrutura turística do Juma Hotel utiliza oito funcionários fixos em sistema de rodízio na baixa estação, sendo acrescido entre três a quatro funcionários temporários na alta temporada.

6.1.18 Quantidade de Chalés e sua Estrutura

O Recanto da Pesca possui área de lazer, casa de jogos, cozinha, restaurante, casa do senhorio e cinco chalés com quatro camas de solteiro cada um, chuveiro, ar condicionado, banheiro e roupeiro. Toda infra-estrutura foi construída em madeira.



Figura 17– Chalés da Pousada Recanto da Pesca
FONTE: Perreira, 2008

A Pousada Mamori possui sete chalés com quatro camas de solteiro, televisão, frigobar, roupeiro, banheiro com ducha; conta também com área de lazer e jogos, cozinha, restaurante, recepção, dependência para os funcionários e depósito para material de expediente e alimentício. A estrutura física do empreendimento é em alvenaria, dotado de tela, forro, piso em cerâmica, varanda para rede.



Figura 18 – Chalés da Pousada Mamori
 FONTE: Perreira, 2008

O Juma Hotel é dotado de oito chalés os quais possuem ventilador, roupeiro, banheiro, varanda com armador para rede, essas são as estruturas comuns, os chalés são em madeira cobertos de palha e ficam suspensos com vista para ao rio Juma; o hotel possui ainda restaurante, casa da administração, bar, recepção e área de circulação. Os 8 chalés estão organizados da seguinte forma: 2 para casal com 1 cama de casal e 1 de solteiro; 3 com cama de solteiro e um beliche; 3 com 3 camas de solteiro.

6.1.19 Área Total do Empreendimento, Percentual Desmatado e Área Verde

Pousada/Hotel	Área Total	Percentual Desmatado	Área Verde
Recanto da Pesca	Mais ou menos 300 m ²	Não informado	Mais ou menos 26,600 m ²
Pousada Mamori	82,7 ha	Menor que 1 ha	Mais de 80 ha
Juma Hotel	6, 849 ha	não informado	não informado

Tabela: 15 - Área Total do Empreendimento
 Fonte: Pesquisa de Campo

O Recanto da Pesca possui uma área total de aproximadamente 300 m², o gestor não soube informar o percentual de desmatamento, possui mais ou menos 26,600 m² de área verde. A Pousada Mamori compreendi uma área total de 82,7 ha a área construída/útil corresponde a 0,81 ha, seu percentual de desmatamento é menor que 1 ha possuindo mais de 80 ha de área verde, conforme declarado pelo gestor. O Juma Hotel compreendi uma área total de 6.849 ha de área total, área construída/útil, ou seja, área desmatada é de 0,5 ha, quanto a área verde não foi informado.

Observa-se que os gestores dos empreendimentos procuram realizar suas atividades com o mínimo de impactos possíveis, de forma a evitar a degradação dos recursos naturais.

De acordo com a Constituição Estadual, capítulo XI - do meio ambiente no Art. 229:

Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. § 1º - O desenvolvimento econômico e social, na forma da lei, deverá ser compatível com a proteção do meio ambiente, para preservá-lo de alterações que, direta ou indiretamente, sejam prejudiciais à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade, ou ocasionem danos à fauna, à flora, aos caudais ou ao ecossistema em geral.

6.1.20 O que o Senhor Entende por Ecoturismo?

Gestores	Ecoturismo
Recanto da Pesca	Turismo voltado para a preservação
Pousada Mamori	Mostrar a nossa natureza é a maneira de preservar, mostrar sem destruir
Juma Hotel	Turismo de preservação

Tabela 16- O que Entende por Ecoturismo
 FONTE:Pesquisa de Campo

De acordo com a entrevista identificada na tabela 14, foi verificado que os gestores possuem conceitos parecidos sobre o ecoturismo, onde a finalidade dos empreendimentos é a conservação e preservação ambiental dos recursos naturais da região. Na Amazônia, o turismo em áreas naturais tem crescido consideravelmente, a exploração desta atividade vem ganhado ênfase principalmente nos Estados do Pará e Amazonas, neste último, em escala maior, pois possui a melhor e mais diversificada infra-estrutura, com hotéis de selva, hotéis ecológicos (*lodges*), barcos ecológicos, imensidão dos rios, roteiros pelas matas, encontro das águas (Rios Negro e Solimões), sem mencionar a imensa biodiversidade.

6.2 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES

Os dados apresentados a seguir correspondem as Pousadas Recanto da Pesca, Mamori e Juma Hotel, sendo a análise dos dados realizados de forma comparativa. A entrevista foi aplicada há 08(oito) turista, sendo dois na pousada Recanto da Pesca, três na Mamori e três no Juma.

6.2.1 Cidade de origem dos visitantes

Durante a pesquisa de campo realizada no mês de setembro de 2008, aos empreendimentos, período de baixa estação, foi contactado turistas brasileiros vindos de Manaus, Brasília, São Paulo e Minas Gerais, não havia nas três pousadas visitantes estrangeiros.

6.2.2 Gênero dos visitantes

Quanto ao gênero conforme tabela 17, os dados demonstram uma pequena diferença entre os gêneros. Pois conforme a realidade social, homens e mulheres possuem atividades similares, no entanto observa-se que o fluxo de visitantes do gênero feminino foi 10 % maior que o masculino. Segundo Moutinho (2000) este resultado pode ser atribuído ao fato que o número de mulheres que viajam sozinhas

ou em grupos, aumentou consideravelmente nos últimos anos, fenômeno este, considerado global devido emancipação social e econômica feminina, entretanto esta pesquisadora considerou o quantitativo de visitantes por gênero equiparado.

Visitantes	Masculino	Feminino
Recanto da Pesca	50%	50%
Pousada Mamori	25%	75%
Juma Hotel	60%	40%

Tabela 17 - Gênero

FONTE: Pesquisa de Campo

6.2.3 Idade

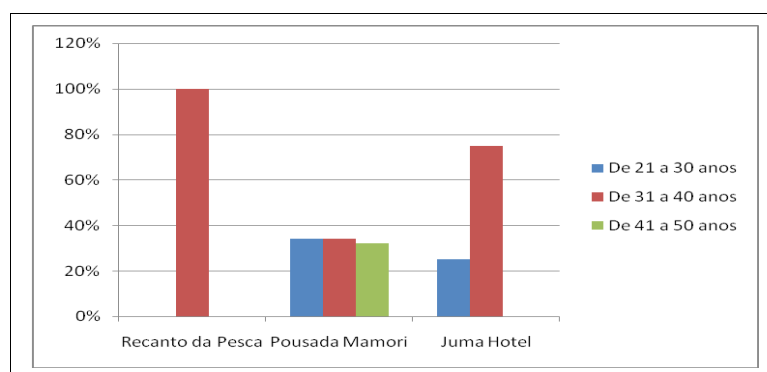


Gráfico 02 - Idade

FONTE: Pesquisa de Campo

Com relação a faixa etária, constata-se que a idade dos visitantes concentra-se entre 31 a 40 anos, considerado um público jovem, apontado por Bessa (2005) um indicador importante para o planejamento da atividade ecoturística. Porém vale

ressaltar que mesmo a faixa etária dos 50 anos mostrando pouca representatividade, oferece a possibilidade de um novo mercado ecoturístico voltado para a “melhor idade” podendo contribuir com o processo de preservação cultural, sendo ainda, instrumentos de valoração e divulgação da identidade cultural da região.

6.2.4 Escolaridade

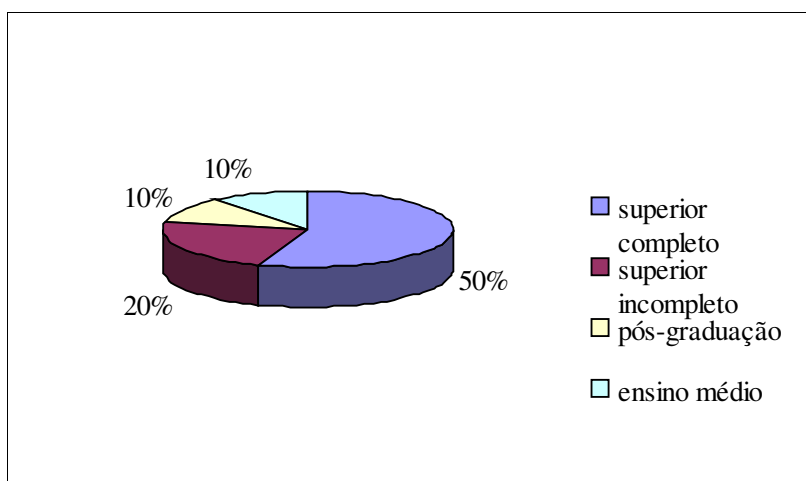


Gráfico 03 - Escolaridade dos visitantes

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto à escolaridade foi verificado, conforme o gráfico acima, que os visitantes na maioria, 50% possuem nível superior completo, 20% dos pesquisados superior incompleto e 10% dos entrevistados com pós-graduação e ensino médio. Os dados evidenciam o perfil do ecoturista, pois segundo Tello (2003) os consumidores do ecoturismo possuem características próprias e, de certa forma, conhecidas no mercado: são aqueles que possuem bom nível cultural-educacional, geralmente com

formação universitária, com médio e alto poder de compra e idade compreendida entre 20 e 40 anos.

6.2.5 Renda

Dentre os turistas entrevistados nas três pousadas 80 % têm renda entre 11 a 20 salários mínimos, 20 % estão na faixa de 1 a 10 salários mínimos. Os dados confirmam resultados em praticamente todas as pesquisas existentes no Brasil ou no exterior, que o ecoturismo não se trata de um turismo popular, pois os visitantes possuem um poder aquisitivo maior do que a média da população, (TELLO, 2003).

6.2.6 Estado Civil

A grande maioria dos visitantes, das áreas estudadas são casados, 75%, e apenas 25 % é solteira, segundo Niefer (2002) este dado é importante para o oferecimento de atividades turísticas e o planejamento de políticas pública voltada para o setor.

6.2.7 INFORMAÇÕES SOBRE A VIAGEM

6.2.7.1 Forma de Tomar Conhecimento do Destino

A pesquisa apresentou uma estimativa de 60 %, conforme gráfico abaixo, relacionada à forma com que os visitantes tomaram conhecimento do destino,

conhecida como à propaganda “boca a boca”, já que a maioria recebeu informações de amigos que visitaram as pousadas, enquanto que por meio de outra fonte de informação (jornal, revista, rádio, TV, promoções , etc.) não foram citados e somente 40 % dos entrevistados obtiveram informações por meio das agências de viagem. Ficou constatado que o marketing realizado pelos donos das pousadas é ainda incipiente, evidenciando a falta de incentivos e apoio por parte dos órgãos governamentais.

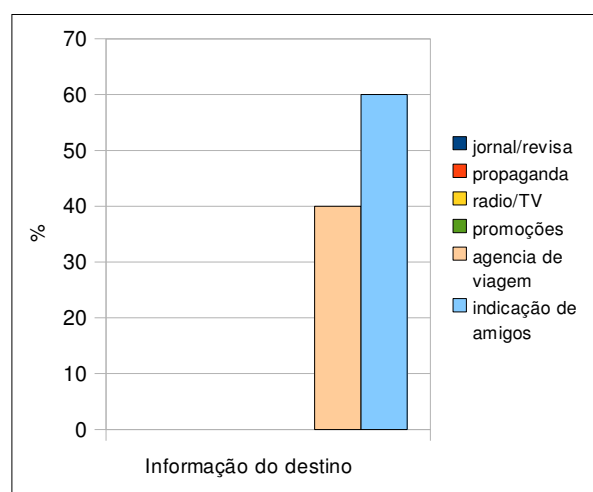


Gráfico: 04 – Como você tomou conhecimento do lugar?

Fonte: Pesquisa de campo

6.2.7.2 Utilização de Serviços de uma Agência de Viagem

A compra de pacotes de viagem teve estimativa significativa entre os entrevistados, conforme demonstra o gráfico 05. O uso de agências de viagem é

expressivo, uma vez que estão inclusos no pacote o traslado. No caso da região Amazônica é de suma importância considerando tratar-se de trajeto misto compreendendo em muitos casos a parte aérea, rodoviária e fluvial. Devido às novas tecnologias dos meios de comunicação em especial internet é possível comprar pacotes promocionais diminuindo os custos da viagem.

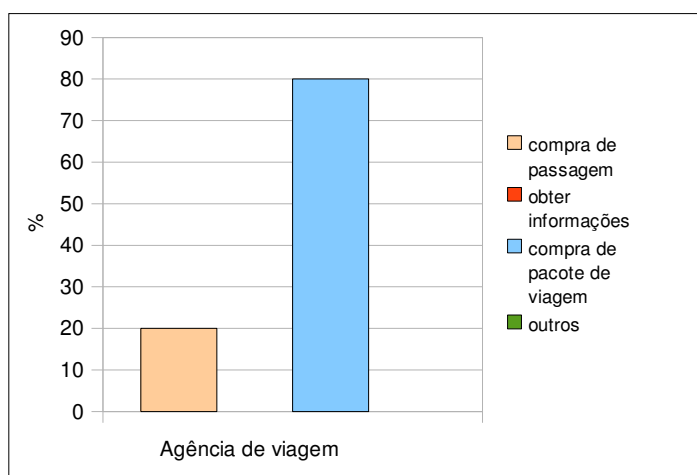


Gráfico 05 - Utilização de serviços de uma agência de viagem.
FONTE: Pesquisa de Campo

6.2.7.3 Vezes que Visitou o Lugar

Nas pousadas estudadas, os entrevistados informaram que estavam visitando o lugar pela primeira vez. A exuberância da região, o modo de vida das populações foi o fator mais expressivo aos visitantes.

6.2.7.4 Meio de Transporte

Por meio das entrevistas, foi evidenciado que os visitantes tiveram acesso as pousadas utilizando os meios de transportes aéreo, rodoviário e fluvial. Para o Recanto da Pesca os visitantes utilizaram carro e barco, fornecido pelo proprietário, a partir da chegada da balsa no Careiro da Várzea, na Mamori e no Juma, o meio foi avião, carro e barco, esses dados podem ser explicados pelo fato das pousadas Mamori e Juma contratarem os serviços das agências, estarem no mercado a mais tempo que o Recanto da pesca, possuindo desta forma uma certa pospecção nos meios de comunicação principalmente a internet, além de receberem um número razoável de turistas estrangeiros.



Figura 19 – Tipos de transporte fluvial.
FONTE: Pesquisa de campo

6.2.7.5 Dificuldade de achar ou chegar ao lugar

Através dos resultados da pesquisa, foi constatado que os visitantes não tiveram dificuldades em localizar as pousadas. Isso acontece porque no pacote oferecido pelas pousadas estão incluso o traslado.

6.2.7.6 Objetivo da sua viagem

O principal objetivo da viagem segundo os turistas entrevistados, conforme mostra o gráfico abaixo foi fazer turismo, ou seja, a busca de tranquilidade, deixar a agitação da cidade, relaxar, conhecer novas localidades e a biodiversidade da região. Esses dados vêm confirmar a pesquisa realizada pela EMBRATUR no ano de 1991 com visitantes argentinos, americanos e alemães no Brasil, onde 56 % dos entrevistados tinha como principal motivo da viagem, o turismo.

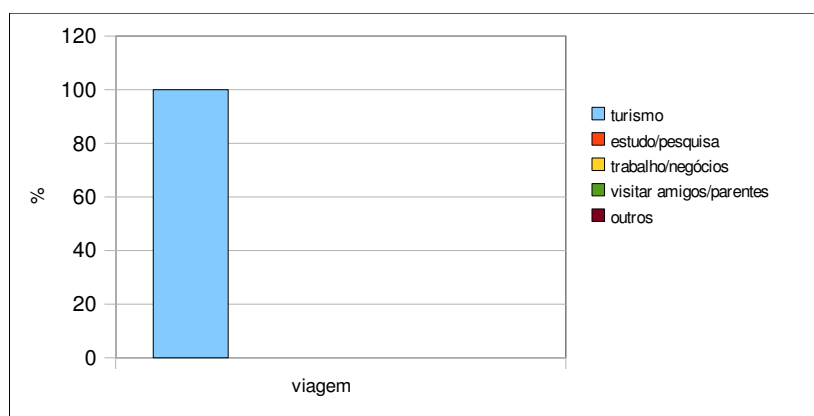


Gráfico 06 – Objetivo da viagem.
FONTE: Pesquisa de Campo

6.2.7.7 Tipo de alojamento

Os dados do gráfico 07 demonstram que 100 % do alojamento utilizado pelos visitantes é as pousadas, isto devido a difícil acessibilidade da região, a localização das pousadas as quais encontram-se basicamente no meio dos lagos, a distância da sede do município e dos pacotes oferecidos.

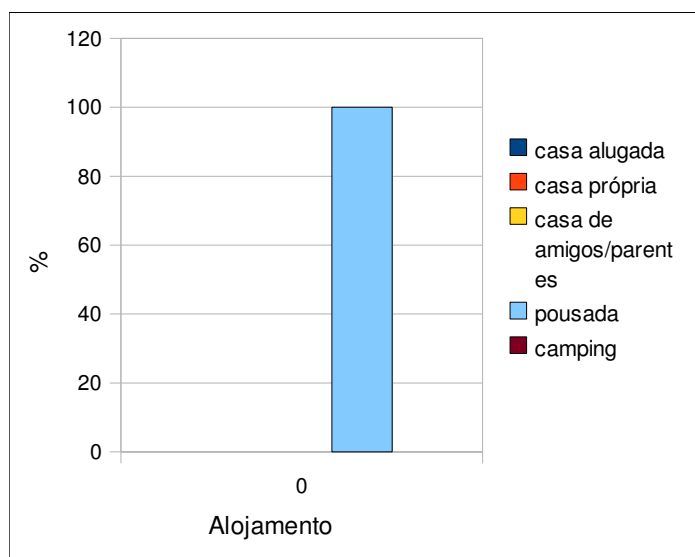


Gráfico 07 – Alojamento usado
FONTE: Pesquisa de Campo

6.2.7.8 Gastos dos visitantes

Através dos dados da pesquisa, foi evidenciado que a maior parte dos entrevistados pretendia gastar ou gastou de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00 com a viagem. Boa parte dos gastos está relacionado à hospedagem, transporte, alimentação e lembranças. Ressaltando, o artesanato local, funciona como fonte de renda para os

moradores da comunidade e o pequeno comércio – taberna – é incrementado com o fluxo dos turistas. No entanto, o artesanato das comunidades é incipiente, individual e desorganizado, necessitando de incentivo e programas que proporcione conhecimento aos moradores como organizarem-se em associações ou cooperativas melhorando desta forma os serviços e produtos oferecidos.

6.2.7.9 Forma de viajar

A maioria dos visitantes pesquisados, mais de 80 %, era formada por casais, os demais estavam viajando com amigos ou em excursão. Esses dados sugerem; pessoas que fazem turismo não buscam a solidão, mas a companhia/integração e conhecimento de novos costumes e culturas.

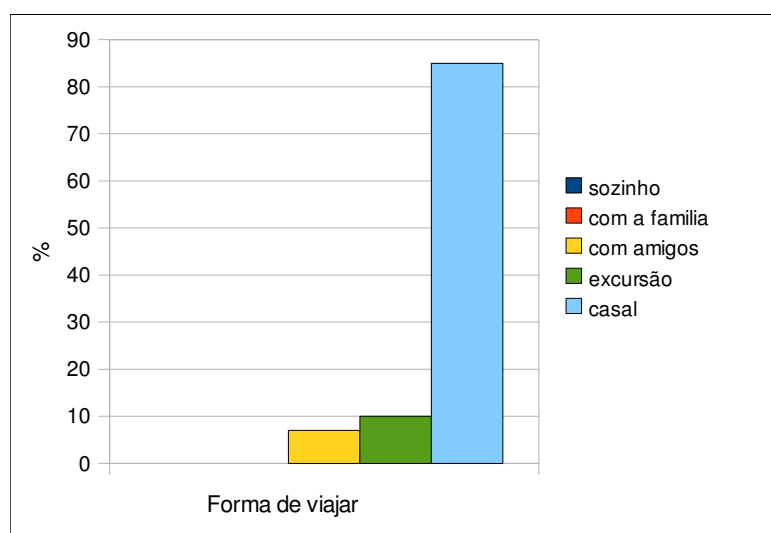


Gráfico 08 – Forma de viajar
FONTE: Pesquisa de Campo

6.2.7.10 Diferença entre a visita a esta comunidade e a visita a outros lugares

Dos visitantes entrevistados 100 % afirmam que há diferença entre a visita as comunidades da região estudada, pois o lugar apresenta uma biodiversidade magnífica, formada por rios, florestas, passaros, animais raros, costumes, alimentação exótica, beleza, tranquilidade, sossego, paz.

6.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

6.3.1 Sabe o que é uma Área de Desenvolvimento Sustentável

Através dos dados da pesquisa demonstrado no gráfico 09, obteve uma estimativa de 80 % aproximadamente dos visitantes, tanto no Recanto da Pesca, Pousada Mamori como no Juma, possuem conhecimento sobre área de desenvolvimento sustentável, proporam que os lagos do Mamori e Juma fossem transformados em reserva de desenvolvimento sustentado para a preservação do ecossistema para as futuras gerações. Somente 20 % não possuía esta consciência.

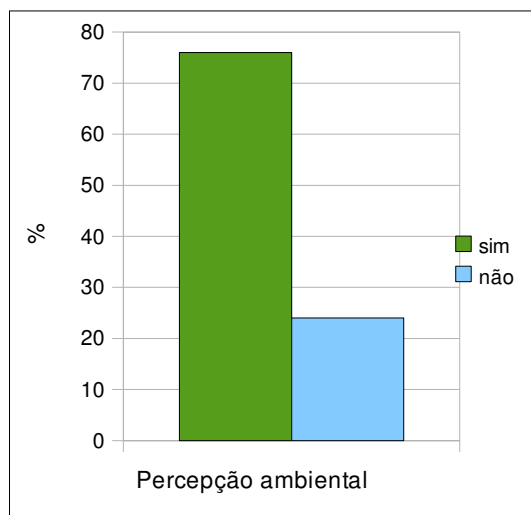


Gráfico 09 - Área de Desenvolvimento Sustentável
FONTE: Pesquisa de Campo

6.3.2 Concordância com a cobrança de taxas de visitação em Área de Desenvolvimento Sustentável

Nas Pousadas a maioria dos entrevistados, concordou com a cobrança de taxas. Porém, deixaram claro em suas respostas que o uso da taxa deveria ser em benefício da Área de Desenvolvimento Sustentável. O fato de 15% responderem que não têm opinião a respeito mostra a necessidade de intensificar os trabalhos realizados para esclarecimento e conscientização dos visitantes.

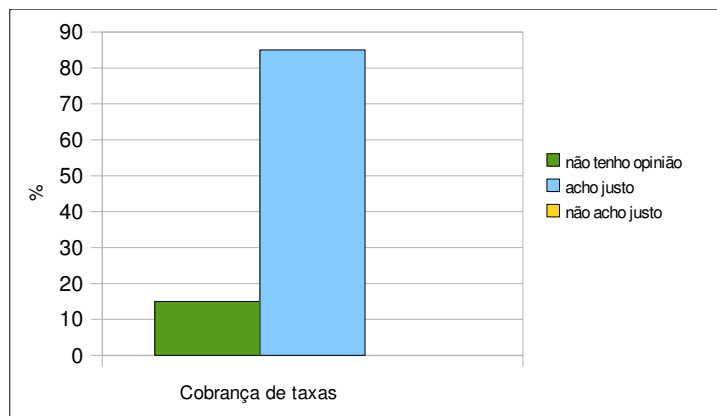


Gráfico10- Concordância com a cobrança de taxas de visitação
 FONTE: Pesquisa de Campo

6.3.3 Valor da taxa de visitação

Neste gráfico, observa-se um número expressivo de visitantes dispostos a pagar de R\$ 5,00 a R\$10,00. Em menor quantidade, mas significativa, outros declararam que pagariam até R\$ 5,00 na visitação em área de preservação ambiental. Este dado é importante, pois no futuro se na região for criada uma RDS, pode-se definir a cobrança de taxas, com valor variando de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 tendo boa aceitabilidade.

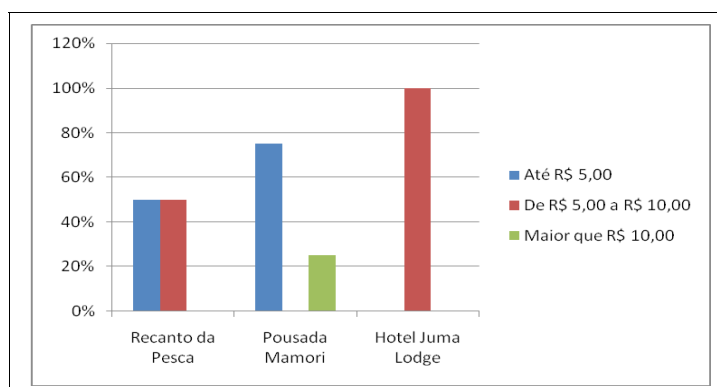


Gráfico 11- Valor da taxa de visitação
 FONTE: Pesquisa de Campo

6.3.4 Regras para a conservação da Natureza

Perguntou-se aos visitantes sua aceitação em seguir regras a favor da conservação da natureza. O resultado foi muito positivo, pois no Juma Hotel e Recanto da Pesca 100 % os entrevistados são totalmente a favor, por considerarem preservar o meio ambiente um exercício de cidadania, na pousada Mamori 80 %, aproximadamente, se mostraram a favor de seguir regras para conservar a natureza, evidenciando o perfil do ecoturista o qual possui alta consciência sobre a importância ambiental e sustentabilidade. Observamos que somente 20 % demonstram não saber ou não possuem opinião formada.

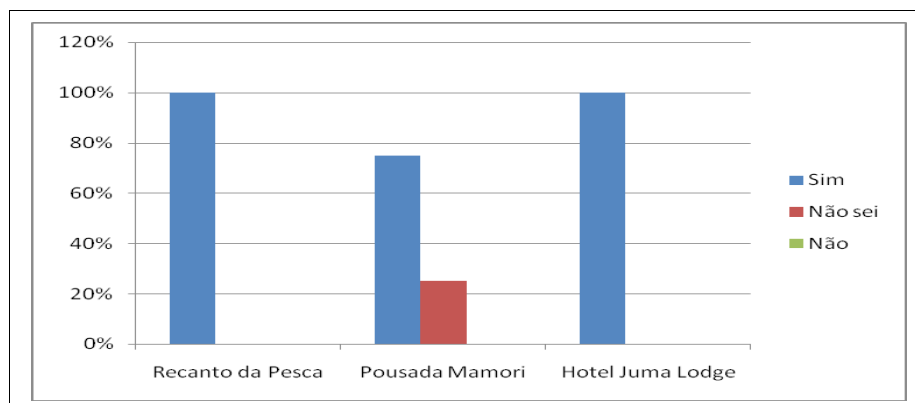


Gráfico: 12 – Regras para a conservação da natureza

Fonte: Pesquisa de Campo

6.3.5 Importância da experiência na natureza para os visitantes

Para a maioria dos entrevistados, aproximadamente 80 %, citam que a experiência em visitar uma natureza intacta é fundamental. Este resultado indica, as regiões que oferecem este tipo de atrativo devem manter seus espaços naturais conservados, para que o visitante possa vivenciar o ambiente natural e ter uma experiência significativa impulsionando seu retorno e incentive outros, pois o turista que possui uma sensibilização ambientalista considera a natureza intacta um fator extremamente relevante na escolha do local a ser visitado. Somente 15 % dos entrevistados declararam que o grau de importância em visitar uma área natural é irrelevante.

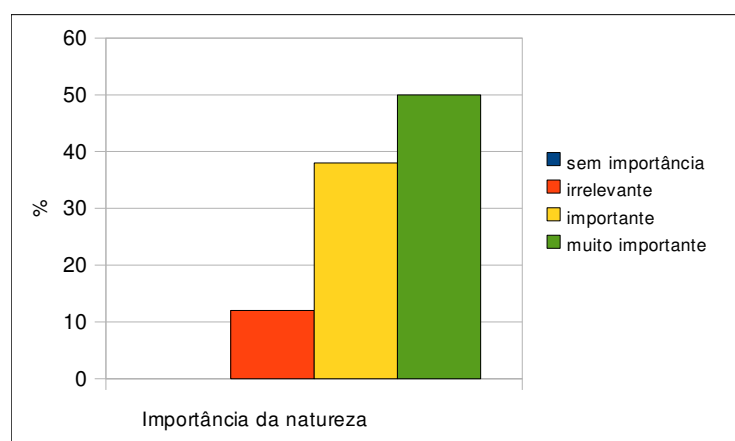


Gráfico 13 – Importância de uma natureza intacta.
FONTE: Pesquisa de Campo

6.3.6 Técnicas que prejudicam menos o meio ambiente

Foram apresentadas aos visitantes um quadro contendo 4 (quatro) técnicas ambientalmente (gráfico 14) adequadas com o intuito de saber a importância dada ao uso dessas técnicas. Dos entrevistados 85% consideraram muito importante o uso dessas técnicas mostrando uma conscientização ambiental, considerando de suma importância para a preservação dos espaços naturais com utilização de técnicas que forneça aporte para o uso sustentável dos recursos. Apenas 15 % dos entrevistados classificaram importante o uso de técnicas alternativas.

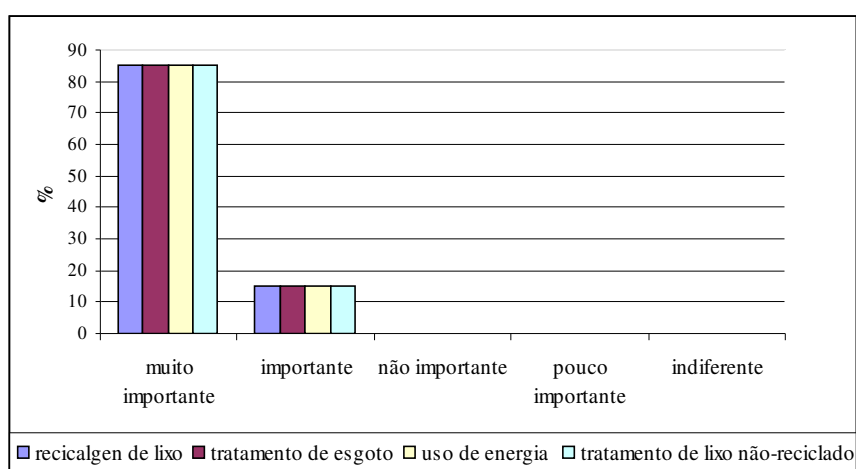


Gráfico14– Técnicas que prejudicam menos o meio ambiente.

FONTE: Pesquisa de Campo

6.4.7 Preferência a Hotel/ Pousada que use essas técnicas.

Ao serem perguntados se dariam preferência a locais (hotéis e pousadas) que utilizassem essas técnicas, 100 % dos visitantes responderam que sim

dariam, pois consideram essencial à utilização de técnicas ambientalmente adequadas para o desenvolvimento sustentável da região. Não houve considerações negativas.

6.4.8 Pagar mais por isso

Outro ponto discutido foi se os visitantes pagariam mais por esses benefícios em favor da natureza. A distribuição de valores que os entrevistados pagariam a mais para o uso destas técnicas pode ser observada na tabela 34. Niefer (2002) citando Moutinho (2000),relata que este resultado está dentro dos parâmetros internacionais, pois, os ecoturistas americanos estão dispostos a pagar 8,5% a mais para hospedagem em hotéis ambientalmente saudáveis.

Para 100 % dos entrevistados do Hotel Juma o correto seria pagar até 10 %, enquanto no Recanto da Pesca 50 % pagaria entre 10 a 50 % a mais pelo uso das técnicas ambientalmente adequada. Na Mamori 78 % não pagariam mais, pois consideram o pacote caro. No Brasil 68 % da população estaria disposta a pagar mais por um produto que não polui o meio ambiente (NIEFER, 2002). Comparando com esses valores, os visitantes das áreas pesquisadas confirmam os estudos realizados por Niefer.

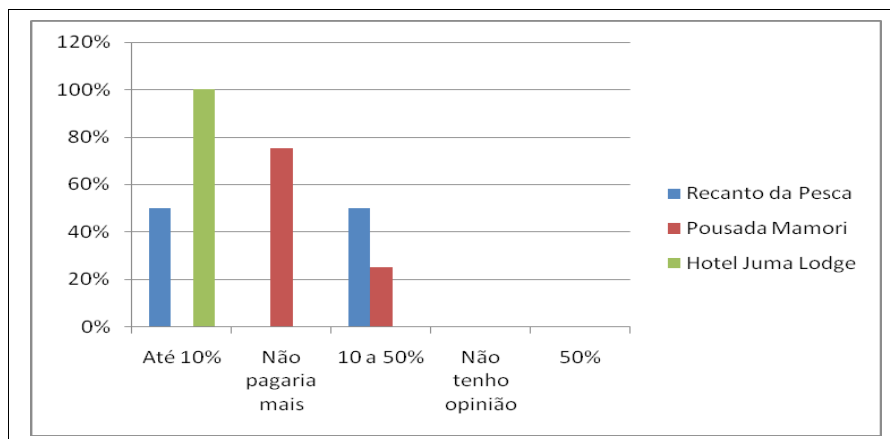


Gráfico 15 – Estaria disposto a pagar mais por isso.

FONTE: Pesquisa de Campo

6.4.9 Impactos Ambientais

Uma pequena parte dos entrevistados observou impactos ambientais e sócio-culturais no decorrer de sua visita a região. Dos impactos ambientais e sócio-culturais percebidos, os mais frequentes nas respostas foram:

1. Presença de lixo (garrafas plásticas, vidros e sacos): ocasionados pela falta de reciclagem, coleta incipiente, insuficiência de coletores e pessoas que jogam lixo no ambiente freqüentado;
2. Comunidade: as tradições culturais foram esquecidas como por exemplo, as brincadeiras infantis e mudança no cotidiano destes.
3. Saneamento: Impacto ambiental ocasionado pela destinação inadequada de resíduos.

Estes problemas de fato nos espaços naturais podem se tornar críticos, pois

não há uma organização e plano de manejo da área onde se possa ter a orientação para melhor administração do local.

A coleta de lixo e limpeza são problemas de fácil solução e, para que aconteça, basta a comunidade se organizar. Poder-se-ia implantar um projeto de educação ambiental, incentivando moradores e visitantes a não poluir o meio ambiente. A distribuição gratuita de sacos de lixos, cartilhas educativas solicitadas pelo órgão ambiental (IPAAM) como forma de compensação ambiental, patrocinados pela prefeitura ou pelo comércio local, ajudaria neste processo.

A implementação de pelo menos um posto de coleta é indispensável, tornando-se necessário um projeto mais abrangente de envolvimento e ensino à comunidade de como tratar esses problemas, fornecendo meios para melhor executá-lo.

6.4 ATIVIDADES PREFERIDAS E MOTIVAÇÃO

6.4.1 Interesse dos visitantes na atividade turística

Neste questionamento as atividades diretamente ligadas à natureza tais como: observação da paisagem, fauna e flora, fotografia, visita ao lago, passeios de barco, pesque e solte e caminhadas leves foram as que despertaram maiores interesses aos visitantes, como também participação em atividades da vida local, visita à casa do caboclo por exemplo. Essas atividades proporcionam a

geração de renda para comunidade que podem mostrar locais de beleza cênica e/ou fauna e flora e expor seus artesanatos. Existe uma oferta nesse sentido, porém pouco divulgada. Este serviço poderia ser mais organizado, o que aumentaria consideravelmente o número de visitantes usufruindo deste serviço.

Apresentaram motivação média dos entrevistados as atividades em praticar passeio de barco, observação da paisagem e focagem do jacaré. Os passeio noturno foram às atividades em que os visitantes mostraram ter menos interesse.

6.4.2 Atrativos naturais e culturais da área visitada

Os entrevistados das três Pousadas destacam os seguintes atrativos naturais e culturais das regiões: beleza da paisagem e dos rios, a diversidade de pássaros, peixes e flores, além da exuberância da vegetação. Apontam ainda os atrativos culturais da região o modo de falar do caboclo, as comidas regionais, o artesanato e a maneira como a farinha é preparada.

6.4.3 Expectativas dos visitantes quanto ao conhecimento da flora, fauna e vida comunitária

Ao serem questionados se suas expectativas quanto ao conhecimento dos guias referente a flora, fauna e vida comunitária haviam sido correspondidas. No Recanto da Pesca 50% dos visitantes confirmaram que sim e 50 % não opinaram, pois haviam chegado no dia da entrevista e ainda não tinham saído para as excursões.

No Juma 20% dos visitantes confirmaram que sim e 80% não, justificando que os guias necessitam de conhecimento técnico, ou seja, precisam conectar o conhecimento popular ao científico. Na Mamori o índice foi 100% de satisfação, esse resultado pode ser considerado tendo em vista que os guias são das agências de viagem. No entanto os entrevistados declararam o interesse em ficar mais dias para conhecer melhor a região, consideraram o tempo remisso e a diversidade imensa.

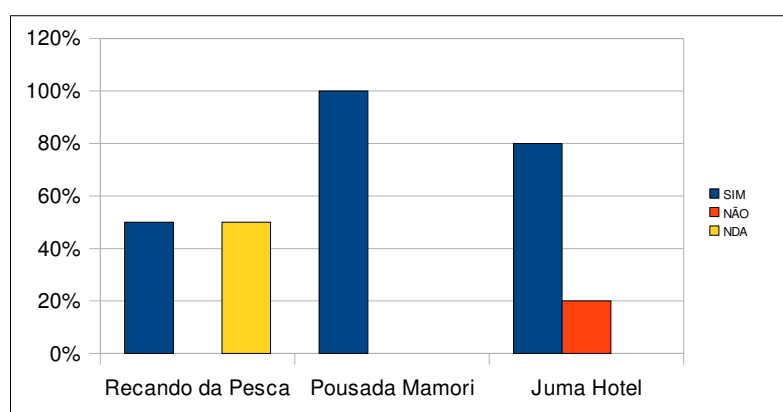


Gráfico16 - Expectativas dos visitantes foram realizadas plenamente
FONTE: Pesquisa de Campo

6.4.4 Gostaria de saber a respeito do local visitado

Foi questionado aos visitantes a respeito do que eles gostariam de saber a mais sobre a área visitada, os questionamentos foram: porque o lago recebeu este nome? como são as festividades locais? como as pessoas povoaram este lugar tão distante? quais as pesquisas específicas sobre a flora foi realizada na área? a escola atende todas as fases do ensino? quais as formas de emprego para os mais jovens?

Este resultado reflete que as informações com conteúdo educativo que esclareçam ao visitante sobre origem dos lagos, festivais, histórico/povoamento da região, tipo da fauna e flora necessita ser trabalhado através de folders, cursos de formação, programas de planejamento etc. Na verdade, isso acontece, pois muitas vezes os guias são os membros da comunidade que não receberam nenhum tipo de treinamento. Nesse aspecto Kinker (2002) afirma que se perde a oportunidade de envolver o visitante com a natureza e a realidade das comunidades.

6.4.5 Motivos que levaram os visitantes a área

Apresentou-se aos entrevistados uma lista dos motivos que poderiam levar turista a visitar a área estudada e perguntou-se qual o grau de importância que eles dariam na hora da escolha para esta visita. Os itens com maior índice apontados foram: segurança, cultura/história, ar puro, vida silvestre, conhecer novos

lugares, localização, hospedagem e belas paisagens e natureza. Os dados levantados indicam que o atrativo natural é o fator condicionante da ida do turista ao local.

6.5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA REALIZADA COM OS MORADORES

6.5.1 Sexo dos Moradores

Foi observado nas comunidades no que se refere a questão de gênero pela tabela 18, a equiparação entre homens e mulheres, a participação dos gêneros na composição da comunidade encontra-se igualitária.

Sexo	Comunidade Divino Espirito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Masculino	48,20%	50%
Feminino	47,80%	50%

Tabela 18- Sexo

FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.2 Idade dos Moradores

Nota-se que a média de idade dos moradores entrevistados foi na faixa de 20 a 27 anos nas duas comunidades pesquisada, há uma variação entre as demais faixas etária sem distinção de gênero. Constata-se a formação de uma população jovem o que privilegia programas para o desenvolvimento sustentável das comunidades, como por exemplo, a implantação do ecoturismo.

Idade	Comunidade Divino Espírito Santo	Associação Agrícola Artesanal
18 – 19 anos	11,70%	17,50%
20 – 27anos	29,40%	17,50%
28 – 35 anos	23,50%	25,00%
36 – 39 anos	11,80%	25,00%
40 – 50 anos	23,60%	17,50%
Mais de 50 anos	0,00%	17,50%

Tabela 19– Idade dos Moradores

FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.3 Escolaridade dos Moradores

Análisisando o nível escolar dos moradores, segundo a tabela 18, na comunidade Divino Espírito Santo há uma variação entre o ensino fundamental completo e o fundamental incompleto pois os maiores valores encontram-se nesta faixa educacional. Os comunitários que possuem ensino médio completo/incompleto são os professores. Na associação Agrícola os entrevistados não concluíram o ensino fundamental, confirmando a necessidade de mais incentivo a educação básica das populações ribeirinhas da região, uma vez que, em algumas comunidades não existe nenhuma unidade escolar, em outras só existe no máximo um núcleo, o de ensino fundamental-responsabilidade do município, o Estado é ausente na região.

Escolaridade	Comunidade Divino Espirito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Primário	6,00%	25,00%
Ensino Fundamental incompleto	47,00%	75,00%
Ensino Fundamental completo	29,40%	-
Ensino Médio incompleto	6,00%	-
Ensino Médio completo	6,00%	-

Tabela 20 – Escolaridade dos moradores

FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.4 Mora na Comunidade há quanto tempo

A pesquisa apresenta o tempo que os membros das comunidades residem no local. Foi identificado índices elevados na faixa de 2 anos com um percentual de 35,3% na comunidade do Careiro e 75% em Autazes, o que chama a atenção é o fato de que muitos chegaram com as Pousadas, buscando melhor qualidade de vida.

Tempo que Mora	Comunidade Divino Espirito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Menos de 2 anos	-	-
Mais de 2 anos	52,90%	25,00%
5 a 10 anos	35,30%	-
11 a 20 anos	-	75,00%
Mais de 20 anos	-	-
A vida toda	1,80%	-

Tabela 21 – Tempo que Mora na comunidade

FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.5 Trabalha na Pousada há quanto tempo

Na Comunidade Divino Espirito Santo foi verificado que somente 41,2% trabalham na pousada, alguns afirmaram que há os trabalhadores fixos e os temporários, os quais são contratados somente no período de alta temporada, os 58,8% maioria dos moradores, atuam no comércio e no Município, não dependem da Pousada para seu sustento, no entanto estão na faixa da miséria, não possuem os elementos básicos no que se refere a alimentação, moradia (casas de palha e chão batido), vestimenta.

Na Associação Agrícola Artesanal foi evidenciado a inversão de valores pois a maioria da população trabalha na Pousada 55,5% e somente 44,5% atuam em outros setores. Os moradores possuem melhores condições de moradia.

6.5.6 Função que exerce na Pousada

Há uma variação grande com relação a atividade realizada pelos moradores na Pousada, uma vez que a entrada desta atividade proporciona melhoria no nível econômico da comunidade, gerando ainda mais qualidade de vida e preservação da natureza, pois os que realizavam atividades predatórias, como a caça, pesca e a exploração de madeira deixam de fazer. Na Tabela 20 temos as funções indicadas pelos entrevistados.

Função	Comunidade Divino Espírito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Marceneiro	1	1
Recepcionista	-	1
Cozinheira	2	1
Arrumadeira	2	2
Gerente	-	-
Caseiro	2	1
Pescador	-	-
Garçon	-	1
Guia Turístico	-	2
Ajudante de cozinha	-	-
Jardineiro	1	-
Piloteiro	2	2

Tabela 21– Função que exerce na Pousada

FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.7 Profissão exercida antes de trabalhar na Pousada

Ao perguntarmos que atividade os moradores realizavam antes de trabalharem na Pousada foi evidenciado em primeiro lugar a atividade de agricultor, seguido de pescador e com menor índice as demais atividades, isto na Comunidade do Divino Espírito Santo. Na Associação Agrícola Artesanal obteve-se um índice mais elevado a atividade de agricultor e doméstica, seguido de artesão e pescador.

Função	Comunidade Divino Espirito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Regatão	1	-
Agricultor	4	3
Garçon	-	-
Professor	1	-
Autônomo	1	-
Pescador	4	2
Estudante	2	-
Domestica	1	4
Cacador	1	2
Artesanato	1	1
Braçal	-	-
Ambulante	-	-

Tabela 23 – Profissão exercida antes de trabalhar na Pousada
 FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.8 De onde veio?

Ao entrevistamos os moradores sobre sua naturalidade foi verificado que a maioria é do estado do Amazonas, poucos já estavam na região quando foi criada a Pousada, na tabela 22 temos a relação da naturalidade de cada morador entrevistado.

Natural	Comunidade Divino Espirito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Castanho-AM	2	2
Careiro da Várzea-AM	6	1
Autazes-AM	2	1
Irاندوبا –AM	1	-
Manacapuru-AM	-	1
Manaus-AM	4	2
Itacoatiara-AM	-	-
Manaquiri-AM	1	-
Paraíba-PB	1	-
Coari -AM	-	-
Carauari- AM	-	1
Não respondeu	-	-

Tabela: 24– De onde veio
 FONTE: Pesquisa de Campo

65.9 Renda Mensal dos moradores

A chegada das pousadas trouxe para as comunidades mudanças significativas na qualidade de vida dos moradores, porém foi observado que a renda mensal deste esta enquadrada entre meio salário a 5 salários mínimos. O que demonstra as dificuldades que muitos moradores se encontram em relação a subexistência (alimentação, transporte e saúde). Ressalta-se que os maiores salários são dos profissionais municipais.

6.5.10 Estado Civil

Nas duas comunidades a maioria é casada, não sendo informado o tipo de união realizada entre os casais, uma vez que com a globalização e as mudanças sociais vários casais vivem juntos sem qualquer acordo religioso ou civil. Uma minoria é solteira e aproximadamente 5% tem outra situação civil.

Estado Civil	Comunidade Divino Espirito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Casado	70,50%	50%
Solteiro	23,60%	12,5%
Outros	5,90%	37,5%

Tabela 25– Estado Civil dos Moradores
FONTE: Pesquisa de Campo

6.5.11 Principal atividade econômica dos moradores

Na tabela 26 é possível ter uma visão geral das atividades econômicas dos moradores das duas comunidades, foi detectado que em alguns casos muitos selecionaram duas atividades, pois há períodos de alta temporada e baixa temporada.

Atividade econômica	Comunidade Divino Espírito Santo	Associação Agrícola Artesanal
Marceneiro	1	1
Recepcionista	-	1
Cozinheira	2	1
Arrumadeira	2	2
Zelador	1	1
Caseiro	2	1
Professor	1	-
Garçon	-	1
Guia Turístico	-	2
Ajudante de cozinha	-	-
Jardineiro	1	-
Piloteiro	2	-

Tabela 26– Principal atividade econômica dos moradores

FONTE: Pesquisa de Campo

6.6 VANTAGENS E DESVANTAGENS DE VIVER EM UMA ÁREA

6.6.1 Como é para você viver nesta comunidade?

Nas entrevistas a declaração dos moradores das comunidades foram bastante otimista, como pode-se observar:

- ✓ Maravilhoso, tranquilo, saudável, calmo, sossegado onde pode-se andar e dormir em paz; amo viver aqui, é um paraíso, é bom, é ótimo; legal pois todos se conhecem, meus amigos moram aqui (moradores da Associação Agrícola Artesanal).
- ✓ É legal somos amigos, as vezes é monotono falta distração para os jovens, tranquilo e seguro, não tem ladrão e galera, muito bom, houve uma grande melhora com a chegada da energia, vida pacífica longe de agitação, é excelente temos a natureza ao nosso dispor (moradores da comunidade Divino Espirito Santo).

Com as declarações acima, verifica-se que os cumunitários consideram como principal vantagem a segurança e a tranquilidade que o lugar oferece, esta afirmativa deve-se a contrapartida das áreas urbanas, caracterizada pela vida agitada das cidades, estresse, poluição e a falta de segurança.

6.6.2 Que vantagens você identifica em viver nesta comunidade?

Para a maioria dos entrevistados as principais vantagens em viver na comunidade iguala-se aos itens declarados acima, e são:

- ✓ Não tem assalto, violência, briga é calmo e tranquilo, proporciona segurança, paz, tranquilidade, pode-se dormir despreocupados, não há violência, tranquilidade, a fartura de peixes, alimentação fresca e todos se conhecem, se ajudam não têm brigas, um bom lugar para criar os filhos pois não tem violência, a alimentação é mais saudável, o ar é puro, não tem barulho e solidariedade dos comunitários entre si.

Somente um morador da Comunidade Divino Espirito Santo respondeu que não há vantagem pois se preocupa com a alimentação, uma vez que para este morador a chegada das Pousadas e dos incentivos para a preservação do local deveria oferecer, mais oportunidades de empregabilidade e saúde para a população da região.

Foi evidenciado que nas duas comunidades os itens mais apontados estão relacionados as questões ambientais e as relações de amizade e colaboração, que há entre os moradores das comunidades, pois segundo Ashley e Roe (1998) *apud* Nelson e Pereira (2004, p.184) define comunidade como “um conjunto de pessoas

com um interesse reconhecido nos recursos de uma certa área” é justamente este interesse que leva os habitantes das comunidades a colaborarem uns com os outros.

6.5.3 Que desvantagem você identificar viver nesta comunidade

As desvantagens apontadas pelos entrevistados são as mais variadas, que vão desde:

- ✓ Ausência de um lugar para diversão (parque, cinema...), falta mais oportunidade de emprego, precariedade médica e de medicamentos, quando alguém adoece da família, não tem posto médico (vive fechado), falta de voadeira para emergência, falta assistência médica e enfermeiros, o gosto e cor da água, falta de poço tubular, falta de coleta de resíduos, saneamento básico, dificuldade de locomoção para outras regiões, dificuldade para tirar documentos, combustível é muito caro e só existe um posto de venda, inexistência de escola para o ensino médio, oportunidade de estudar e ter uma formação específica.

Uma pequena parcela de moradores falou que não tem desvantagem em viver na comunidade o que demonstra um contraste com as dificuldades apontadas pelos demais membros da comunidade, que relacionaram várias dificuldades existentes na comunidade. Segundo Nelson e Pereira (2004, p.187) “os benefícios que resultam do

envolvimento em turismo são vários e estão interligados”, esta interligação dos benefícios usufruídos pelos gestores das pousadas são almejados pelos residentes das regiões, pois esperam o reconhecimento de seus saberes e a melhoria da qualidade de vida.

6.7 ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA SUPERAR OS PROBLEMAS COTIDIANOS

6.7.1 O que você faz para resolver os problemas da comunidade

Uma minoria respondeu não fazer nada para resolver os problemas da comunidade, para Nelson e Pereira (2004, p.181), “o envolvimento das comunidades em turismo sustentável é um componente essencial para seu êxito, onde os moradores têm um papel importante no desenvolvimento sociocultural, econômico e na conservação ambiental”.

A grande maioria respondeu que se envolvem nos problemas da comunidade, embora não haja uma consciência de cooperativismo entre alguns, eles reúnem-se na escola, discutem para juntos chegarem a uma solução. Outros citaram que procuram os donos das pousadas na busca de soluções. Foi observado que os problemas vivenciados pelas comunidades Divino Espirito Santo e Associação Agrícola

Artesanal são comuns, estando relacionadas com as dificuldades socioculturais e econômicas.

6.7.2 A quem você recorre para resolver os problemas da comunidade

Quando perguntamos a quem recorrem a maioria respondeu que buscam ao “líder da comunidade”, vereadores, proprietários ou getores das pousadas.

6.7.3 Você participa de alguma associação de moradores

Os residentes da comunidade Divino Espírito Santo, 64,7% participam da associações dos moradores, somente 35,3% não envolvem-se em associações. Na comunidade de Autazes a participação dos moradores é quase 100%, pois as treze unidades residenciais são pertencentes a mesma família.

6.8 ATIVIDADE DE ECOTURISMO

6.8.1 Pessoas de fora da comunidade costumam vir aqui

A maioria dos moradores nas duas comunidades responderam sim, pois os visitantes buscam ver a natureza, com seus peixes, aves, animais, o cotidiano do

caboclo e o lago. Somente 5,8% assinalou a opção as vezes, referindo-se ao período de baixa temporada, pois na visão deste grupo não há constância de visitantes.

Quando foram inqueridos sobre a naturalidade dos visitantes, os entrevistados falaram que são turistas do Brasil (Manaus, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e do estrangeiro (Franceses, Americanos, Japoneses, etc.) além de pesquisadores, pessoas de outros municípios e visitantes das proximidades. Pode se verificar que todos visitam a região em busca de suas riquezas naturais.

6.8.2 O que essas pessoas costumam fazer aqui

Os entrevistados comentaram a maioria dos visitantes são havidos em: conhecer como vivem os residentes, pescar, andar nas trilhas, olhar os pássaros, conhecer os costumes da comunidade e da região, a diversidade da fauna e flora, descansar e ter contato com a natureza, conhecer o rio, observar novas localidades, tirar fotos e andar de canoa. Segundo Nelson e Pereira (2004) pensando no que os visitantes almejam encontrar nas visitas foram criadas as Ucs - Unidades de Conservação, com a finalidade de proporcionar recreação e lazer para as pessoas.

6.9 REPRESENTAÇÃO SOBRE O ECOTURISMO

6.9.1 Você sabe através de que meios chegam os turistas na comunidade

As respostas foram variadas, conforme mostra a tabela 25 para a chegada dos turistas as pousadas, no entanto a maioria indicou como meio de transporte o misto avião, carro e voadeira para os turistas nacionais e internacionais e para os regionais carro e voadeira, este tipo de traslado também são contemplados nos pacotes.

Item	Comunidade Divino	Associação Agrícola
	Espirito Santo	Artesanal
Carro e voadeira	6	4
Voadeira	6	3
Carro e Barco	0	2
Através de propaganda	0	1
Avião até Manaus, carro e depois de barcos/voadeiras	10	12
Barcos e pacotes turísticos	2	1
Barcos, voadeiras e rabetas	4	2
Não sei	1	2
Propagandas, indicações de amigos e internet		1
Pacotes turísticos	4	6

Tabela 27 – Meios que os turistas chegam as Pousadas

FONTE: Pesquisa de Campo

6.9.2 O que muda na rotina de vocês quando estas pessoas vêm visitar a comunidade

Os entrevistados responderam que a comunidade fica mais alegres, as crianças ficam animadas tentando a comunicação com os turistas, a rotina altera um

pouco, pois procuram apresentar aos turistas os serviços de artesanato e guia regional (serviço irregular e precário), aumenta a responsabilidade de quem não é fixo nas pousadas passando a ter trabalho temporário, melhora o comércio. Alguns entrevistados comentaram que na alta estação dormem menos e não gostam da agitação das crianças e adolescentes.

Considerando as respostas dos residentes, fica evidente o impacto causado na rotina dos moradores, podendo ocasionar um conflito entre os visitantes e anfitriões, sendo necessário a implantação de projetos de educação ambiental. Segundo Crist (1995) *apud* Nelson (2004,p.338) “se o ecoturismo é promover viagens responsáveis que conservem o meio natural e apoiem a população local, então sua base precisa ser a educação.”

6.9.3 Quais são os aspectos positivos com a chegada dos turistas

O interessante nesta análise é o fato que apesar de distantes as comunidades os entrevistados possuem opiniões iguais, sobre os pontos positivos entre eles podemos citar: oportunidade de trabalho melhorando a renda das famílias, os turistas dão gorjetas para visitarem as casas dos caboclos, vendem seus artesanatos, os turistas movimentam o comércio local, as pousadas empregam mais, a alegria que as pessoas ficam pois podem brincar e conversar mais e melhora a economia da comunidade.

6.9.4 Quais são os aspectos negativos com a chegada dos turistas

A maioria respondeu que não há pontos negativos, só quando vão embora, pois levam seus empregos e diminui a renda da comunidade. Para alguns a estadia dos turistas aumenta o volume de resíduos (lixo orgânico e os degradáveis) e limita um pouco da liberdade, os moradores consideram alguns turistas esquisitos. Este é um problema porque a economia da comunidade não pode ficar exclusivamente dependente da atividade turística.

6.10 RELAÇÃO COMO O HOTEL/POUSADA DE SELVA

6.10.1 Que tipo de relações existem entre o hotel e a comunidade

Os entrevistados das duas comunidades responderam, que as pousadas ajudam na exposição e comercialização dos artesanatos, na reforma da escola, doação de combustível e remédios para a comunidade. Esta relação caracteriza amizade e parceria na preservação e no desenvolvimento do local. Os moradores informaram ainda, quando há desmatamento nas áreas nativas eles avisam os proprietários ou gerentes das pousadas, os quais comunicam os órgãos ambientais. Alguns proprietários ajudam na valorização da localidade e preservação dos recursos naturais.

6.10.2 Quais os aspectos positivos e negativos da presença do hotel na comunidade

Com implantação das pousadas na região os entrevistados concordaram que houve mudança na comunidade. A maioria 94% afirmou que a mudança foi positiva para o local. Uma vez que trouxe melhora na consciência ambiental para a preservação diminuindo as queimadas, o desmatamento e a caça e pesca predatórias; gerou emprego permanente e melhora na renda familiar. Os residentes citaram que os donos das pousadas ajudam no transporte de doentes ao município, bem como na abertura do posto médico.

Somente 6% dos comunitários entenderam que a mudança foi negativa, pois os empregos são temporários duram em média três meses, mudou alguns costumes e inseriu o uso alimentos enlatados.

De um modo geral, nota-se que as mudanças positivas foram maiores que as negativas na percepção dos entrevistados. O aspecto positivo mais relevante foi à melhora da infra-estrutura que, segundo eles, mostra-se mais acolhedora, organizada e preservada. Tal resultado endossa que o

turismo quando realizado de acordo com os princípios da sustentabilidade é benefício para as populações locais.

6.10.3 Você avalia que a presença do hotel tem mais aspectos positivos ou negativos para a comunidade

Dentre os entrevistados 100% afirmaram que a presença do hotel/pousada é positiva, pois houve a valorização da natureza, os moradores minimizaram a poluição dos rios, deixaram de caçar e pescar indiscriminadamente, a exploração madeireira é quase inexistente, trouxe renda e qualidade de vida para as famílias, uma vez que as pousadas movimentam a economia local, além de gerar incentivo ao estudo, pois traz possibilidade de diferentes formas de empregabilidade como por exemplo, guia turístico.

6.10.4 Você ou alguém que conhece você da comunidade trabalha ou presta serviço para o hotel de selva

Dos moradores entrevistados, 100% afirmam que têm e conhecem pessoas que trabalham nas pousadas. Isso demonstra que o turismo traz diversificação de serviços e comércio. Diante do estudo de campo foi possível observar que os moradores começam a perceber o quanto é importante valorizar a natureza,

conservar, preservar os recursos naturais, uma vez que os benefícios advindos do turismo para a comunidade trará mais oportunidades a todos.

6.10.5 Que tipo de serviço ou trabalho essa pessoa realiza

Foi verificado que os empreendimentos possuem basicamente as mesmas ofertas empregatícias, ou seja, guia turístico, recepcionista, garçon, arrumadeira, faxineira, piloto, cozinheira, doméstica, gerente, caseiro, jardineiro etc.

6.10.6 O que Senhor(a) faz com os resíduos sólidos

Nas comunidades pesquisadas todos responderam que seus resíduos(papelão e papel) são queimados e as vezes enterrados, enquanto os resíduos orgânicos servem de alimentos para os animais (galinhas, patos, porcos e animais domésticos); e os resíduos inorgânicos como latas, sacos e plásticos são reciclados. A questão da queimada e da disposição inadequada dos resíduos gera impacto ao meio ambiente uma vez que vários produtos levam meses, anos para a sua decomposição na natureza, podendo ocorrer a contaminação dos lençóis freáticos e do rio. Este é um dos grandes desafios para o Amazonas considerando a posição geográfica dos municípios, os quais possuem nos rios o seu maior patrimônio natural, econômico e cultural, faz-se necessária implementação de gestão pública voltada para práticas de tecnologias adequadas e viáveis à região.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES

Neste estudo foi delineado a atividade ecoturística no Amazonas à luz da legislação ambiental, bem como caracterizar os aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços oferecidos pelos empreendimentos hoteleiros selecionados, além de verificar a integração da sociedade local com o desenvolvimento da atividade de forma participativa para a conservação ambiental, sócio cultural e a melhoria do padrão de vida.

O turismo vêm sendo visto pelos gestores públicos como uma poderosa alternativa para a geração de empregos, principalmente em áreas de vasta biodiversidade e de baixo crescimento econômico, como o Amazonas, já o turista vislumbra essas áreas como um mecanismo de fuga do stress das grandes metrópolis, de lazer, satisfação e aprendizado.

Com o crescimento desta indústria, surgiu o ecoturismo que hoje é responsável por milhões de reais ao Brasil. Os dados levantados neste trabalho mostram que esse

segmento vêm crescendo intensamente. Um dos maiores desafios para os órgãos públicos é definir e implementar políticas para o ecoturismo que garanta o desenvolvimento dessas regiões com sustentabilidade social dos ribeirinhos e da atividade em longo prazo, para isto é necessário que os atores públicos busquem mecanismos de controle da atividade viáveis a nossa região. Sendo um desses instrumentos a legislação ambiental, mas para executá-la precisa fortalecer as instituições, para estas realizarem todas as ações educativas e fiscalizadoras, como é o caso do IPAAM.

O trabalho mostra, através dos questionários aplicados a elucidação dos impactos positivos, negativos advindos da atividade, a consciência das comunidades na conservação e preservação da região para um desenvolvimento sustentável. Observa-se que na visão dos gestores a instalação das pousadas só trouxe benefícios aos moradores, pois aumentou a empregabilidade através da oferta de serviços terceirizados e a não degradação dos recursos naturais, uma vez que os ribeirinhos não praticam mais a caça, pesca e exploração madeireira de forma predatória. No entanto, nenhum dos meios de hospedagem estudados, oferece capacitação para o desenvolvimento dos serviços, os empregos fixos são mínimos, e nem se ouviu os moradores quando da idealização e planejamento dos empreendimentos, descartando que o envolvimento da comunidade é um componente importante para o êxito da sustentabilidade social, cultural e econômica. Entretanto, apropriam-se do marketing

do ecoturismo com cunho meramente mercadológico, tanto é que a licença ambiental é vista como um respaldo ambientalista, e possibilidade de financiamento, onde na verdade é um instrumento de conservação e defesa dos recursos naturais, cujo objetivo é garantir o direito ao meio ambiente equilibrado para as futuras gerações.

Apesar dos municípios de Careiro e Autazes estarem inseridos no pólo ecoturístico do Amazonas, conforme o PROECOTUR, possuem um grande potencial para o desenvolvimento do segmento, tendo em vista que a região é detentora de uma beleza cênica magnífica, o incentivo proporcionado pelo programa não chegou a região, atrasando o desenvolvimento do turismo na região

O ecoturismo é uma atividade empresarial e como tal busca a rentabilidade. No entanto, para alcançar o resultado almejado é necessário o equilíbrio ambiental, social e econômico através das diretrizes que o norteiam, tais como o cumprimento da legislação ambiental, garantir os direitos das populações locais, conservar o meio natural e a biodiversidade etc., desta forma será um instrumento de gestão politicamente correto, ambientalmente sustentável, socialmente realizável e economicamente fascinante.

REFERÊNCIAS

ACOT, Pascal. **História da Ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2ed.,1992.

ALVES-Mazzotti, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. **Os métodos nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2ª edição. Pioneira Thomson Learning Ltda., Brasil, 2001.

ANDRADE, M. M. de. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-graduação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas,1999.

ANDRADE, Luciani Andrade de. **Ecoturismo em Comunidades de Pequenos produtores da “Serra de Parintins”:** o caso da Região de Valéria. Manaus: UFAM, 2007. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental Empresarial), Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade federal do Amazonas.

ARAÚJO, Cláudio Costa de. **Modo de Vida e Representação Social dos Moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: um estudo da ação antrópica na Amazônia**. Manaus: UFAM, 2005.dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA) Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Universidade Federal do Amazonas,2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401**. Meios de Hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos. Rio de Janeiro, 2006.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis – SC. 6ª ed. da UFSC, 2005.

BARRÉRE, Martine. (Coord.) **Terra – Patrimônio Comum**. São Paulo: Nobel, 1996. p.27

BARROS, Maria Isabel Amado de. **Caracterização da visitação, dos Visitantes e Avaliação dos Impactos Ecológicos e Recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Piracicaba, 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

BAHIA, Mirleide Char. **ESPORTE E NATUREZA: aproximações teórico-conceituais e impactos ambientais no Estado do Pará**. Belém, PA: Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará, 2002 (monografia)

BATISSE, M., **The biosphere reserve: a tool for environmental conservation and management**. Tr. Marcos D' Ávila. NY: *Environmental Conservation*, 1992. p.4.

BECKER, B. K. ; EGLER, C. A. G. **Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estudos da Amazônia Legal**. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 1997.

BECKER, Jussara. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba – PT: Centro de Desenvolvimento Acadêmico Empresarial – CEDAEM, 2003

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo; Futura, 1999.

BOO, E. **Ecoturism: The Potent and Pitfalls**. Washington, DC: World Wildlife Found, 1990.

BRASIL. CONAMA 237 de 19 de dezembro de 1997. **Disposição Sobre o Licenciamento Ambiental**. LEX: Legislação Ambiental, Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Barros II, Silvio M. e Penha, Denise H (coord.), Brasília, Embratur/Ibama, 1994.

BRASÍLIA. INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Manual de procedimentos do licenciamento ambiental Federal**. Brasília : IBAMA, 2002.

BRASIL/EMBRATUR. **PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE AVENTURA: Relatório da Oficina de Planejamento**. Caeté, MG: EMBRATUR, 2001.

BRASIL-MICT/MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1994.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), nº 001 de 23 de janeiro de 1986. **Estabelecem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília/DF, 1986.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Lei nº 9.985. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal**,

institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências; de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Presidente da Comissão). Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Ed.Fundação Getúlio Vargas, 2º ed., Rio de Janeiro, 2000.

BRÜSEKE, Franz. **Risco social, Risco Ambiental, Risco Individual**, In: Ambiente e Sociedade, ano 1, n.1, PR: Lenda. 1995. p. 31.

BENITEZ, Ivo. **Legislação Ambiental Federal e de Rondônia**. 2. Ed. Porto Velho: 2002.

BESSA, Luciana Bastos. **Perfil e Percepção Ambiental dos Visitantes da Área de Proteção Ambiental do Miriti: desenho de um modelo ecoturístico**. Manaus: UFAM, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais), Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas.

CAMARGO, Luiz Otávio. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CEBALLOS – LASCURÁIN, H. **O Ecoturismo como um Fenômeno Mundial**. In:LINDBERG, K.;HAWKINS, D. E. (Orgs.)**Ecoturismo: um guia para Planejamento e Gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

COELHO, Maria Célia N. Reflexões sobre ecoturismo na Amazônia. In: Figueiredo, Sílvio Lima (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **O Licenciamento Ambiental**. Resolução, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro). **AGENDA 21.3**. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001

COELHO, Maria Célia Nunes, et. al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas; Papirus, 1998.

_____. Turismo Sustentável: uma nova proposta de planejamento turístico. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COSTA, Vera Lúcia de M. **Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.

CRUZ, Crala & Ribeiro, Uirá. **Metodologia Científica – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.

DESLANDES, S. F.; NETO, O. C. ; GOMES, R.; MINAYO, C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1994.

DEL RIO, Vcente & OLIVEIRA, Livia dE (Org.) **Percepção Ambiental: a experiência Brasileira**; 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel,1999.

DESCARTES, René. **Princípios da Filosofia**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: HEMUS – Livraria Editora Ltda., 1968.

DENCKER, Ada de Farias Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo:Futura. 1998.

DIAS, B.F.S.. **A Conservação da Natureza**. Em M. N. Pinto (Org.) *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, D.F. 1993. p.44.

DIEGUES, Antonio C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia e BRUHNS, Heloísa T.(orgs). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DRUMM, Andy e Moore, Alan. **Desenvolvimento do Ecoturismo – Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Volume 1**, by The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. Tradução Regina Maria Vieira. São Paulo: SESC, 1980.

EMANTUR. **Projeto pólo de ecoturismo do Estado do Amazonas**. Manaus, 1997.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo deTrabalho Interministerial – MICT/MMA”. Brasília, 1994.79p.

_____. **Ecoturismo:Conceitos e Princípios**. Brasília,2006.

EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO – AMAZONASTUR. **Síntese dos Indicadores de Turismo no Amazonas**. Disponível: www.amazonastur.am.gov.br. Visitado em 15/12/08.

EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO – AMAZONASTUR. **Programa De Desenvolvimento Do Ecoturismo Na Amazônia Legal – Proecotur**. Disponível: www.amazonastur.am.gov.br. Visitado em 15/12/08

FEITOSA, Isabelle Ramos, et.al. **Manual de licenciamento ambiental: guia de procedimento passo a passo**. Rio de Janeiro: GMA, 2004.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002

FIGUEIREDO, Silvio L. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: Alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FURLAN, S. A . **Ecoturismo: do Sujeito Ecológico ao Consumidor da Natureza**. In: Rodrigues, S. B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. SP: Contexto, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record,1999.

GOELDNER, C. R. ; RITCHIE, J. R. B; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8ª ed.. Porto Alegre;Bookman, 2002.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**; tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HASIN, Ana Lúcia et. al. **Cultura e turismo: interação ou dominação?**. Fundação Joaquim Nabuco: [s.l.], 2001.

HISTÓRICO -AUTAZES. Disponível em: <http://www.autazes.kit.net/historico.ht> . Visitado em 22.08.2009

HIGGINS, B. R. “**The Global Structure of the Nature tourism Industry: ecotourists,tours operetors, and local businesses**”, Journal of Travel Research 35(2): 11-18.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001

INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS. **Legislação ambiental do Estado do Amazonas**. 3.ed.Manaus: IPAAM, 2002

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM. <http://www.mamiraua.org.br/>. Visitado em 05/04/08.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS. **Legislação Ambiental do Estado do Amazonas**. 3.ed. atual, Manaus: IPAAM, 2002. Série Legislação Ambiental.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS. - IPAAM. <http://www.ipaam.am.gov.br/>. Visitado em 02.03.2008; 19.05.2009.

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, SP Papirus, 2002.:

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 10. ed. São Paulo : Malheiros, 2002.

MARCELLINO, Nelson C.. **Lazer e humanização**. Campinas-SP: Papirus, 1983.

_____. Lazer e qualidade de vida. In: **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MANAUS. INSTRUÇÃO NORMATIVA N°001/06 – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas- **Dispõe sobre a classificação das fontes poluidoras para fins de licenciamento e dá outras providências**, Manaus: IPAAM, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei nº 9.985. Brasília: MMA, 2002.

_____. **Áreas Protegidas**: material informativo sobre conduta consciente em ambientes naturais. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Visitado em 20.01.2009.

_____. **Agendas Positivas da Amazônia**. <http://www.mma.gov.br>. Visitado em 13/11/2008.

_____. **Curso Capacitará Profissionais para Desenvolver Ecoturismo na Amazônia**. <http://www.mma.gov.br>. Visitado em 27/12/2008

MORAES, Weretr Valentim de. **Avaliação da Metodologia da Ecoplannete Institute Visando o Planejamento Ecoturístico em Rancharia, no Entorno do Parque estadual de Ibitipoca, Município de Lima Duarte – MG**. Viçosa – MG: UFV, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa.

MITRAUD, S. (Org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramenta para um planejamento responsável**. Brasília: WWF-Brasil,2003.

NELSON, Sherre Prince e PEREIRA, Ester Maria. **Ecoturismo: Práticas para turismo sustentável**. Manaus: Editora Vale/UNINORTE, 2004.

NIEFER,I. A. **Análise do Perfil dos Visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como instrumento par um turismo sustentável**. Curitiba, 2002. Tese de doutorado em Ciências Florestais da Universidade Fedaral do Paraná.

NEPSTAD, Daniel; et. al. **A floresta em chamas: origem, impactos e preservação de incêndios na Amazônia**. Brasília: PPG-7/ Banco Mundial. p.147(1999 *apud*. Observatório da Cidadania).

NETO, Oduval Lobato. Ecoturismo: o exemplo do Amazonas. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PIRES, B. C. C. **Gestão de Agências de Ecoturismo e sua Inserção no Contexto da Sustentabilidade**. In: **Turismo – Visão e ação**. V. Florianópolis, 1996.

PIRES, P. S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002. p. 14,15.

PRADO, Alexandre C. de A. **Impactos do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cubatão**. (Dissertação). São Paulo: ECA/USP, 2001.

RIBEIRO, G. L. e BARROS, F. L. A Corrida por Paisagens Autênticas: turismo, meio ambiente e sustentabilidade no mundo contemporâneo. Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

RIOS, Jorge Luiz Paes. **Gestão Ambiental** – Aspectos Legais e Institucionais. Apostila de Curso, Rio de Janeiro, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balasti, (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 11^a. ED. 2004.

SALVATI, S.S. **O WWF -Brasil e o turismo responsável**. In: MITRAUD, S. (Org.) Manual de Ecoturismo de base Comunitária: ferramenta para um planejamento responsável. Brasília: WWF – Brasil, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel (3^a ed.: 1992), 1986.p.62.

SCHEEFFER, Milena. **Avaliação da Efetividade do Controle Industrial do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara**. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM). **Cartilha** “Pesca esportiva: informações e dicas”. s.d.

SERRANO, Célia (org). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.

_____ e BRUHNS, Heloísa T.(orgs). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SILVEIRA, I. M. (orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de direito Ambiental**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOARES, E. S. (Org.). **Desafios, Resultados, Ameaças e Oportunidades em uma unidade de Conservação na Amazônia: “Floresta Nacional do Tapajós”**. Manaus:IBAMA/ ProManajo, 2004.

TELLO, Julio César Rodríguez. Comunicações Pessoais. Manaus-AM, 7 de jul. de 2005.

_____. Comunicações Pessoais. Manaus-AM, 11 de março de 2004.

_____. Ecoturismo: Princípios e Desenvolvimento. Material da disciplina de gestão de espaços naturais, ministrada pelo professor. Departamento de Ciências Florestais e Ambientais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2003.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY – TIES. Difinition and ecotourism principles. Disponível em: <http://www.ecotourism.org/index2php?> Visitado em: 06.10.2007.

TROPMAIR, Helmut. **Metodologias Simples para Pesquisar o Meio Ambiente**. Rio Claro/SP: UNESP-IGCE, 1988

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO . **Cartilha de licenciamento ambiental** .
Brasília : TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004.

UVINHA, Ricardo R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

VEMAQA - Vara Especializada do Meio Ambiente de Gestão Integrada da Petrobrás/UN-REMAN, 2001. e de Questões Agrárias. 201. 4ª ed., Legislação Ambiental Brasileira. Política do Sistema

VILLENEUVE, C. **Le XX siècle des Catastrophes.**, Paris: TFI Editions, 1992. p.6.

WEARING, S. ; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**.
1ª ed. Brasileira. Barueri – SP: Manole, 2001.

WOOD, M. E. **Ecoturismo: principles, proeties& policies for susteinability**.
Paris: UNESP, 2002.

APÉNDICE

	Hotelaria de Selva	Endereço: Fone: CNPJ/CPF: E-mail:	Município (AM)	Amazonastur	Instituto de Proteção Ambiental (IPAAM)				Obs
				Validade do Cadastro	Nº Processo	Licença Ambiental Vencimento	Cód. Atividade	Situação Processual	
1	Anavilhana Jungle Lodge Hotelaria Ltda.	AM 352, Km 01 CEP 69.730-000 (92) 3622 8996 /3234 7679 augusto@anavilhanaslodge.com CNPJ: 07.917.699/0001-06	Novo Airão	03.07.2010	0639/T/06	L.O. Nº: 242/07 Vencimento 5/6/2008	2704	Notificacao Nº 000561/09 cumprir a restrição 13 da L.O.	Sem Licença (não cumpriu a Notificação)
2	Amazon Fishing	Rua: Rio Purus n/ 360,N. Senhora Gracas (92) 9978-6360 CNPJ: 05.448.243/0001-00	Barcelos	20.09.2009	4189/T/07	L.O. Nº: 031/08 Vencimento 15/01/2009	2701	Licença vencida sem pedido de renovação com pedido de transferência de localidade	Sem Licença

3	Amazonat Jungle Resort Ltda	AM 010, Km 160, Zona Rural CEP 69.100-000 (92) 3328 1183 / 3622 7391 / 3584 5855 fernanda@amazonat.com.br www.amazonat.org CNPJ: 04.223.274/0001-09	Itacoatiara	02.09.2010	0882/T/97	L.O. Nº: 143/99-05 Vencimento 11/09/2008	2703	Notificacao n.º 054/07 cumprir os itens 1,2,13,14 da L.O.	Sem Licença
4	Amazon Ecopark Hotéis e Turismo Ltda	Av. Nhamundá, nº 4, 2º Andar, Sl. 202, Ed. N. S. Aparecida CEP: 69020-190 (92) 3622 2612 / 3622 1950 ecoparkoperacoes@vivax.com.br CNPJ: não informado	Manaus	20.02.2010	0735/93	-	2703	Sem informações	-
5	Amazon Riverside Hotel	Otr. Rio Amazonas, Lago do Jacinto, Gleba 01, Lote 05 CEP: 69020-282 (92) 3631 8491 atsfinanc@vivax.com.br CNPJ: não informado	Manaus	25.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM
6	Amazon Acqua Park	Rodovia BR 174, Km 101, Zona Rural CEP: 69.735-000 (92) 3324 1109 / (92) 3233 0071 CNPJ: 02.386.797/0001-32 amazonacquapark@amazonacquapark.com.br	Presidente Figueiredo	11.09.2010	0392/T/98	L.O. Nº: 212/98-05 Vencimento: 24/04/2009	2701	L.O. vencida. Não há solicitação de renovação	Registrado no IPAAM como: Figueiredo Empreend. Turisticos Ltda

7	Arapari Hotéis e Turismo	Rua Jurua, nº 656, Sl. 01 CEP: 69470-000 (97) 3343 2719 araparilodge@hotmail.com CNPJ: não informado	Tefé	09.10.2009	3766/T/07	-	-	Em tramite de Licenciamento	Sem Licença
8	Ararinha Jungle Hotel Ltda	Lago do Ararinha - Anexo ao Paraná do Mamori CEP: 69.250-000 (92) 3232 4755 / 9605 1570 CNPJ: 08.996.279/0001-17 geromesquita@hotmail.com	Careiro	10.09.2010	0741/T/09	-	-	O interessado foi autuado por operar sem a respectiva Licença	Sem Licença
9	Cunhã Hotel Rio Pretense S/A – Cunhatur (Amazônia Golf Resort)	AM 010, Km 64, s/n, Zona Rural CEP: 69.115-000 (92) 3637 7000 marioguerreiro@mavel.com.br márcia@amazoniagolf.com.br alexandre@amazoniagolf.com.br CNPJ: 00.380.153/0001-01	Rio Preto da Eva	03.10.2010	0903/T/98	L.O. Nº: 193/09 Vencimento: 06/04/2010	2702	Em Monitoramento	-
10	Hotel Anaconda Pesca e Turismo	Lago Mamori, Margem Direita, Zona Rural Sítio Bom Jesus CEP: 69250-000 Fone: (92) 9113 3593 CNPJ: não informado	Careiro	26.03.2010	3488/T/08	-	-	Em tramite de Licenciamento	Sem Licença

11	Hotel Ariau Towers	Margem Direita do Paraná do Ariau, Lote 69, Zona Rural CEP: 69.405-000 Fone: (92) 2121 5098 / 2121 5000 CNPJ: 10.189.959/0001-70 www.ariau.tur.br	Irاندوبا	30.07.2010	0404/T/96	L.O. Nº: 004/97-03 Vencimento 18/2/2006	2704	Considerando Insuficiência de estrutura /ausência de licenciamento. (Interditado)	Termo de Embargo n.º 049/09 - GMAM
12	Iracema Falls	BR 174, Km 115 CEP: 69075-000 (92) 3584 4268 reservas.iracema@hotmail.com www.iracemafalls.com CNPJ: 035.413.632-15	Presidente Figueiredo	08.01.2010	0515/T/97	L.O. Nº: 163/99-03 Vencimento 24/5/2006	2704	L.O. vencida	Em processo de fiscalização
13	Juma Ltda	Lago do Juma Lado Esquerdo, Zona Rural Av. Eduardo Ribeiro, 520, 12º andar, Sl. 1210 CEP: 69240-000 (92) 3232 2707 CNPJ: 03.106.670/0001-85	Autazes	25.08.2010	1676/T/04	L.O. Nº: 262/05-01 Vencimento 17/9/2008	2704	Licença Vencida	Em processo de fiscalização
14	Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda	Rua 15 de janeiro, 08 – Mauazinho CEP: 69075 -720 (92) 3615 1615 mvadesp@globo.com / liga.daylla@yahoo.com.br CNPJ: 05.401.751/0001-33	Barcelos	15.12.2010	1508/T/03	L.I. Nº: 097/04 Vencimento 28/7/2005	2704	Arquivado	-

15	Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda	Rua 15 de janeiro, 08 – Mauzinho CEP: 69075 -720 (92) 3615 1615 mvadesp@globo.com CNPJ: 05.401.751/0001-33	Barcelos	15.12.2010	1509/03	L.I. Nº: 099/T/04 Vencimento 28/7/2005	2704	Arquivado	-
16	Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda	Rua 15 de janeiro, 08 – Mauzinho CEP: 69075 -720 (92) 3615 1615 mvadesp@globo.com CNPJ: 05.401.751/0001-33	Barcelos	15.12.2010	1510/T/03	L.I. Nº: 098/04 Vencimento 28/7/2005	2704	Arquivado	-
17	Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda	Rua 15 de janeiro, 08 – Mauzinho CEP: 69075 -720 (92) 3615 1615 mvadesp@globo.com / liga.daylla@yahoo.com.br CNPJ: 05.401.751/0001-33	Barcelos	15.12.2010	1511/T/03	L.I. Nº: 100/04 Vencimento 28/7/2005	2704	Arquivado	-
18	Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda	Rua 15 de janeiro, 08 – Mauzinho CEP: 69075 -720 (92) 3615 1615 mvadesp@globo.com / liga.daylla@yahoo.com.br CNPJ: 05.401.751/0001-33	Barcelos	15.12.2010	1512/T/03	L.I. Nº: 094/04 Vencimento 28/7/2005	2704	Arquivado	-

19	Liga de Eco-Pousadas do Amazonas Ltda	Rua 15 de janeiro, 08 – Mauzinho CEP: 69075 -720 (92) 3615 1615 mvadesp@globo.com / liga.daylla@yahoo.com.br CNPJ: 05.401.751/0001-33	Barcelos	15.12.2010	1513/T/03	L.I. Nº: 098/04 Vencimento 28/7/2005	2704	Arquivado	-
20	Mamori Jungle Hotel	BR 319, Km 40, Margem direita do Paraná do Araçá CEP: 69250-000 Fone: (92) 9181 1890 / 9148 4722 ademarsantos@yahoo.com.br CNPJ: 08.911.384/0001-06	Careiro	21.11.2009	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM
21	Malocas Jungle Lodge Hotéis Ltda.	Baixo Rio Preto da Eva CEP: 69115-000 Fone: (92) 3648 0119 malocas@osite.com.br CNPJ: 84.088.368/0001-43	Rio Preto da Eva	21.08.2009	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM
22	Sanctuary Lodge	AM 240, Km 12, Zona Rural CEP: 69.735-000 (97) 3324 1741/ 3238 6752 reserva@cachoeirasantuاريو.com.br CNPJ: 00.550.272/001-95	Presidente Figueiredo	04.01.2010	0868/T/01	-	-	-	Registrado no IPAAM como Piscicultura

23	Pousada Juma Lake	Paraná do Mamori, 1500, Margem Direita, Boca Juma, Zona Rural CEP: 69.240-000 (92) 3232 2707/ 9136 4325 cleidejumalake@yahoo.com.br CNPJ: não informado	Autazes	28.04.2010	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM
24	Pousada Rural Hotel	AM 010, Km 09, Vila Sepe CEP: 69100-000 (92) 9114 6031 CNPJ: 08.666.376/0001-41	Itacoatiara	24.05.2009	1691/T/07	L.O. Nº: 477/07 Vencimento: 21/9/2008	2704	A. I. (multa) n.º 702/09: (Atividade em desacordo com a L. O.)	Registrado no IPAAM como: P.R. Morais - Investimentos Turísticos
25	Pousada Mamori	Margem Direita Lago Mamori CEP 69250-000 (92) 3234 2457 contato@pousadamamori.com CNPJ: 09.045.450/0001-75	Careiro	29.07.2010	0115/T/06	L.O. Nº: 137/08 Vencimento: 11/6/2009	2702	Não há solicitação de renovação da Licença	Registrado no IPAAM como: Cid da Veiga Soares Junior
26	Pousada Cirandeira Bela	Estrada de Novo Airão, Km 10 CEP: 69400-000 Fone: (92) 9622 1812 CNPJ: 08.673.637/0001-63	Manacapuru	24.11.2010	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM

27	Peacock Bass Pro Tours	Ramal Cachoeira da Morena, Km 7, Vila Balbina, Zona Rural CEP: 69.735-000 (92) 3312 1324 zenilde@peacockbassprotours.com CNPJ: 08.113.866/0001-10	Presidente Figueiredo	27.07.2009	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM
28	Pousada Uacari	Canal do Lago Mamirauá, s/n - Margem Direita- Am - CEP 69485-000. (97) 3343 4160 ecoturismo@mamiraua.org.br CNPJ: 03.119.820/0003-57	Tefé	04.12.2009	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM
29	Pousada Amazônia	Estrada Manuel Urbano, Km 34 CEP 69405-000 (92) 3234 3660 / 3234 3705 CNPJ: 02.920.978/0001-05 pousadaamazonia@pousadaamazonia.com.br	Irlanduba	12.02.2011	0665/98	L.O: 016/00-03 Vencimento 4/6/2004	2704	-	Processo Arquivado
30	Reserva Natural Palmari	Localidade de Palmeri CEP: 69650-000 Fone: (97) 3412 3980 CNPJ: 03.266.652/0001-34 www.palmari.org	Atalaia do Norte	01.02.2010	-	-	-	-	Não consta registro no IPAAM

31	Tiwa Amazonas Ecoresort	Margem direita do Rio Negro s/n CEP: 69040-000 (92) 9995 7892 / 9982 3939 reservas@tiwa.com.br www.tiwa.com.br CNPJ: 05.331.123/0001-29	Irاندوبا	03.10.2009	1810/T/02	L.O. Nº: 476/03-02 Vencimento: 24/3/2010	2702	Em Monitoramento	TACA Nº033/2008 (Operando sem licença)
32	Tucuna Adventure	Estrada da Morena, s/n, Km 1, Margem Direita, Vila de Balbina CEP: 69736-000 (92) 8112 1317 CNPJ: 06.315.102/0001-82	Presidente Figueiredo	17.10.2009	-	-	-	-	Registrado no IPAAM como Pesca Esportiva
33	Hecopescatur	Margem Direita do Rio Purús CEP: 69005-080 (92) 3622 2886 CNPJ: 84.522.515/0009-41	Berurí	08.08.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
34	Amazon River Resort	Lagoa da Francesa, 697, Santa Rita CEP: 69151-970 (92) 3533 1342 / 3533 6330 amazonriver@jurupari.com.br CNPJ: não informado	Parintins	18.06.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

35	Egas Hotel	Rua Getúlio Vargas, 171, Centro CEP: 69.470-000 (97) 3343 2929 egashotel@hotmail.com CNPJ: não informado	Tefé	14.12.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
36	El Shaday Hotel	Rua 02 de agosto, 521, Centro CEP: 69.460-000 (97) 3561 9541 CNPJ: não informado	Coari	25.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
37	Galo da Serra Plaza Hotel	Estrada Municipal da Cachoeira do Urubuí, n.º 22 CEP: 69.735-000 (92) 3324 1813 / 3324 1636 CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	20.02.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
38	Hotel DDK	Av. Professor Januário Nazaré, n.º. 53, São Carlos CEP 69.440-000 (97) 3352 1345 CNPJ: não informado	Anori	24.04.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

39	Hotel Alex Flat	Rua 15 de Novembro, nº. 225 CEP 69460-000 (97) 3561 3434 CNPJ: não informado	Coari	02.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
40	Hotel e Restaurante Regional I	Trav. Raimundo Mota, nº 119 B, Centro CEP: 69460-000 (97) 3561 2764 CNPJ: não informado	Coari	02.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
41	Hotel Cachoeira do Urubui	Rodovia BR 174, s/n – km 107 - Z. Rural CEP: 735-000 (92) 3324 1186 reserva@hotelcachoeiradourubui.com.br CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	10.03.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
42	Hotel Lady Maria	Rua Maria Valcacer Nogueira, 543 - Terra Preta CEP: 69.400-000 (92) 3361 1722 CNPJ: não informado	Manacapuru	23.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

43	Hotel Maruaga	Av. Uatumã, 1927 – Centro CEP: 69735-000 (92) 3324 1110 CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	11.07.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
44	Hotel Malaquias 3-10	Rua Manoel David, nº 118, Centro CEP: 69.435-000 (92) 3363 1475 alberto_becil@hotmail.com CNPJ: não informado	Manaquiri	15.05.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
45	Hotel Miramar	Largo Marechal Deodoro, 351, Centro CEP: 69190-000 CNPJ: não informado	Maués	29.11.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
46	Hotel Cuca Legal	Rua Manaus, 1895 A, Centro CEP: 69735-000 (92) 3324 1138 / 3324 1140 reservas@cucalegalhotel.com CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	23.04.2011	-	-	-	-	Nao consta registro IPAAM

47	Hotel Vilas Boas	Rua Gomes de Castro, 675, Centro CEP: 69.150-000 (92) 3533 3327 contatos2@yahoo.com.br CNPJ: não informado	Parintins	06.06.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
48	Hotel Lana's Bella	Rua Marechal Deodoro, nº 200, Centro CEP: 69.200-000 CNPJ: não informado	Borba	12.12.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
49	Hotel Ornamental	Av. Ajuricaba, 134, Centro CEP: 69.700-000 (92) 3321 1381 CNPJ: não informado	Barcelos	28.03.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
50	Isabela Pousada	Rua Padre Caleri, 24, Tancredo Neves CEP: 69.735-000 (92) 3324 1507 CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	12.11.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

51	Mayana Hotel	Av. Boulevard Pedro Rates de Oliveira, 752-A, Centro Cep: 69400-000 (92) 3361 2000 CNPJ: não informado	Manacapuru	26.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
52	Maués Praia Hotel Ltda.	Rua Dr. Pereira Barreto, 594, Centro CEP: 69190-000 CNPJ: não informado	Maués	28.11.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
53	Novo Hotel e Restaurante	Av. Ribeiro Júnior, nº 557, Centro CEP: 69400-000 (92) 3361 1201 /Fax: 3361 1201 araujo.elizethe@hotmail.com CNPJ: não informado	Manacapuru	02.02.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
54	Pousada e Café da Maués	Rua Nhamundá, nº2183, Centro CEP: 69151-293 (92) 3533 2840 CNPJ: não informado	Parintins	13.08.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

55	Pousada Garça Morena	Rua Cordovil, nº 330, Centro CEP: 69151-120 (92) 3533 1334 advsandrosantos@hotmail.com CNPJ: não informado	Parintins	18.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
56	Pousada do Vale	Rua Cordovil, 790, Centro CEP: 69151-120 CNPJ: não informado	Parintins	19.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
57	Pousada Tia Saul	Rua Domingos Prestes, 144, Conj. Sham, Centro CEP: 69.152-620 (92) 3533 1440 CNPJ: não informado	Parintins	29.06.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
58	Pousado Encanto da Ilha	Rua Coronel Araújo, 515, Centro CEP: 69.151-050 (92) 3533 1918 gerleisonbarros@hotmail.com CNPJ: não informado	Parintins	31.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

59	Pousada das Pedras	Av. Aquaricara, 2 CEP: 69.735-000 Fone/Fax: (92) 3324 1296 Pousadadaspedras_am@hotmail.com www.pousadadaspedra-am.com.br CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	04.12.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
60	Pousada Pontes	Rua Taboca, 12, Centro CEP: 69.735-000 Fone/Fax: (92) 3324 1229 / 1329 pontesenpreendimentos@hotmail.com CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	23.02.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
61	Pousada Recanto da Dinda	Rua Getulio Vargas, 2066, Centro CEP: 69.151-080 Fone: (92) 3533 1654 / 3533 2004 antonia@jurupari.com.br CNPJ: não informado	Parintins	03.09.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
62	Pousada Aconchego	Av. Amazonino Mendes, 400, Centro CEP: 69.405-000 Fone: (92) 3367 1365 CNPJ: não informado	Iranduba	12.03.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

63	Palace Hotel	Rua Clarindo Chaves, 205, Centro CEP: 69.151-040 (92) 3533 1142 / 4420 CNPJ: não informado	Parintins	11.06.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
64	Pousada Prestes	Rua Armando Prado, 2446, Centro CEP: 69151-010 (92) 3533 1106 / 3533 3742 cleyder@jurupari.com.br CNPJ: não informado	Parintins	06.06.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
65	Pousada Bela Vista	Av. Presidente Vargas, 47, Centro CEP: 69.730-000 (92) 3365 1023 claudiaberwanger@yahoo.com.br CNPJ: não informado	Novo Airão	20.10.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
66	Pousada Tia Marlene	Rua Herbert de Azevedo, 1354-A – Centro CEP: 69.151-160 (92) 3533 1590 CNPJ: não informado	Parintins	07.06.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

67	Pousada Sonho Dourado	Rua Rio Branco, 352, Térreo, Centro CEP: 69.151-210 (92) 3533 6498 / 3533 2994 scarvalho@jurupari.com.br CNPJ: não informado	Parintins	23.07.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
68	Pousada Vitória Régia	Rua da Pátria, 820 , S. Francisco, Centro CEP: 69.640-000 (92) 3412 2741 CNPJ: não informado	Tabatinga	16.08.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
69	Pousada Águas Negras	Av. Presidente Vargas, 61 , Remanso, Centro CEP: 69.730-000 stephanie_ackles@hotmail.com (92) 3365 1176 CNPJ: não informado	N. Airão	25.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
70	Pousada da Praça	Rua Pedro Teixeira, 73, Centro Cep: 69.640-000 (97) 3412 3037 / 2890 nekatbt@hotmail.com CNPJ: não informado	Tabatinga	17.08.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

71	Pousada Jiboia	Rua Copaiba, 2101, Centro CEP: 69.735-00 (92) 3324 1228 toinhojiboia@hotmail.com CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	22.11.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
72	Pousada Sempre Com Deus	Rua Japurua, 1845, Liberdade CEP: 69.400-000 Fone: (92) 9144-3735 CNPJ: não informado	Manacapuru	13.11.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
73	R. F de L. Cunha – Saúde Flet Hotel	Estrada Coari Itapeuá, Km 1, Itamarati CEP: 69.460-000 (92) 9146 0814 saudeflethotel@hotmail.com CNPJ: não informado	Coari	19.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
74	SPA Tropical	AM 010, Km 09 CEP 69.115-000 (92) 3087 2668 / 3232 8068 / 9141 5033 spatropical@gmail.com www.spatropical.com.br CNPJ: não informado	Rio Preto da Eva	26.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

75	Takana Hotel	Rua Oswaldo Cruz, 970, Comunicações Cep: 69640-000 (97) 3412 3457 takanahotel@hotmail.com CNPJ: não informado	Tabatinga	20.12.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
76	Vicana`s Pousada	Av. Rio Negro CEP 69736-000 (92) 3312 1382 www.vicana`s.com.br CNPJ: não informado	Balbina	03.10.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
77	Pousada da Sereia	Rua Gov. Joaquim Machado, nº47, 2º Etapa CEP: 69115-000 (92) 3228 1336 / 9191 481 CNPJ: não informado	Rio Preto da Eva	04.12.2009	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
78	Hotel Macedo	Av. Ajuricaba, nº 775, Centro CEP: 69700-000 Fone/Fax: (97) 3321 1133 CNPJ: não informado	Barcelos	28.03.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

79	Pousada Tupana	Rua Hebert de Azevedo, nº 1297, Centro CEP: 69151-580 (92) 3533 1119 Fax:(92) 3533 1724 socorrolopes_15@hotmail.com CNPJ: não informado	Parintins	28.04.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
80	Pousada Estrela D'Alva	Rua Hebert de Azevedo, 1286 CEP: 69.151-293 (92) 3533 1563 / 1817 dalva_mariaribeiro@hotmail.com CNPJ: não informado	Parintins	28.04.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
81	Pousada da Ilha	Trav. Rio Branco, 395 CEP 69.151-293 (92) 3533 2915 CNPJ: não informado	Parintins	06.05.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
82	Pousada Cantinho da Paz	Rua Jonathas Pedrosa, 412 CEP 69.151-030 (92) 3533 4637 CNPJ: não informado	Parintins	05.05.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

83	Pousada Jacks	Av. Coronel Araujo, 439 CEP: 69.151-057 (92) 3533 1635 / 9615 6130 CNPJ: não informado	Parintins	06.06.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
84	Pousada Tucano	Rua. Cupiuba, 2137 CEP 69.736-000 (92) 3234 1404 / 9136 7346 ivonepmage@hotmail.com CNPJ: não informado	Presidente Figueiredo	20.03.2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
85	Hotel Rio Negro	Av. Ajuricaba, 97, Altos, Centro CEP: 69700-000 (92) 3321 1260 / 3321 1454 hotelrionegrobarcelos@hotmail.com CNPJ: não informado	Barcelos	28.03.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
86	Hotel Brito	Av. Amazonas, 2526, Centro CEP: 69.151- 000 (92) 3533 3632 CNPJ: não informado	Parintins	28.04.2010	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

87	Hotel River	Km 82/83, Estrada Manoel Urbano CEP 69.400-000 (92) 9118 4900 CNPJ: 05.557.830/0001-39	Manacapuru	26.06.2010	0622/T/08	L.P. Nº: 067/08 Venc: 14/4/2009	2702	Em tramite de emissão de nova L.P. (Não houve instalação do empreendimento)	Registro no IPAAM: Consol Construtora Sólida Ltda
88	Hotel Maria Dantas	Rua Rui Barbosa, 680 CEP 69.460-000 (97) 3561 4027 Izanio2006@yahoo.com.br CNPJ: não informado	Coari	25/3/2011	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
89	ACAJATUBA JUNGLE LODGE	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 04.944.649/0001-11	-	Vencido	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
90	Araca Camp. Ltda	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 05.794.072/0001-71	-	Regular	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

91	Sítio Canarinho	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 07.245.471/0001-06	-	Vencido	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
92	Paraiso Dangelo Turismo Ltda	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 84.119.874/0001-52	-	Vencido	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
93	Rajanaro Turismo (Green Park Club)	Rodovia AM 010, Km 30, Ramal Águas Brancas II, Zona Rural CNPJ: 84.479.203/0001-00	Manaus	Vencido	1023/98	L. O. n.º 156/99-02 Venc.: 25.02.04	2703	O empreendedor solicitou reanálise de sua Licença	Em processo de reanálise
94	Oponeto Turismo (City Park)	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 84.540.426/0001-28	-	Vencido	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM

95	Bufalo Jungle	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 84.658.269/0001-50	-	Vencido	-	-	-	-	Não consta registro IPAAM
96	Tauá Island Lodge	Endereço não informado pela Amzonastur CNPJ: 06.301.318/0001-99	-	Vencido	0055/T/06	-	-	-	Em processo de Licenciamento
97	Amazon Jungle Cruise Navegação e Turismo Ltda	Rua Marquês de Santa Cruz, n.º 25, Armazém 07, Centro (92) 2126-9900/9905/ (92) 2126-9949 CNPJ: 03.911.760/0001-49	Manaus	Vencido	0810/T/05	L.O. Nº: 197/05-03 Vencimento: 6/10/2009	2702	Em Monitoramento	Faltam restrições da licença a serem cumpridas
98	Patrin Premiada Academia de Turismo do Rio Negro	Rua Delfim de Souza, 454, Petrópolis 664-0637/ 664-2215 CNPJ: 34.566.653/0001-54	Novo Airão	Não consta registro Amzonastur	1474/T/91	L.O. Nº: 118/93-04 Vencimento: 9/3/2006	2704	Licença Vencida	Em processo de Fiscalização

99	Macuricanã Resort Hotel	Rua 1 de Maio, 335, SI 02, Presidente Vargas 233-4200 / 9987-5256 / 635-4005 CNPJ: 03.527.143/0001-44	Parintins	Não consta registro Amazonastur	0166/T/02	L.O. Nº: 162/03 Vencimento: 9/5/2004	2704	Licença Vencida	Em processo de Licenciamento
100	Ecotur Turismo Ecológico Ltda	Praça Barreto Leite, 46, SI. A CEP: 69.301-310 (095) 623-6642 CNPJ: 84.054.139/0001-08	Boa Vista	Não consta registro Amazonastur	1671/T/00	-	2704	Há sol. LI.	-
101	Guanavena Turismo Ltda	Av. Constantino Nery, nº 2486, Flores 238-1211 CNPJ: 15.803.646/0001-84	Silves	Não consta registro Amazonastur	0196/T/98	L.O. Nº: 067/00-01 Vencimento 29/1/2003	2704	Licença emitida em 2003 Empreendedor não veio buscar A. I. (ADV): 205/03	Em processo de Fiscalização
102	Grand Amazon Turismo (Amazon Village)	Lago do Puraquequara, Igarapé do Rabicho (92)633-1444 fax: 092-36333217 CNPJ: 23.028.897/0002-48	Rio Preto da Eva	Não consta registro Amazonastur	0224/T/98	L.O. Nº: 077/98-06 Vencimento: 30/7/2010	2704	Em Monitoramento	-

103	DGD Empreendimentos Ltda	(M.D) do Rio Negro. MM Embocadura do Igarapé-Zona Rural 3234-7384 CNPJ: 02.549.028/0001-19	Novo Airão	Não consta registro Amazonastur	0740/T/98	L.P. Nº: 270 /08 Vencimento: 26/11/2009	2704	Em Monitoramento	-
104	Hoteis Exoticos Terra Verde Ltda	Rua Silva Ramos, nº 20, Hotel Mônaco Sala 305, Centro 3622-7305 Fax: 3622-4114/622-7305 CNPJ: 84.130.822/0001-87	Iranduba	Não consta registro Amazonastur	0947/T/98	A.Q. Nº: 018/04 Vencimento: 13/1/2005	2704	Arquivado	-
105	Pousada Amazônia Ltda	Rodovia AM 070, Km 36, Zona Rural, ME Do Rio Ariáú (92) 3231-1021 Fax(92) 3234-3705 CNPJ: 02.920.978/0001-05	Iranduba	Não consta registro Amazonastur	2613/T/04	L.O. Nº: 016/00-05 Vencimento: 6/5/2009	2702	Em tramite de emissão de nova L.O.	-
106	Sistema Amazonense de Hotéis Ltda	Lago dao Tatu, comunidade do tupé (92) 3212-5149 CNPJ: 84.444.637/0001/67	Manaus	Não consta registro Amazonastur	0245/T/01	L.O. Nº: 227/01-04 Vencimento: 23/1/2010	2704	Em Monitoramento	-

107	Negrotur Turismo Ltda	Rua Marques de Olinda, Quadra B2 L 17/19, Flores 3642-1622 CNPJ: 84.491.315/0001-79]	Barcelos	Não consta registro Amazonastur	754/T/01		2704	Notificação: N.º 000033/08 Não possui Licença está em fase de pedido	-
108	Ksensus Empreendimentos Turísticos Ltda	Rua Guilherme Paraense, nº 215, Sl. 01, Adrianópolis CEP: 69060-000 (92) 3236-3569 CNPJ: 04.387.954/0001-50	Manaus	Não consta registro Amazonastur	0604/T/01	A.Q. Nº: 066/01 Vencimento: 6/6/2002	2704	-	-
109	Brazil Resort Of Amazon Ltda	Rua Rio Jamarý, nº 14, Vieiraves, Nossa Senhora das Graças (92) 3633-3796 Fax: 3232-0141 CNPJ: 04.189.242/0001-26	Novo Airão	Não consta registro Amazonastur	0754/T/01	L.I. Nº: 120/01 Vencimento: 10/1/2003	2704	Solicitação de L.I.	Atividades paralisadas
110	Mundo Amazônico Ecologia e Turismo S/A	Rodovia Manoel Urbano, Km 76, s/n (92) 3648-6560 Fax:3642-6973 CNPJ: 03.197.396/0001-05	Manacapuru	Não consta registro Amazonastur	1437/T/01	L.I. Nº: 006/02-01 Vencimento: 21/9/2005	2704	Não exerce mais atividade na localização	Empreendedor não veio buscar L.I

111	Incursionetur da Amazônia Ltda	Estrada Manuel Urbano, Km 30, Ramal Serra Baixa, Margem Esquerda (92)3644-2454 Fax: 3644-2650/ 245-1172 CNPJ: 00.908.099/0001-24	Irاندوبا	Não consta registro Amazonastur	1273/T/01	L.O. Nº: 374/01-01 Vencimento: 14/5/2004	2704	Licença Vencida	Em processo de Fiscalização
112	Rados Jozo	Rua monte Cassino, nº 14, Conjunto Cofasa, Ponta Negra CEP: 69037-000 3232-4278 Fax:9131-9539/ 3671-2559 CNPJ: 013.912.486-19	Irاندوبا	Não consta registro Amazonastur	2033/T/02	L.I. Nº: 221/02 Vencimento: 13/12/2003	2704	A.I Nº122/03	-
113	Sociedade Civil Mamirauá	Av. Brasília, nº 197, Juruá (92) 3343-2736 CNPJ: 63743967/0001-83	Tefé	Não consta registro Amazonastur	1460/T/01	L.O. Nº: 042/02 Vencimento: 19/3/2003	2704	Solicitou Renovação L.O. Em 2008	-
114	CMMC Empreendimentos e Participações Ltda	Av. Brigadeiro Faria Lima, Nº 1811 Conjunto 719 Bairro: Jardim Paulistano CEP: 01451-914 (92) 3814-9101 CNPJ: 02.456.875/0001-28	Novo Airão	Não consta registro Amazonastur	1739/T/02	L.I. Nº: 036/03 Vencimento: 10/7/2004	2704	Arquivado	-

115	Evanstour Hotel e Turismo Ltda	Rua Manoel Barroso, nº 1710, Liberdade (92) 3361-3050 Fax: 3361-1651 CNPJ: 03.056.943/0001-24	Manacapuru	Não consta registro Amazo- nastur	0226/T/00	L.O. Nº: 164/03-01 Vencimento: 15/6/2006	2704	A. I. n.º 000754/08 - GMAM Recusou-se a receber	Sem Licença
116	CTA Complexo Turístico Do Arara Ltda	Rua Marques de Baempedi, nº 07 Quadra B-13, Parque das Laranjeiras CEP:69073-970 (92) 3245-1110 CNPJ: 05.443.675/0001-29	Manaus	Não consta registro Amazo- nastur	0357/T/03	L.O. Nº: 503/04 Vencimento: 23/9/2005	2704	Sem informação	Gabinete SDS (28/09/07) Não informou
117	José Carlos Bezerra de Lima	Rua 3, Casa 1, Quadra 11, Cidade Nova (92) 3223-2445 CNPJ: 273.075.572-15	Iranduba	Não consta registro Amazo- nastur	0521/T/03	L.I n.º 079/03 Expedida em 2003	2704	Empreendedor não veio buscar a L. I. expedida	Empresa foi Autuada (A. I. n.º 207/05 - GEFM)
118	Amazon Ambassador Pesca e Turismo Ltda	Rua Dr. Aprígio, n,º 101, Aparecida CEP: 69010-350 (92) 3622-5891 CNPJ: 05.914.803/0001-75	Manaus	Não consta registro Amazo- nastur	0450/T/04	L.I. Nº: 042/04 Vencimento: 15/4/2005	2704	Empreendedor não veio buscar a L. O expedida	-

119	Jorge Pereira Mota	AM 240, Km 09, Ramal da Linha Transmissão, Zona Rural (92) 9604-6007 CNPJ: 335.644.852-87	Presidente Figueiredo	Não consta registro Amazonastur	0768/T/02	L.I. Nº: 024/04 Vencimento: 16/3/2005	2704	Arquivado	-
120	Hotel Fazenda Araras Azul Ltda	Av. Desembargador João Machado, nº 250 Sl. 06, Alvorada CEP: 69.043-360 (92) 3238-8924/9157-8085 Fax:3238-8924 CNPJ: 05.535.576/0001-77	Manaus	Não consta registro Amazonastur	1438/T/04	L.P. Nº: 097/04 Vencimento: 19/7/2005	2704	Não há solicitação de L.I / L.O.	-
121	Amazonas Empreendimentos LTDA.	ME da BR 174, Km 108, Gleba 01, Lote 21 (denominado Fazenda Betel) (92) 2126-5500 CNPJ: 15.777.691/0001-01	Presidente Figueiredo	Não consta registro Amazonastur	1498/T/03	L.O.: 072/08 Vencimento: 18/2/2009	2702	Em tramite de Licenciamento	-
122	Fazenda Marupiara	Ramal do Urubuí, Km 12, Zona Rural (92) 9971-4182/9997-2650 CNPJ: 07.177.391/0001-63	Presidente Figueiredo	Vencido	1554/T/05	L.O.: 121/06 Vencimento: 10/05/2007	2703	Não exerce mais atividade na localização	-
123	Boa Vida Jungle Resort	Endereço não informado (92) 3633 2501 CNPJ: 84.465.814/0001-91	Itacoatiara	Vencido	0107/99	-	-	Arquivado	-

Hotéis registrados/ licenciados no IPAAM	54
Hóteis cadastrados na Amazonastur	99
Hóteis cadastrados/ licenciados no IPAAM e na Amazonastur	30
Hóteis cadastrados na Amazonastur sem licença no IPAAM	69
Hóteis registrados/ licenciados no IPAAM sem cadastro na Amazonastur	24

Apêndice A - Relação Dos Hotéis De Selva Com Licença Ou Cadastro

FONTE: AMAZONASTUR e IPAAM, 2009

Apêndice B - Roteiro de entrevista

Mestrando:

Atores: **Gestores** da Pousada

Local:

1. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Sexo: F () M () Grau de Instrução: _____

Estado civil: _____

Cargo/ Função na pousada: _____

Renda: _____

Religião: _____

Tempo de Serviço: _____

Procedência: _____

2. Quando foi criada a pousada?

3. Qual a importância da pousada na sua visão?

4. Quais os benefícios sociais que a pousada trouxe para a comunidade?

5. Qual a importância do órgão ambiental para a pousada?

4. Qual é o benefício que o licenciamento ambiental proporciona a pousada?

6. A comunidade participa na construção do sistema de gestão? De que forma?

7. Quais as atividades esportivas oferecidas aos visitantes?

8. Quantos visitantes a pousada recebe por temporada?

9. Qual o valor do pacote da hospedagem?

10. Qual a fonte principal de abastecimento de água?

11. Qual é a fonte de energia?

12. Qual é a destinação do resíduo sólido?

13. Qual o tratamento adotado para os efluentes domésticos sanitários (águas servidas)?

14. Quantos guias turísticos a pousada possui?

16. Quantos colaboradores trabalham na pousada?

17. Quantos chalés a pousada possui? Como estão estruturados?

18. Qual é a área total do empreendimento?

19. Qual foi o percentual desmatado? e de área verde?

20. O que o Senhor (a) entende por ecoturismo?

Apêndice C – Roteiro de entrevista

Mestrando:

Atores: **Moradores** da Comunidade.....

Local:

Identificação:

Nome: _____ Sexo: F () M ()

Idade: _____ Escolaridade: _____

Mora na reserva há quanto tempo? _____

Trabalha na pousada há quanto tempo? _____

Que função exerce? _____

Que profissão exercia antes de trabalhar na pousada? _____

De onde veio? _____ Renda mensal: R\$ _____

Estado Civil: _____

Principal atividade econômica: _____

Na comunidade

Vantagens e desvantagens de viver em uma área natural

1. Como é para você viver nesta comunidade?

2. Que vantagens você identifica em viver nesta comunidade?

3. Que desvantagem você identifica em viver nesta comunidade?

3.1 Você avalia que existem mais aspectos positivos ou negativos em viver nesta comunidade? Porque?

Associativismo como alternativa para superar os problemas cotidianos

4. O que você costuma fazer para buscar resolver os problemas da comunidade?

5. A quem você costuma recorrer para buscar resolver os problemas da comunidade?

6. Você participa de alguma associação de moradores?

Atividade de ecoturismo**Identificação da circulação de pessoas de fora da comunidade**

7. Pessoas de fora da comunidade costumam vir aqui?

8. Quem são elas?

9. O que essas pessoas costumam vir fazer aqui?

Representações sobre o ecoturismo

10. Como acontece esta situação em que pessoas vêm visitar a comunidade? (como elas chegam, quem as traz, etc)

11. O que muda na rotina de vocês quando estas pessoas vêm visitar a comunidade?

12. Para você existem diferenças entre a visita que estas pessoas fazem a esta comunidade e a visita que fazem a outros lugares?

13. Quais são os aspectos positivos da vinda destas pessoas?

14. Quais são os aspectos negativos da vinda destas pessoas?

Relações com o hotel/pousada de selva

15. Que tipos de relações existem entre o hotel e a comunidade?

16. Quais são os aspectos positivos da presença do hotel na comunidade?

Quais são os aspectos negativos da presença do hotel na comunidade?

17. Você avalia que a presença do hotel tem mais aspectos positivos ou negativos para a comunidade? Porque?

18. Você ou alguém que você conhece trabalha ou presta serviço para o hotel de selva?

19. Que tipo de serviço ou trabalho essa pessoa realiza?

22. O que o Senhor (a) faz com os resíduos sólidos?

23. Qual é o tipo de esgotamento sanitário que o Senhor(a) utiliza?

Fossa séptica/ sumidouro ()

Fossa negra ()

Outros ()

Apêndice D – Roteiro de entrevista

Mestranda: _____

Local: _____

Atores: **Visitante/ Turista** da Pousada: _____

Data: _____

Prezado senhor (a),

O objetivo desta pesquisa é obter informações sobre quem são as pessoas que visitam a Comunidade do Juma, quais as razões dessa visita e como o Senhor a avalia. Os dados serão analisados de forma global e sigilosa, impossibilitando a identificação de V.Sa. Sua colaboração é fundamental para o êxito deste trabalho que será apresentado na defesa de dissertação do Mestrado em Ciências do Ambiente e sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Agradecemos muito a sua participação!

Dados Pessoais

1. Cidade: _____

País: _____

2. Sexo:

Masculino ()

Feminino ()

3. Idade:

Até 20 anos ()

De 21 a 30 anos ()

De 31 a 40 anos ()

De 41 a 50 anos ()

Acima de 50 anos ()

4. Grau de instrução:

Primeiro Grau ()

Segundo Grau Incompleto ()

Segundo Grau ()

Superior Incompleto ()

Superior Completo ()

Primeiro Grau Incompleto ()

Outros (especificar): _____

5. Situação empregatícia:

Empregado ()

Desempregado ()

Empregador ()

Conta-própria ()

Estudante ()

Aposentado ()

Doméstica ()

Outros (especificar): _____

6. Nível de renda:

1 a 10 SM ()

Acima de 20 SM ()

11 a 20 SM ()

7. Estado Civil:

Solteiro ()

Casado ()

Separado ()

Viúvo ()

Divorciado ()

8. Religião:

Católica ()

Evangélica ()

Outros (especificar): _____

Informações sobre a viagem

9. Como você tomou conhecimento do lugar?

Jornal/ Revista ()

Agência de Viagem ()

Propaganda ()

Indicação de amigos ()

Rádio/ TV ()

Promoções ()

Outros (especificar): _____

10. Você utilizou serviços de uma agencia de viagem? Sim () Não () Quais?

Compra de passagem ()

Compra de pacote de viagem ()

Obter informações ()

Outros (especificar): _____

11. Quantas vezes você visitou o lugar?

1ª vez ()

2-5 vezes ()

mais do que 5 vezes ()

12. Meio de transporte:

Carro ()

Avião ()

Barco ()

Ônibus ()

Outros (especificar): _____

13. Você teve alguma dificuldade em achar ou chegar ao lugar? Sim () Não () Quais?

Com transporte ()

Não teve problemas ()

Falta de informação ()

Falta de sinalização ()

Outros (especificar): _____

14. Qual o objetivo da sua viagem?

Turismo ()

Visitar amigos/ parentes ()

Estudo/ Pesquisa ()

Trabalho/ Negócios ()

Outros (especificar): _____

15. Quantos dias você pretende permanecer no local?

16. Se ficar mais de um dia que tipo de alojamento você vai usar?

Pousada ()

Camping ()

Hotel ()

- Casa própria ()
 Casa alugada ()
 Casa de amigos/ parentes ()

17. Quanto gastou ou pretende gastar aproximadamente com alimentação, transporte, hospedagem, outros (valores em reais)?

18. Forma de viajar (individual/ grupo): (marcar todas as opções possíveis)

- Sozinho ()
 Com a família ()
 Com amigos ()
 Excursão ()
 Casal ()

19. Para você existem diferenças entre a visita a esta comunidade e a visita que você fez a outros lugares?

- Sim () Não () Quais ? _____
-

Percepção ambiental

19. Você sabe o que é uma Área de Desenvolvimento Sustentável?

- Sim ()
 Não ()

20. Você acha justa a cobrança de taxas em Área de Desenvolvimento Sustentável se este dinheiro for empregado para manutenção das mesmas?

- Sim, acho justa ()
 Não tenho opinião ()
 Não acho justa ()

21. Se você concordou com a cobrança de taxas, até qual valor você pagaria?

- Até R\$ 5,00 ()
 De R\$ 5,00 a R\$ 10,00 ()
 Maior que R\$ 10,00 ()

22. Você é a favor em seguir regras para a conservação da natureza, mesmo que isto reduza a sua liberdade?

- Sim ()
 Não sei ()
 Não ()

23. Que importância tem para Você a experiência de uma natureza intacta?

- Sem importância ()
 Importante ()
 Indiferente ()
 Muito importante ()

24. Existem várias técnicas alternativas que prejudicam menos o meio ambiente. Qual a importância do uso dessas técnicas para você?

Técnicas	Não Importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
Reciclagem de lixo					
Tratamento de lixo não-reciclável					
Uso de energias alternativas					
Tratamento de esgoto					

25. Você daria preferência a um hotel/ pousada que use essas técnicas?

Definitivamente sim ()

Não daria ()

Sim, daria ()

Definitivamente não ()

Indiferente ()

26. Você estaria disposto a pagar mais por isso? Se sim, quanto?

Até 10% ()

Não pagaria mais ()

10 a 50% ()

Não tenho opinião ()

50% ()

27. Notou algo negativo (impactos ambientais) em relação ao ambiente natural e às comunidades (impacto sócio-cultural) da Área visitada? Quais?

Atividades preferidas e motivação

28. Qual o seu interesse em praticar as seguintes atividades neste local?

ATIVIDADES	Não Interessado	Pouco Interessado	Indiferente	Interessado	Muito Interessado
Caminhadas					
Visita a casa do caboclo					
Focagem de jacaré					
Passeio de canoa					
Passeio noturno					
Excursões da fauna e flora					
Pesque e solte					
Visita a comunidade indígena					
Passeio de barco					
Observação da paisagem					
Observação da fauna					
Observação da flora					
Fotografia					
Pesquisas					
Participação em atividades da vida local					
Outros:					

Observações:

29. Quais atrativos naturais e culturais da Área visitada você destacaria?

30. Suas expectativas quanto ao conhecimento da flora, fauna e vida comunitária foram realizadas plenamente?

Sim ()

Não ()

Em caso negativo, porquê?

31. O que mais você gostaria de saber a respeito do local visitado?

32. Quais dos motivos relacionados abaixo o levaram a visitar esta Área? (a pergunta permite mais de uma resposta). Por favor, indique o grau de importância.

	Não Importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
Ócio, recreação, férias					
Negócios e motivação profissional					
Relações sociais					
Segurança					
Cultura/ História					
Ar puro					
Vida silvestre					
Conhecer novos lugares					
Esporte					
Aventura					
Solicitude/ introspecção/ meditação					
Qualidade de vida					
Visitas a parentes e amigos					
Hospitalidade do povo					
Comidas Típicas					
Localização					
Belas paisagens/ natureza					
Outros:					

Observações:
